

A UNIDADE NECESSÁRIA

O Partido Comunista Português sempre tem considerado de decisiva importância a aproximação e o entendimento de sectores e tendências políticas interessadas na construção dum regime democrático estável, assim como tem salientado a importância que teria no processo revolucionário um Partido Socialista orientado no sentido duma aliança à esquerda, designadamente com o PCP.

Nesta ordem de ideias, o PCP tem denunciado os obstáculos criados a uma política de unidade pelas posições dos dirigentes do PS e pela sua política de alianças com a direita, à qual cabem graves responsabilidades na deterioração do clima político, económico e social e no avanço das forças que hoje ameaçam ultrapassar os seus ainda recentes aliados e liquidar as liberdades e as outras conquistas do povo português.

Constituiria uma séria ameaça para essas conquistas se a direcção do PS prosseguisse numa orientação que é responsável por graves quebras de unidade no movimento democrático, no movimento sindical e nas próprias Forças Armadas. A necessidade de isolar a direita reaccionária, de derrotar as suas manobras sediciosas e de criar uma sólida base de apoio para a consolidação da democracia, impõem que se ganhem para essa luta os sectores de que o PS é a expressão política e as camadas sociais nas quais tem reconhecida influência.

Assim, o PCP considera de forma positiva algumas posições novas que aparecem por parte da direcção do Partido Socialista — denúncia do terrorismo e dos perigos da direita, repulsa pela impunidade que parece cobrir os principais responsáveis do regime fascista, posições de apoio à Reforma Agrária —, embora não possa deixar de dissociar tal atitude da proximidade de eleições e de sublinhar a sua incompatibilidade com a arrogância e o anticomunismo de declarações avulsas e de posições oficiais dos seus dirigentes e mesmo com a prática política daquele partido.

Com efeito, enquanto num recente comunicado do seu Secretariado Nacional o PS declara a intenção de se opor com firmeza às forças conservadoras e direitistas e à investida dos grandes senhores da terra, o Secretário-Geral daquele partido vai aos Estados Unidos numa missão que necessita ser devidamente esclarecida, dadas as afirmações que aí fez e que dificilmente se podem conciliar com o projecto dum Portugal democrático e independente; um outro dirigente do PS, Manuel Alegre, vai a Paris escandalizar os socialistas do sul da Europa com o seu anticomunismo primário; um outro, o ministro das Finanças, concede verbas para indemnizar os que enriqueceram à custa da exploração do povo português ao mesmo tempo que as recusa para

melhoria das condições de vida dos trabalhadores; um outro ministro do PS, o da Indústria, dá cobertura à recuperação capitalista com o regresso dos patrões a empresas com intervenção do Estado ou sob gestão dos trabalhadores; um secretário de Estado do PS, o do Trabalho, recusa credenciais para crédito bancário a comissões de trabalhadores e tem responsabilidade no congelamento da contratação colectiva; um outro, o do Abastecimento e Preços, tem responsabilidade na alta do custo de vida.

O PCP entende que da mesma forma que não haverá democracia sem uma sólida unidade democrática, a democracia também não será possível com os monopólios, os latifúndios, o imperialismo e a sua expressão política, a reacção e o fascismo.

Para o PCP, a grande alternativa que se coloca hoje é entre um regime democrático e uma ditadura fascista. A ameaça do fascismo é o inimigo principal e para o combater é imperiosa a unidade de todas as forças interessadas em que Portugal não volte ao passado de opressão e miséria.

Contrariamente às posições de certos dirigentes do PS, o PCP considera que não há nenhuma força política que só por si esteja hoje em condições de garantir o futuro democrático de Portugal e que é necessária a unidade de acção e a cooperação de todos os antifascistas e democratas, nomeadamente dos comunistas e socialistas, o que aliás se verifica em diversas regiões e empresas. Os comunistas estão interessados nessa acção comum, quando e onde os socialistas estiverem dispostos a defender os interesses dos trabalhadores.

O anticomunismo primário de certos dirigentes do PS, bem ilustrado pelas declarações insultuosas do dr. Salgado Zenha, procura no entanto criar dificuldades a essa acção comum. O anticomunismo não tem nada a ver com o direito de crítica aos objectivos e métodos de actuação do PCP, mas apenas com a finalidade de colher frutos da sementeira de 48 anos de mentiras e injúrias contra os comunistas o que, pelos vistos, não repugna a certa gente que se diz democrata e antifascista.

A unidade necessária para travar a ameaça do fascismo, para construir a democracia e avançar para o socialismo, não se faz sem o PCP e muito menos contra o Partido dos trabalhadores, o grande e indispensável Partido da esquerda, o Partido Comunista Português.

31 de Janeiro de 1976

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA
DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



O Pavilhão dos Desportos foi pequeno para conter a multidão que assistiu ao comício da UEC

COMÍCIOS DO PARTIDO JORNADAS DE LUTA

As massas juvenis, trabalhadores e estudantes, a classe operária, os empregados, os intelectuais, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais afluíram em grande número aos últimos comícios do nosso Partido, em Lisboa, com a UEC, em Sacavém, Faro, Barreiro e Aviz.

Os nossos camaradas Ávaro Cunhal, Octávio Pato, Sérgio Vilarigues e Dinis Miranda fizeram ouvir, entre muitas, a voz do nosso Partido, secundada por muitos milhares de militantes, amigos e simpatizantes do PCP.

Fizeram-se ouvir e foram aclamadas com entusiasmo as palavras de ordem de apoio à Reforma Agrária, de unidade no movimento sindical e estudantil, pelas liberdades, pela democracia e pelo socialismo na defesa militante das conquistas da revolução.

Pág. 4

REVISÃO DO PACTO MFA-PARTIDOS

No decorrer das reuniões dos partidos políticos com o Conselho da Revolução, tendo em vista a revisão do Pacto MFA-Partidos, esteve, no sábado passado, no Palácio de Belém, a delegação do Partido Comunista Português, constituída pelo secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, e pelos membros do Comité Central

Joaquim Gomes e Carlos Brito. A delegação do PCP manteve conversações com a comissão do Conselho da Revolução encarregada de dialogar com os partidos, composta pelo general Ramalho Eanes, brigadeiro Vasco Lourenço, capitão-de-fragata Martins Guerreiro e majores Melo Antunes e Canto e Castro. No final da reunião o camara-

da Álvaro Cunhal dirigindo-se aos jornalistas à saída do Palácio de Belém afirmou que a reunião decorreu num bom ambiente e com resultados positivos salientando, que, de acordo com o compromisso assumido no início das negociações, o PCP mantará o sigilo dos assuntos tratados, até as negociações estarem terminadas.

"Confiamos que se progride e que é possível chegar a conclusões positivas e favoráveis ao processo democrático português" — afirmou ainda, acrescentando:

Confiamos muito no nosso povo, confiamos muito em Portugal, confiamos que construiremos uma democracia em Portugal".



- O Sectarismo — pág. 2
- O "pluralismo" e o "Jornal Novo" — pág. 4
- Comício da UEC — pág. 6
- Três exemplos da ofensiva contra os trabalhadores — pág. 8
- Frustrados os planos da Confederação dos Agricultores — pág. 9
- Encontro com os reideiros do Norte — pág. 9
- Os Direitos do Homem na União Soviética — pág. 10



Pág. 5

A paralisação-protesto dos trabalhadores contra o terrorismo foi uma grande jornada de luta

NÃO AO TERRORISMO!

Editorial

CONTRA O PESSIMISMO CONFIANÇA NAS NOSSAS FORÇAS

Período pré-eleitoral, neste momento fervilhante e conflituoso nele manifestações e decisões políticas de sinal contrário mas de vincada importância para o futuro da revolução e dos portugueses.

Por um lado, remexidas institucionais significativas: negociações entre o Conselho da Revolução e os partidos signatários da Plataforma Constitucional — o «Pacto», como é conhecida — para a sua revisão; reabertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte por decisão unilateral dos três partidos — o PS, o PPD e o CDS — numa última arrancada para a elaboração da Constituição política; atrasos na reconstituição governamental, num VI Governo cada vez mais distante dos compromissos assumidos quando da sua formação entre as forças participantes; constituição da Comissão Nacional Eleitoral à margem dos partidos e operações marcadas para os reajustamentos no recenseamento eleitoral.

Por outro lado, movimentações e actos políticos igualmente significativos: plenários, reuniões e comícios de partidos e organizações sociais; investidas reaccionárias contra a Refor-

(Continua na pág. 2)



As 2 e 46 da tarde de 2 de Fevereiro de 1943, um avião de reconhecimento nazi, ao sobrevoar Estalinegrado, anunciava: "Deixou de haver qualquer sinal de combate".

Uma vitória inigualável punha termo a uma das maiores epopeias de todas as guerras. O glorioso Exército Soviético esmagava o invasor nazi-fascista. Nas mãos do povo soviético, que defendia o solo da pátria, ficavam 91 mil prisioneiros. Entre eles havia mais de 2500 oficiais e 24 generais da tropa hitleriana. O marechal de campo Von Paulus, comandante-chefe dos nazis em Estalinegrado, promovido a marechal poucos dias antes da derrota, foi capturado. O Exército Soviético perdeu 47 mil homens nessa batalha memorável, cujo desenlace atacou as raízes da potência militar hitleriana, destituindo a moral das tropas nazis e a sua fé na vitória. Os trabalhadores de todo o mundo, todos os comunistas, todos os democratas, todos os amigos da paz e do povo soviético festejam com júbilo, neste dia, uma vitória extraordinária, que trouxe alterações decisivas na condução da guerra e na situação internacional, desde então mais favorável ao grande país socialista e aos seus aliados. Dia vitorioso das forças da paz contra o inimigo dos povos, o 2 de Fevereiro de 43 não assinalava apenas a destruição do VI Exército nazi. Assinalava também que a pátria dos soviéticos é invencível.

4 DE FEVEREIRO

Ao Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola.

Queridos camaradas: Assinalando o 15.º aniversário do levantamento de 4 de Fevereiro em 1961, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos e, através de vós, a todos os militantes do MPLA e ao povo angolano irmão, as mais fraternais saudações de combate.

Nestes 15 anos decorridos desde o início da luta armada de libertação o povo angolano alcançou grandes vitórias, aproximando-se hoje a data da libertação final e total da terra angolana. O MPLA confirmou ser a vanguarda revolucionária e o único e legítimo representante do povo de Angola.

É com a maior alegria e entusiasmo que saudamos hoje Angola independente, que saudamos na República Popular de Angola, a consagração de longos anos de luta heróica e de acção abnegada e esclarecida do MPLA.

É com a maior alegria que saudamos as grandes vitórias alcançadas sobre a agressão imperialista e os seus fantoches da FNLA-UPA e UNITA. As pesadas derrotas infligidas nos últimos dias aos agressores e seus lacaios e os fulminantes avanços das FAPLA, tanto a Norte como a Sul do país, despertam o maior regozijo entre os comunistas, os trabalhadores e todas as forças progressistas de Portugal.

Os êxitos e vitórias do MPLA e do povo irmão de Angola, sentimo-los como se nossos próprios fossem, como se fossem êxitos e vitórias dos comunistas e do povo de Portugal.

Queridos camaradas: Hoje, como desde o primeiro dia, pronunciamos-nos pelo reconhecimento imediato, pelo Governo português do Governo da República Popular de Angola e estamos convictos de que cada dia que passa sem que esse reconhecimento se verifique prejudica gravemente a causa comum dos nossos dois povos. Estamos certos de que as relações de fraternal amizade e solidariedade recíproca há muito existente entre os nossos dois Partidos continuarão a reforçar-se como factor da mais alta importância nas relações entre Portugal e Angola

O Comité Central
do Partido Comunista Português.

Pág. 12

Editorial

(Continuação da pág. 1)

ma Agrária; passos inequivocamente intencionais para uma recuperação capitalista da sociedade portuguesa; viagens pelo mundo do capital de alguns conhecidos dirigentes políticos; novas investidas «pluralistas» nos órgãos de comunicação social; novo surto do terrorismo fascista como pano de fundo das múltiplas actividades de direita no Portugal continental e insular.

No emaranhado actual da política portuguesa, indicativo da agudeza e complexidade da crise, um observador desprevenido pode perder-se nos meandros e, se é progressista, pode cair no pessimismo e na falta de perspectivas quanto ao destino da democracia e da revolução em Portugal.

As forças retrógradas, empenhadas na contra-revolução e no regresso ao passado, adensam propositadamente este emaranhado político, semeiam a confusão e o divisionismo, procuram afanosamente escovar a confiança dos portugueses progressistas nas suas próprias forças.

E entretanto, tal pessimismo, tal falta de perspectivas e de confiança nas próprias forças não se justificam. No meio do emaranhado abrem-se caminhos claros que podem levar à solução da crise actual; as forças garantes da revolução e do futuro democrático do nosso Povo ganham consciência dos perigos reais que ameaçam as conquistas do 25 de Abril e retomam a iniciativa; nítidos sintomas de novas alterações na correlação de forças favoráveis à democracia, são visíveis.

São, por exemplo, indícios visíveis dessas alterações na correlação de forças as potentes manifestações e paralisações de trabalho e acções de resistência popular contra a escalada do terrorismo fascista, nas quais participaram muitos milhares de portugueses de norte a sul do País neste últimos dias.

São indicações significativas do mesmo fenómeno as inúmeras reuniões e acções de protesto contra a escalada do custo de vida e o congelamento da contratação colectiva — que significa na prática congelar os salários de quem trabalha e dar livre curso aos preços.

São-no igualmente as crescentes tomadas de posição contra a recuperação capitalista da

economia portuguesa; contra a entrega aos antigos patrões de dezenas de estabelecimentos fabris e outros, actualmente geridos por trabalhadores; contra as descaradas protecções ao patronato por certos ministérios do VI Governo, como o do Trabalho, por exemplo, que duma penada retirou as credenciais a centenas de gestores operários ou da confiança dos trabalhadores.

Como interpretar a crescente hostilidade de largas camadas do povo contra os verdadeiros atentados às nacionalizações na banca e noutros sectores básicos da economia que são as nomeações de novos administradores, recrutados numa certa clientela política e na fauna dos antigos administradores ou familiares seus que os representam?

Não é verdade que os novos surtos de «pluralismo» em órgãos de comunicação social, que representam novos atentados contra a liberdade de informação, mesmo com a recente readmissão dos trabalhadores do RCP, deparam cada vez mais com a resistência de todos os portugueses progressistas?

Como explicar a audiência cada vez mais reduzida que os provocadores e inimigos da Reforma Agrária, de Rio Maior e outras paragens, estão encontrando junto dos pequenos e médios agricultores do País? Não é verdade que os camponeses pobres e médios já conhecem de ginjeira os grandes agrários e lavradores que os exploraram à farta nos tempos do fascismo e os querem arrastar agora para aventuras sem sorte?

A consciência dos perigos reais que ameaçam as liberdades e as conquistas da revolução despertam cada vez mais a resistência do povo e dos militares progressistas.

O «argumento» da bomba joga cada vez mais contra o que assim «argumentam». A escalada do terror fascista, ameaçando as vidas e os bens dos portugueses, é, ao mesmo tempo, reveladora da fraqueza do inimigo. Todos os progressistas sabem por experiência que o terrorismo anticomunista visa muito mais longe, visa mesmo, em última análise, aniquilar aqueles que de forma dúbia e irresponsável abriam com o seu anticomunismo e a sua cegueira política as portas à violência fascista. Mas está condenado à derrota.

A crescente resistência popular e dos militares progressistas contra os avanços da direita, que começam a imprimir as suas marcas na actual correlação de forças, é o factor mais

positivo da situação política posterior aos acontecimentos de 25 de Novembro.

É ela que torna ilícitos o pessimismo e a falta de confiança nas forças da revolução, é ela que abre perspectivas novas à luta popular pela defesa das liberdades e das conquistas democráticas do nosso Povo.

É a consciência real dos perigos que ameaçam a democracia portuguesa que deve nortear a conduta de todos os que, por cima das suas divergências, desejam sinceramente defendê-las dos ataques dos inimigos.

As formas como Mário Soares foi agora apupado pelos reaccionários dos Açores e como estão e ser alvejados os socialistas pelos ultras da chamada Confederação dos Agricultores Portugueses, sustentados pelo CDS, o PPD, o PPM e o MRPP, deveriam suscitar a reflexão dos socialistas quanto ao caminho a seguir e quanto às suas alianças.

A reunião de dirigentes sindicais socialistas em Aveiro, apesar dum ou doutra posição menos unitária, ainda evadidas do preconceito anticomunista, assim como as enérgicas posições de organismos e trabalhadores do PS ao lado dos comunistas contra a escalada de terrorismo e da reacção, constituem indícios positivos dum unidade de vistas sobre algumas questões fundamentais.

A aliança de comunistas e socialistas, que se verifica hoje em inúmeras realizações de carácter unitário, poderia garantir — desde que aprofundada — avanços sólidos na defesa e consolidação da liberdade e da democracia, na defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, na aplicação e reforço do controlo operário, no fortalecimento do movimento sindical unido, no reforço e alargamento das estruturas populares unitárias, finalmente na solidificação da aliança Povo-MFA e da própria unidade entre todos os militares progressistas, sem os quais não é possível pensar em projectos democráticos perduráveis em Portugal.

Na base de um largo entendimento entre socialistas e comunistas seria possível aglutinar todos aqueles que anseiam construir um Portugal progressista e democrático na direcção do socialismo. Para hoje e para amanhã.

LEI DOS DESPEDIMENTOS

A revisão da lei dos despedimentos feita pelo Ministério do Trabalho nas costas dos trabalhadores enquadra-se na ofensiva contra as conquistas democráticas

O Ministério do Trabalho ordenou a revisão da lei dos despedimentos. Em diploma legal é alterado, em alguns pontos, o Decreto-lei n.º 372-A/75. As organizações do movimento operário e popular não foram ouvidas para a elaboração dessas alterações, decretadas num momento em que a contratação colectiva se encontra suspensa por lei.

As poucas garantias legais que os trabalhadores conquistaram quanto à segurança de emprego, antes e depois do 25 de Abril, constavam todas das convenções colectivas de trabalho, divididas por acordos e contratos negociados pelos sindicatos directamente com as entidades patronais ou com as associações que as representam. A lei geral, no respeitante a despedimentos, ficava sempre aquém do que os trabalhadores poderiam obter negociando. Todavia, a lei, ou legislação aplicável, podia ser invocada para, em qualquer caso, retirar regalias obtidas nas negociações. Servindo o patronato, a lei em vez de ampliar restringia as garantias de segurança no emprego.

De um modo geral, depois do 25 de Abril, e sobretudo depois do 11 de Março, melhorou o teor das cláusulas quanto a despedimentos nas convenções colectivas. A melhoria notou-se sobretudo na proibição, ou no desencorajamento, dos despedimentos colectivos. Mas o alcance das medidas legais, ou negociadas, sobre essa matéria é sempre muito impreciso. Depende de um sem número de factores que, em sistema capitalista, se conjugam para

retirar aos trabalhadores as regalias alcançadas por via legal. Numa altura em que voltam a surgir as mais sérias ameaças de despedimentos colectivos, em parte concretizadas como é o caso da Timex, em vez de se reforçar o direito ao trabalho entende-se sancionar a sua limitação com medidas paralelas às leis desumanas da oferta e da procura no mercado do trabalho.

A protecção que todo o Estado democrático deve aos trabalhadores não foi melhorada. Mas as razões susceptíveis de constituir «justa causa» de despedimento continuarão a ser submetidas às organizações de trabalhadores na empresa. Um trabalhador, segundo a lei, não pode ser despedido sem que os seus colegas de trabalho se pronunciem.

É certo que irão pronunciar-se. É certo que as comissões sindicais, as comissões de trabalhadores e os sindicatos não deixarão de intervir para evitar despedimentos. Mas a lei deveria apoiar ainda mais os trabalhadores e os seus legítimos representantes nessa tarefa democrática de garantir o direito ao trabalho e de não deixar a sua aplicação apenas nas mãos do patronato.

Com a contratação colectiva suspensa, a revisão da lei dos despedimentos, por iniciativa do Ministério do Trabalho, destina-se a limitar ainda mais as regalias que os trabalhadores possuem vir a obter nesse campo mediante a negociação directa das convenções colectivas.

5 perguntas e 5 respostas sobre sectarismo (III)

QUAIS AS ORIGENS DO SECTARISMO?

Numerosas situações e problemas podem estar na origem imediata de desvios sectários nas organizações dos trabalhadores. Contudo, no essencial, o problema é sempre o da influência da ideologia burguesa dentro das organizações que determina que face a este ou àquele problema, a esta ou àquela situação se enveredem por caminhos sectários.

É conveniente que nos detenhamos um pouco pormenorizadamente sobre o problema da influência ideológica da burguesia e de que forma neste aspecto ela se revela mais perigosa.

Voltemos a um ponto já abordado anteriormente sobre o papel do proletariado no processo revolucionário.

No seu trabalho «A superioridade moral dos comunistas» afirma a determinada altura o camarada Alvaro Cunhal:

«A sua situação como classe mais explorada (o proletariado), o seu papel na grande produção, a força do número, o facto de que os seus interesses e fins coincidem com as leis objectivas de desenvolvimento social, o facto de que, na revolução, os proletários (nas palavras do Manifesto) nada têm a perder senão as suas cadeias e têm um mundo a ganhar — dão ao proletariado a combatividade, a determinação, o espírito de organização, a coesão, a solidariedade, o hábito da ajuda recíproca, a disciplina, abnegação, a capacidade de sacrifício, a confiança nas próprias forças e no próprio futuro, que o tornam a única classe verdadeiramente revolucionária, a única capaz de ser revolucionária até ao fim.»⁽¹⁾

«Mais adiante. «O proletariado reage e luta não apenas contra a exploração a que é sujeito, mas contra todos os abusos, todas as manifestações de arbitrariedade, de opressão e de violência quaisquer que sejam as classes que são vítimas». «O proletariado não é uma classe realmente revolucionária (insistiu Lênine) senão quando se afirma e

comporta como a vanguarda de todos os trabalhadores e de todos os explorados, como o seu guia na luta pelo derrubamento dos exploradores.»⁽²⁾

Verificamos assim que é absolutamente indispensável para que o proletariado se liberte a si próprio que assuma o papel de vanguarda das classes trabalhadoras e de todos os explorados, papel de vanguarda para o qual, conforme se viu, a sua própria vida económica e social lhe cria condições.

Desde logo porém se verifica que a harmonização entre o papel de vanguarda e a interdependência de interesses, de condições de luta entre a vanguarda e as massas cria questões delicadas e eventualmente de difícil solução.

Através da enumeração de motivos apontada pelo camarada Alvaro Cunhal verificamos que o proletariado tem condições para assumir esse papel de vanguarda, mas, como sublinha Lênine, esse papel não se assume automaticamente, é necessário que o proletariado use e explique tais capacidades para se transformar em *em efectiva vanguarda*.

Ora, o que é necessário para que as possibilidades passem a actos?

É ainda em «A superioridade moral dos comunistas» que encontramos um trecho extremamente esclarecedor. «O marxismo-leninismo atribui um decisivo papel à vanguarda revolucionária. Combate ao mesmo tempo as concepções pequeno-burguesas acerca dos «heróis libertadores». Para os comunistas, as massas são as obreiras da história e a classe operária a coeva do capitalismo. A tarefa da vanguarda é elevar a consciência e a combatividade da classe e das massas, conduzi-las à luta e à vitória. A capacidade da vanguarda para cumprir essa tarefa revela-se particularmente nas situações de fluxo revolucionário e de crise revolucionária, quando a ética proletária e comunista ganha amplas massas, que se elevam por vezes, em muitos aspectos, ao nível da moral da vanguarda.»⁽³⁾ Conforme ensina Lênine é a fusão entre a luta da classe operária contra a ex-

ploração e a teoria do socialismo científico que permite que a classe operária se organize enquanto vanguarda e disponha de um método de análise, de uma forma de pensar que lhe permite igualmente debruçar-se sobre os problemas e para eles encontrar a melhor solução. Se esta fusão não se dá ou se se dá deficientemente, se o proletariado deixa que entrem nas suas fileiras princípios ideológicos que não são os do socialismo científico, os do marxismo-leninismo, então as condições de luta, as condições para que o proletariado se transforme em vanguarda são prejudicadas. Um dos vícios ideológicos que prejudica mais gravemente a acção das organizações revolucionárias é exactamente o sectarismo.

Sob o ponto de vista ideológico o sectarismo acaba por ser um reflexo ao nível das organizações do individualismo burguês. Na verdade, enquanto a produção que o proletariado vai encontrar a sua consciência de classe, as suas características humanas que o camarada Alvaro Cunhal aponta e que rasgam o caminho às tarefas da revolução e das suas vanguardas, é igualmente na produção — o que para a burguesia significa exploração — que os exploradores vão buscar os seus princípios ideológicos e morais: «Da exploração da classe operária, das massas trabalhadoras, dos povos subjugados — exploração imposta pela violência do aparelho de Estado, pela repressão, o terror e a guerra — resultam os sentimentos e o comportamento moral da burguesia: individualismo e egoísmo feroces, indiferença pela sorte dos seres humanos, rapacidade, venalidade, completa falta de escrúpulos, redução a simples mercadorias dos valores culturais e espirituais.»⁽⁴⁾

Se nos debruçarmos sobre esta questão, facilmente se constata que este egoísmo, este individualismo são exactamente o contrário daquelas características sociais, de classe (abnegação, capacidade de sacrifício, solidariedade, etc) que permitem que o proletariado assumo o indispensável papel de van-

guarda não só pelas suas capacidades de organização, disciplina, combatividade, etc, mas pelas características que lhe permitem erguer-se «contra todos os abusos, todas as manifestações de arbitrariedade, de opressão e de violência quaisquer que sejam as classes que são vítimas».

O sectarismo, enquanto tendência para fechar as organizações sobre si próprias, para desprezar os problemas dos outros, para criar sentimentos aristocráticos entre os membros da organização corresponde a princípios ideológicos da burguesia, ao seu individualismo e egoísmo, não à consciência de classe do proletariado.

Um grande perigo da influência ideológica e de classe que está por detrás do sectarismo é que ela abate-se sobre aspectos específicos da consciência de classe, da prática ideológica do proletariado e não sobre a sua totalidade; bem pelo contrário algumas das, digamos, «qualidades revolucionárias do proletariado podem conduzir, uma vez surgido um desvio sectário, a agravar a sua incidência e conduzir a breve trecho ao desastre total.

Na realidade e conforme vimos no artigo anterior, se se começa a verificar um desvio sectário num Partido, num sindicato, em termos imediatos isso não retorna aos seus membros, aos trabalhadores as suas capacidades de organização, de disciplina, de combatividade. Habilmente manuseada pela burguesia e pelos seus ideólogos, essas características podem até transformar-se num elemento de «consolidação» do sectarismo: as organizações fecham-se, isolam-se, continuam disciplinadas e eventualmente fortes, o que «justifica» o sectarismo. Entretanto, quando chega a altura dos confrontos, a organização, a vanguarda estão isoladas face ao inimigo e naturalmente em condições de inferioridade.

Veremos mais tarde a importância decisiva do trabalho ideológico e do esforço para melhorar o nível ideológico dos militantes no combate ao sectarismo. Contudo, importa dizer desde já que a burguesia dispõe de um infundável ar-

senal para veicular princípios ideológicos e morais que determinam graves desvios nas organizações operárias.

No caso do sectarismo é fundamental sublinhar a importância assumida pelos grupelhos verbalistas, pelos grupelhos de radicais pequeno-burgueses que se estalfam para «repensar» a luta da classe operária e o marxismo-leninismo de acordo com as suas características de classe.

O sectarismo galopante dos grupelhos verbalistas é uma consequência directa do individualismo feroz da pequena burguesia que lhe é inculcado pela sua situação específica no conjunto da sociedade capitalista. Na realidade, a pequena burguesia, sendo por vezes detentora de pequenos meios de produção, não participa na governação (económica e política) do capitalismo, reservada à grande burguesia monopolista; por outro lado, não se encontra nas mesmas condições do proletariado, donde o que poderemos designar por uma situação «entaldada»? Esta falta de perspectivas, esta dificuldade de encontrar soluções para os seus problemas pode atirar a pequena e média burguesia para posições ferozmente individualistas de desconfiança e progressivo desespero. Destas camadas sociais provêm (com especial relevância para os estudantes) grande número dos «novos teóricos» do marxismo-leninismo que «redescobrem» a teoria a partir dos seus pressupostos de classe.

Conforme vimos no artigo anterior, os grupelhos verbalistas ao mesmo tempo que encham a boca com as «qualidades», o «papel», etc., da classe operária, negam a seguir tudo o que constitui efectivamente a força da classe operária e pretendem impor-lhe os princípios ferozmente sectários, demagogicamente «vanguardistas» da sua acção.

O papel dos grupelhos verbalistas em Portugal tem sido importante não só enquanto ponto de lança da reacção para provocações directas contra o processo revolucionário, mas igualmente um veículo ideológico da burguesia e dos seus erros pelo menos tão importante como o revisionismo e o oportunismo característi-

camente de direita.

Como afirmou o camarada Alvaro Cunhal no comício de Algés em 14 de Janeiro:

«É tempo de compreender que o esquerdismo, o radicalismo verbal, tem grandes responsabilidades em séries derrotas sofridas pelas forças revolucionárias após o 25 de Abril, tanto no movimento operário e popular como nas Forças Armadas.

«A situação poderia ser hoje incomparavelmente mais vantajosa para as forças progressistas, se não tivessem sido as influências e as actividades esquerdistas pseudo-revolucionárias e através ou a par dessas actividades as tendências radicais e sectárias.

«O radicalismo esquerdismo tanto como a radicalização de direita tem grandes responsabilidades na criação de uma plataforma política própria, mas ganhando terreno e acabando por querer ultrapassar, querer substituir, e aprontar-se para liquidar se necessário os seus antigos aliados.

«Poderá parecer que, num momento em que existem perigos reais da direita reaccionária, não é adequado fazer este ataque ao radicalismo esquerdista. «Mas não é assim. Precisamente porque existem esses perigos é que o radicalismo esquerdista deve ser sujeito a severa crítica neste preciso momento. O radicalismo esquerdista contribui para concretizar esses perigos. O radicalismo esquerdista pode servir de detonador de novas operações provocatórias e de novas ofensivas da direita reaccionária.

«O combate às concepções, aos métodos, às formas de luta do radicalismo esquerdista é indispensável na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução.

«Se algum erro cometemos em relação ao esquerdismo no decurso de 1975, não foi certamente termos combatido as suas concepções e actividades, como combatemos, mas não as termos combatido com suficiente vigor, com suficiente esclarecimento, com suficiente advertência às massas acerca das consequências que prevíamos.

«Não devemos repetir tal erro. Demasiado mal nos causou já o radicalismo es-

querdista. Demasiados prejuízos (alguns irreparáveis) causou já à revolução portuguesa. Precisamos de conduzir vigorosamente, no movimento operário e popular, a luta ideológica contra o radicalismo esquerdista de forma a que seja assegurada uma orientação, que permita fazer frente aos perigos da contra-revolução, que conduza o nosso povo, não à derrota, mas à vitória final na luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo.»

Os erros provocados pelo sectarismo podem, como vimos, repercutir-se em cadeia e, se apenas em virtude deles ou por um conjunto de circunstâncias em que eles participaram, o movimento revolucionário se encontra numa fase de refluxo, o combate ao sectarismo assume uma importância verdadeiramente decisiva. Na verdade, depois dos «optimismos», dos «aventurismos», dos «elitismos» o mesmo individualismo burguês que lançou as bases do sectarismo surge a provocar desmoralizações, desânimos, vindos afinal da mesma fonte: a não compreensão do papel das vanguardas e das massas, a falta de confiança na classe operária e nas classes trabalhadoras por hipertrofia do papel individual. Com a mesma facilidade com que provoca análises incorrectas da situação por excesso de optimismo, o individualismo e o sectarismo provocam análises igualmente incorrectas por excesso de pessimismo.

Aqui, a importância do combate ao sectarismo nas organizações de vanguarda vê-se multiplicada uma vez que as dificuldades do processo reforçam a necessidade de o proletariado assumir o seu papel quando outras camadas vacilam e hesitam. Só as características morais e ideológicas do proletariado, a robustez teórica das suas organizações permitem consolidar a frente revolucionária, redobrar o trabalho de mobilização de massas confundidas ou hesitantes, assegurar a continuidade da luta — o que requer uma sólida vanguarda isenta de todos os sectarismos e virada para as massas e para a Revolução.

«O combate às concepções, aos métodos, às formas de luta do radicalismo esquerdista é indispensável na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução.

«Se algum erro cometemos em relação ao esquerdismo no decurso de 1975, não foi certamente termos combatido as suas concepções e actividades, como combatemos, mas não as termos combatido com suficiente vigor, com suficiente esclarecimento, com suficiente advertência às massas acerca das consequências que prevíamos.

«Não devemos repetir tal erro. Demasiado mal nos causou já o radicalismo es-

querdista. Demasiados prejuízos (alguns irreparáveis) causou já à revolução portuguesa. Precisamos de conduzir vigorosamente, no movimento operário e popular, a luta ideológica contra o radicalismo esquerdista de forma a que seja assegurada uma orientação, que permita fazer frente aos perigos da contra-revolução, que conduza o nosso povo, não à derrota, mas à vitória final na luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo.»

Os erros provocados pelo sectarismo podem, como vimos, repercutir-se em cadeia e, se apenas em virtude deles ou por um conjunto de circunstâncias em que eles participaram, o movimento revolucionário se encontra numa fase de refluxo, o combate ao sectarismo assume uma importância verdadeiramente decisiva. Na verdade, depois dos «optimismos», dos «aventurismos», dos «elitismos» o mesmo individualismo burguês que lançou as bases do sectarismo surge a provocar desmoralizações, desânimos, vindos afinal da mesma fonte: a não compreensão do papel das vanguardas e das massas, a falta de confiança na classe operária e nas classes trabalhadoras por hipertrofia do papel individual. Com a mesma facilidade com que provoca análises incorrectas da situação por excesso de optimismo, o individualismo e o sectarismo provocam análises igualmente incorrectas por excesso de pessimismo.

Aqui, a importância do combate ao sectarismo nas organizações de vanguarda vê-se multiplicada uma vez que as dificuldades do processo reforçam a necessidade de o proletariado assumir o seu papel quando outras camadas vacilam e hesitam. Só as características morais e ideológicas do proletariado, a robustez teórica das suas organizações permitem consolidar a frente revolucionária, redobrar o trabalho de mobilização de massas confundidas ou hesitantes, assegurar a continuidade da luta — o que requer uma sólida vanguarda isenta de todos os sectarismos e virada para as massas e para a Revolução.

(1) Alvaro Cunhal — «A superioridade moral dos comunistas» — Edições «Avante!», colecção «Problemas da Paz e do Socialismo» — N.º 1 — Pág. 6.
(2) Op. cit. — Pág. 9.
(3) Op. cit. — Pág. 15.
(4) Op. cit. — Pág. 18.

recortes



Se fizermos por isso...

Durante dois dias, soldados e camponeses trabalharam lado a lado, discutiram os seus problemas e confraternizaram.

E no fim da jornada de trabalho um soldado da BA-11 (Base Aérea de Beja), na reunião com o povo de Alentejo, afirmou:

Vamos aqui, não só para retribuir o apoio que os trabalhadores desta herdeira deram à nossa luta, mas também para levar à prática e reforçar a aliança dos soldados com o povo... Vocês são o povo e nós também. Os vossos problemas são os nossos, a linguagem que falamos é a mesma.

Esses dois dias de trabalho foram um primeiro passo para ligar mais estreitamente as lutas dos soldados às lutas dos camponeses, rompendo assim com o isolamento dos muros do quartel.

Agora é preciso continuar, e descobrir novas formas de união entre camponeses e operários, entre trabalhadores e soldados.

Se fizermos por isso a revolução avançará.



Editorial

... Após a realização da 1.ª Assembleia Popular da 7.ª zona, "ALICERCE" aparece como um imperativo da mesma, como o órgão indispensável à íntima ligação que deverá existir entre os que vivem e trabalham na zona e a Assembleia Popular que, só com este estreito contacto, poderá desempenhar a sua função de órgão vivo lutando por uma sociedade mais justa, mais humana e mais digna.

... Rigorosamente unitário, "ALICERCE" só será uma causa: a dos trabalhadores e moradores. Esta é a razão da sua existência. Por esta se baterá intransigentemente.

Encontra-se aberto a todas as críticas que os seus leitores entendam por bem fazer-lhe.

Não só deseja como necessita, para sobreviver, da colaboração de todos.

... Com a vossa participação "ALICERCE" poderá ser também uma arma. No actual momento político, em que forças reaccionárias e de direita pretendem recuperar posições e destruir as conquistas dos trabalhadores.

"ALICERCE" pode ser uma arma, por um lado, de denúncia dessas situações, por outro lado, de unidade e organização do movimento popular de massas.

Unidos em torno dos seus órgãos unitários de base (Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores), os trabalhadores saberão defender as conquistas da revolução e construir uma sociedade onde não mais exista a exploração do homem pelo homem.



Sobre economia, com sal ou sem sal

O discurso do ministro das Finanças, no passado dia oito, representa um claro indicio da ligeireza e da irresponsabilidade com que alguns responsáveis da governação tratam questões, que dizem respeito a todos os trabalhadores portugueses.

Como é possível a um ministro, tomar conhecimento do vertiginoso aumento do custo de vida, só pelos órgãos de Informação?

Esta é forte! Ou talvez não seja. Aliás, não é mesmo.

Se o sr. ministro das Finanças se tivesse apresentado convenientemente, antes da sua ilustre retórica, todos teriam compreendido as suas palavras e as razões do seu alheamento, face aos graves problemas das massas trabalhadoras.

Se o sr. ministro começasse por esclarecer quais os bens pessoais que possui, os rendimentos que aufer, a sua conta bancária, as heranças familiares, as remunerações que recebeu a defender juridicamente o monopolista Champalimaud, tudo teria sido melhor compreendido. E, repare sr. ministro, não o estamos a acusar de incoerência. A sua posição está perfeitamente dentro da linha de defesa dos seus interesses de classe, aliás como o está quando ataca a Unidade do Movimento Sindical, quando saneia progressistas da Banca e nomeia, ou pretende nomear para as Comissões Administrativas dos bancos, indivíduos reconhecidos ao serviço do capitalismo interno e do imperialismo.

Não há dúvida sr. ministro. O sr. não é um caso de mera teimosia ou cegueira, como alguns «subversivos» pretendem fazer crer. O sr. é um caso de firmeza, na defesa da classe a que pertence.



É lutando que se vence!

«Mãe aonde vai?» — perguntou a filha da operária, criança ainda, na manhã daquele dia cheio de sol.

Minha filha, fica aí detida, não tenhas medo porque a mãe vai com o pai lutar pela Revolução. Não tens medo pois não? retoriou a operária com todo o carinho de uma mãe.

Não tenho medo, mãe, mas veja se não matam o paizinho.

Assim se pronunciava a infantil criança agitada na sua tenra idade, por pesadelos que sobre si incidiam quando sabendo o pai um dos progressistas da localidade.

Este episódio, verdadeiro, passou-se algures no Alentejo, no passado dia 27 de Novembro, quando os rurais das herdades colectivas, juntamente com operários de duas empresas sítas em Alvalade-Sado, resolveram seguir para a sede do concelho, Santiago do Cacém, e ocupar o Grémio da Lavoura, por a Comissão Liquidatária não corresponder aos interesses dos trabalhadores e das terras que ocupam, atrasando assim as sementeiras e ao mesmo tempo o processo iniciado no capítulo da Reforma Agrária.

A noite havia sido longa e cheia de incidentes. Os grandes agrários e seus lacaios que haviam acorrido ao chamamento e ao toque a rebate de elementos do PS local, haviam originado confrontos com os ocupantes do Grémio. É também o PS quem toma a iniciativa de chamar os militares do Regimento de Infantaria de Setúbal, antevendo a repressão dos mesmos sobre os trabalhadores, como já havia sucedido em Santarém na ocupação de uma herdade. A tropa chegou a um momento viu de que lado estava a razão e como os soldados são filhos do povo, de imediato se colocaram ao lado dos trabalhadores, ao lado da classe a que também pertenciam.

A ocupação continuava, pois, pelo dia fora, enquanto se aguardava a presença dum representante do Ministério da Agricultura. A cada momento chegavam notícias de que o PS, naturalmente seguiu o por toda a corja de reaccionários, havia mobilizado indivíduos a fim de marcharem sobre Santiago. Mais tarde seria confirmado que se aproximava de facto uma manifestação, que se dizia apertadíssima, mas que havia saído da sede local do PS, após convocação feita através de comunicados e de aparelhagem sonora pelas ruas de Santiago.

Os trabalhadores agitavam-se nervosos. Não era medo. Era receio pelo que pudesse acontecer, se houvesse confronto. Era difícil ter pela frente aqueles que durante anos os reprimiram, os faziam correr à frente dos seus cavalos, só porque buscavam nos seus domínios lenha para se aquecerem, bolotas para taparem a voz ao estômago, ou então a cada momento chamavam a guarda para que reprimisse os trabalhadores. Seria difícil ter essa gente na sua frente. Os soldados, sempre ao lado do povo, tomavam posições, armas ao alto, culatras atrás. Junto dos trabalhadores alguém, com um megafone, pedia calma e que ninguém respondesse às provocações. Os reaccionários aproximavam-se cada vez mais. As suas mãos criminosas seguravam o símbolo da Pátria que sempre haviam escrivado. As suas bocas, as bocas imundas que haviam lançado durante o fascismo as maiores injúrias aos trabalhadores, as bocas que comiam pão que os trabalhadores tiravam da terra com o seu sangue e o seu suor, voltavam de novo a injuriar. Dir-se-ia que tinham voltado atrás.

O povo trabalhador não recuava nem um milímetro. De braços dados, homens e mulheres do campo, frente a frente com os seus carrascos,

cantavam o «Venceremos», enquanto pelas faces rolavam lágrimas de revolta. Apelava-se para a calma. Os gritos ofensivos e miseráveis das bocas miseráveis continuavam a sair.

— Nada de responder. É isso que eles querem, camaradas. Eles provocam para que haja confrontações e a tropa vire as armas contra nós — dizia alguém através do megafone.

— Nada sairá da nossa boca, bandidos! Embora nos custe as lágrimas que estamos a chorar, dizia outro. E continuavam mais juntos, mais unidos, punhos crispados, ansiosos de vingança.

... Dentro do Grémio decorria já a reunião com o representante do Ministério da Agricultura, que fora vaiado à chegada pelos manifestantes. Finalmente decidiu-se, com pleno acordo dos trabalhadores, que as forças militares ocupariam as instalações. Apenas eles. As conversações iriam seguir-se no comando da GNR. E decorreram com os trabalhadores sentados, e deitados, no terreiro empedrado do Posto. Mais três horas de espera.

... Três horas da madrugada. Havia ali homens e mulheres que ainda não tinham comido. Estavam arrasados, mas nada os fazia deter. As respostas às suas reivindicações teriam de vir. Os trabalhadores não toleravam adiamentos.

Finalmente, o representante do IRA, juntamente com o delegado do Ministério da Agricultura, anunciavam, por entre gritos de vitória, que a luta havia sido reconhecida pelo governo. O grémio fascista já não existia. Em seu lugar uma Comissão de Trabalhadores eleita pelos próprios trabalhadores.

A árdua luta de duas noites e um dia chegara ao fim. Foi como se um novo dia nascesse nesse momento. Foi como se o cansaço desaparecesse e no seu lugar a força da razão começasse a vingar.

Os trabalhadores rurais do Alentejo estão vigilantes. Saberão responder na hora própria. Por agora, responderam com o seu sacrifício, com o seu trabalho. De facto, lá a horas, nas fábricas de Alvalade, nas cooperativas agrícolas, nos campos em geral, iniciava-se novo dia de trabalho, na caminhada difícil, mas irreversível, rumo ao socialismo.

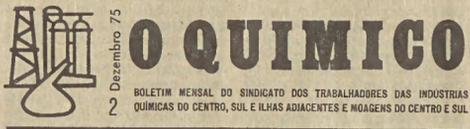


Queríamos saber...

... se as reivindicações dos Reformados da Previdência já foram apreciadas pelo Governo, em especial no que respeita à pensão de que a pensão mínima seja equivalente ao salário mínimo nacional.

... se já se tomaram providências para que os milhões de escudos devidos à Previdência pelos srs. Vasco Morgado, Duarte Ferreira, J. Pimenta e outros, entrem nos cofres das Caixas, esse dinheiro foi arrancado ao suor dos que trabalham e do qual eles são credores;

... se o contrato que os funcionários da Previdência pretendem negociar, seguir os seus trâmites pelo Ministério dos Assuntos Sociais, ou é julgado, como é devido, pelo Ministério do Trabalho, não dando aso a precedentes dúbios e perigosos...



Fruto da unidade nas lutas

Os sindicatos por ramo de actividade económica, habitualmente ditos verticais, são uma forma avançada da organização sindical das massas trabalhadoras.

Agrupando todos os trabalhadores que se ocupam num determinado ramo de actividade económica, independentemente da profissão que exercem, esta estrutura sindical está apta a dirigir esses trabalhos e a coordenar a sua acção, sem as desvantagens que os sindicatos por profissão (os corporativos) apresentam, já que estes últimos para dirigir as lutas e iniciativas unitárias das massas têm grande dificuldade, sendo necessários contactos entre os dirigentes dos vários sindicatos, processo moroso e menos eficaz.

Num sindicato vertical de comércio, quem está abrangido? Todos os trabalhadores das empresas que se dedicam à actividade comercial, desde os caixeiros, aos empregados de escritório, telefonistas, motoristas e restantes profissões.

Em cada empresa do comércio, todos os trabalhadores estarão no mesmo sindicato, no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio.

O que é válido para este exemplo é-o também para os outros ramos da actividade, seja o ramo metalúrgico ou químico, sejam ainda os ramos alimentar, têxtil, da construção civil, transportes e muitos outros.

A divisão dos trabalhadores dentro das empresas foi fomentada pelo fascismo, através dos sindicatos corporativos (cada profissão, seu Sindicato) e assim o patrão esteve mais «protegido» contra as justas aspirações dos que trabalham.

Os monopolios, o capitalismo, jogam na divisão e enfraquecimento dos explorados. O patronato, esse unido, não se dá por vencido.

Os sindicatos verticais são a resposta dos trabalhadores aos seus próprios interesses, um instrumento poderoso de organização e mobilização e consequentemente de defesa do processo democrático.



Editorial

... A UEC é, desde a sua fundação, a força política estudantil mais influente, numerosa e combativa. Dizem-lo com a consciência simultânea dos nossos erros e debilidades, sem modestia ou para meros efeitos propagandísticos, portanto.

Quer isto dizer que onde quer que se pretenda lutar contra a reacção, em defesa dos interesses dos estudantes, a UEC procurará, através dos seus militantes, estar na primeira linha de combate. Quer igualmente dizer que é impossível fazer, no seio do Movimento Estudantil, um política contra as manobras reaccionárias e seus factores, atacando a UEC ou procurando marginalizá-la.

Por outro lado, hoje como sempre, a União dos Estudantes Comunistas não poupará esforços para unir os estudantes, alargar e fortalecer o Movimento Estudantil a todos os níveis. Neste âmbito a UEC abre-se à cooperação plena com todas as organizações ou estudantes dispostos a lutar contra a reacção, em defesa dos interesses e das conquistas dos estudantes portugueses.

Onde quer que manifestações de sectarismo dificultem ou impeçam a aplicação desta linha de acção, elas deverão ser detectadas e combatidas até à completa eliminação.

Ao mesmo tempo colocamos clara e abertamente um sério apelo aos estudantes progressistas do nosso país, a todos os estudantes que fazem sua a causa do povo trabalhador, que estão dispostos a lutar contra o perigo fascista onde quer que ele se manifeste, que se batem pela defesa dos direitos, interesses e conquistas dos estudantes portugueses — então há que assumir uma posição de coerência revolucionária. O teu lugar é na UEC, na vanguarda organizada das massas estudantis do nosso país!



Acaba de sair o n.º 12 de 1975

Neste número destacamos:

- As Novas Condições na Europa e a Luta Ideológica

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO

A criação do novo Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção não serve os interesses do povo português e as razões invocadas para a sua constituição não correspondem à realidade e necessidades do sector

Por decisão do Conselho de Ministros foi criado o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção.

Segundo o comunicado do próprio Conselho, a decisão deveu-se à «importância fundamental do sector de construção civil, não só pelo elevado coeficiente de mão-de-obra utilizado, quer directamente, quer em actividades afins (cerca de 25 por cento da mão-de-obra activa) como pela elevada percentagem de incorporação de produtos nacionais, no relacionamento da actividade económica e consequente resolução das graves carências habitacionais com que o país se defronta».

As justificações para a criação do novo Ministério são já de si particularmente esclarecedoras. Na verdade, o grande coeficiente de mão-de-obra utilizado na construção civil é um problema com aspectos que excedem largamente a simples constatação do facto e a adopção de medidas que passivamente se limitam a tê-lo em consideração. Por outro lado, é mais do que discutível sob o ponto de vista económico e social a associação do problema habitacional com o elevado número de trabalhadores do sector da construção civil.

das premissas que conduziram a esta situação. Ou seja, um campo onde a exploração latifundiária rejete massas de gente desempregada, mantendo entretanto níveis baixíssimos de produção; uma indústria incapaz de corresponder às exigências da economia nacional e de uma política de emprego racional, a inexistência de planos educativos, destinados a integrar sectores da mão-de-obra em actividades diversas.

Significa recuar uma perspectiva democrática e socialista. Significa pôr em causa as próprias conquistas já alcançadas no decurso do processo revolucionário que se vive em Portugal.

A realidade da Reforma Agrária no Sul do país, já estancou e absorveu o curso do desemprego.

trabalhadoras, que extinga bairros da lata e se lance na criação de bairros económicos, que crie condições de vida condignas para os trabalhadores, nada tem a ver com a desproporcionada quantidade de mão-de-obra presa ao sector da construção civil.

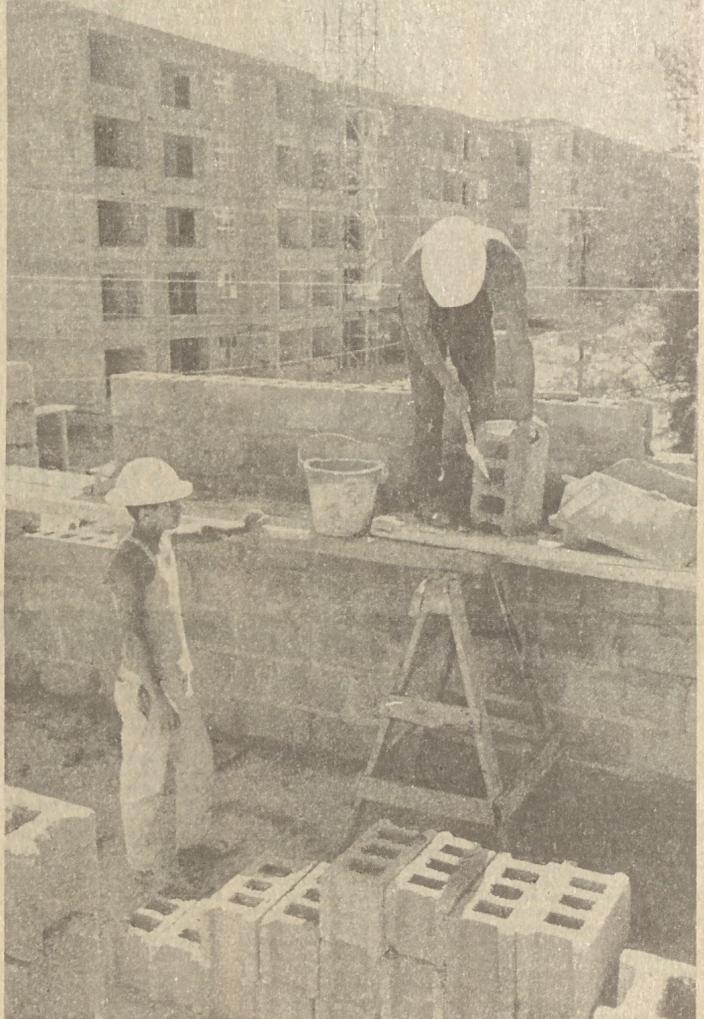
2. A realidade portuguesa (e não só), é disso demonstração cabal. Em si, o facto de contarmos com 25 por cento da população activa ligada à construção civil, e mantermos um gravíssimo problema habitacional para resolver, é a melhor prova de que não há qualquer espécie de coincidência entre as duas ordens de questões.

Pode-se sempre mobilizar essa mão-de-obra para actividades perfeitamente alheias à solução do problema habitacional (numa fase em que ele é tão agudo). O

Ministério do Equipamento Social — os projectos do Fundo de Fomento de Habitação, nomeadamente o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) e os Contratos de Desenvolvimento, que constituem uma base real de solução do problema, baseada no capital nacionalizado, na iniciativa popular, nos pequenos e médios empresários. Excluindo como é óbvio, o capital monopolista.

Sendo assim, como se pode entender, a criação de um novo Ministério?

Não o determina a lógica da solução de problemas do povo português. Não o determina tão pouco a preocupação por um vasto sector da nossa população activa,



... A importância quantitativa, ao nível do número de trabalhadores do sector da construção civil, tem razões absolutamente próprias que se radicam na estrutura capitalista do regime fascista.

O conhecimento geral que grande parte dos trabalhadores da construção civil provém da emigração interna de trabalhadores agrícolas. Trata-se de um fenómeno característico das sociedades capitalistas — a emigração dos trabalhadores dos campos para a cidade.

Analisemos ponto por ponto as explicações apresentadas e as razões que estão na origem dos factos assim utilizados.

É um facto que a construção civil monopoliza grande parte dos trabalhadores portugueses.

Porquê?

Duas razões surgem de imediato. Antes de mais nada, a situação nos campos portugueses obrigou numerosos trabalhadores agrícolas a emigrarem para a cidade em busca de melhores condições de trabalho. Os muitos que desaguaram em Lisboa, fizeram proliferar ainda mais as extensões de bairros de lata, engrossaram as fileiras do desemprego e da miséria. Ou conseguiram trabalho na construção civil, muitas vezes esporádico e aleatório. Não lhes foi apresentada qualquer outra alternativa.

Quando se erguem, pelas vozes dos «agricultores de Rio Maior», acusações contra a Reforma Agrária, contra as medidas de racionalização e melhoramento da actividade agrícola, tomadas após o 25 de Abril, é necessário não esquecer o que levou dezenas de milhares de trabalhadores dos campos a abandonarem a actividade agrícola para procurar subsistir nas cidades ou em terras estrangeiras.

No essencial, todos sabemos que, contra o que afirmam os demagogos latifundiários que manipulam a «Confederação dos Agricultores», a estrutura agrária portuguesa estava nas mãos dos senhores da terra, e obrigava os trabalhadores a procurarem noutros sectores condições de vida que a exploração dos agrários e caciques não lhes permitia encontrar nas suas terras.

O proletariado agrícola do nosso país, os pequenos camponeses e rendeiros, mesmo aqueles a quem os latifundiários de ontem tentam voltar contra os seus próprios interesses, têm a dolorosa experiência da política fascista nos campos, que fez entrar em suas casas a miséria, uma fome desesperadora, os afluxos pelos caminhos da emigração. Nas cidades portuguesas como nas estrangeiras, estes homens foram lançados na construção civil. A falência da política industrial fascista nem sequer permitiu a sua absorção por outros ramos de actividade.

Admitir hoje passivamente a continuidade do mesmo problema — a desproporcionada percentagem de população activa na construção civil — significa admitir a manutenção

Em terras do Alentejo, o aumento da produção — vitória real do proletariado agrícola do Sul — segue de par com a melhoria das condições de vida, o liquidar da dramática situação da gente de braços úteis, caídos por determinação dos senhores do capital.

Uma justa orientação da economia e da indústria nacional, pelo racional aproveitamento e direcção dos sectores nacionalizados, no interesse do povo português, permitiria a criação de novas indústrias, o desenvolvimento de outras, a reciclagem de trabalhadores, o cerco progressivo ao desemprego e à irracional distribuição de mão-de-obra pelos diferentes sectores da actividade económica.

Pelas suas próprias afirmações, não é isto que está na mente do Conselho de Ministros, quando se justifica a criação do novo Ministério.

Fala-nos o comunicado do Conselho da «resolução das graves carências habitacionais com que o país se defronta».

Entretanto, uma política habitacional que corresponda aos interesses das massas

relançamento da construção de hotéis e apartamentos de luxo, do grande negócio que foi sob o fascismo o privilegiado sector imobiliário, dará trabalho a uma parte do operariado da construção civil. E nada resolverá — antes pelo contrário — do problema habitacional. Tão pouco da indústria turística.

E será isso que acontecerá forçosamente se o «relançamento da actividade económica» neste sector significar a entrega de novos projectos e iniciativas ao grande capital. A solução do problema habitacional não é rendosa. Não poderia nunca ser entregue aqueles cujo único móbil são os lucros crescentes.

Em que soluções vai apostar o novo Ministério? Um real empenhamento na solução de todos estes problemas, no interesse das massas trabalhadoras, apontaria para a continuidade e reforço dos programas que têm vindo a ser defendidos e orientados (contra muitos outros obstáculos) pelo

cujos interesses andam tão desprezados pelos mesmos que afirmam tomá-los a peito.

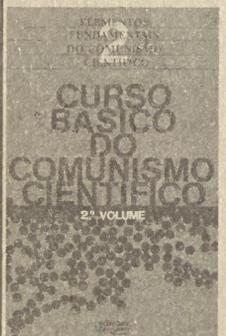
A criação do novo Ministério, obedece a uma lógica bem diferente. Pretende-se pôr em causa toda uma justa política encetada. Pretende-se, fundamentalmente, esvaziar de todo o conteúdo um Ministério dirigido presentemente por um comunista.

Este o real fundamento da criação de um novo Ministério. Criação que se insere harmoniosamente no conjunto de esforços destinados a afastar dos centros de decisão os mais abnegados defensores dos interesses populares — os comunistas.

Em nome dos interesses nacionais, em nome dos interesses das massas trabalhadoras — está-se de facto a trai-los. A tentar por em causa — aqui também — as conquistas revolucionárias do povo português.

Um povo que — unido — saberá defendê-las.

Acaba de sair o 2.º volume do



importante obra de formação política e ideológica dirigida pelo Prof. V. Afanassiev

preço 30\$00

KONSTANTIN ZARODOV e IB NORLUND



edições Avante!

À venda nas Livrarias Distribuidora: CDL

Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa
Rua do Almada, 18-2º F Porto
Rua 1.ª de Dezembro, 23 Faro

preço 30\$00

- As Forças da Paz e do Socialismo na Ofensiva
 - O Ano Internacional da Mulher
 - Sobre a Revolução em Portugal
- À venda nas Livrarias e nos Centros de Trabalho do PCP

O «PLURALISMO» E O «JORNAL NOVO»

O «pluralismo» é uma bela palavra — a «democracia pluralista» é uma beleza ao quadrado.

Há de facto palavras dotadas de uma magia especial e com elas se enfeitam às vezes saídas intenções.

Numa dada altura, saída de certas bocas, a palavra «pluralismo» estorou nos ouvidos dos portugueses como um clamor de liberdade contra o «totalitarismo minoritário».

Contra todos estes «pecados» do PCP atiravam-se valentes estocadas «pluralistas» como o cavaleiro do triste figura se atirava aos moiros de vento no romance de Cervantes.

O «pluralismo» na informação foi então a certa altura o pendão erguido contra o «assalto» dos comunistas aos órgãos de comunicação social.

As propostas e aos esforços unânimes e de diálogo do PCP respondia-se com etiquetas de «totalitarismo» e de «golpismo» para agriar a mister Kissinger e Herr Brandt.

Contra todos estes «pecados» do PCP atiravam-se valentes estocadas «pluralistas» como o cavaleiro do triste figura se atirava aos moiros de vento no romance de Cervantes.

O «pluralismo» na informação foi então a certa altura o pendão erguido contra o «assalto» dos comunistas aos órgãos de comunicação social.

As propostas e aos esforços unânimes e de diálogo do PCP respondia-se com etiquetas de «totalitarismo» e de «golpismo» para agriar a mister Kissinger e Herr Brandt.

Contra todos estes «pecados» do PCP atiravam-se valentes estocadas «pluralistas» como o cavaleiro do triste figura se atirava aos moiros de vento no romance de Cervantes.

O «pluralismo» na informação foi então a certa altura o pendão erguido contra o «assalto» dos comunistas aos órgãos de comunicação social.

As propostas e aos esforços unânimes e de diálogo do PCP respondia-se com etiquetas de «totalitarismo» e de «golpismo» para agriar a mister Kissinger e Herr Brandt.

Contra todos estes «pecados» do PCP atiravam-se valentes estocadas «pluralistas» como o cavaleiro do triste figura se atirava aos moiros de vento no romance de Cervantes.

sabe. E toda a gente sabe também que o PCP não foi visto nem achado no destronamento do senhor Raul Rego. Ah! mas não senhor! foram os comunistas que assaltaram o jornal «República»! Ainda hoje isso se diz com todo o descaramento, mesmo depois de se ver com toda a clareza a tendência anticomunista do jornal «República».

E os órgãos estatizados? Podia lá admitir-se que não fossem «pluralistas», isto é, que se mostrassem corajosos defensores do processo revolucionário?

No TV, na Emissora, na Imprensa diária, apesar de estatisticamente os «pluralistas» dispõem da parte de leão do material informativo, e principalmente nas duas primeiras, surgiram com frequência as ferozadzinhas e os programas anticomunistas, abriu-se fogo contra o «assalto» dos comunistas e pintou-se a informação em Portugal cá dentro e lá fora, com as cores mais sombrias e anti-democráticas.

Mas veio o 25 de Novembro e então todas as ambições ficaram ao alcance da mão e a tempestade «pluralista» abateu-se sobre os órgãos de comunicação social. Dezinas de profissionais dos mais competentes foram «pluralisticamente» postos no olho da rua. Dai para cá viu-se então na prática o que é o pluralismo informativo de certas forças em acção.

A TV passou a ser uma janela aberta para os passadinhos da era caelânista, na rádio lá voltou a ouvir-se a D. Maria Leonor e outras «conhecidas figuras da nossa rádio» que a revolução de Abril pusera na prateleira.

Bom, nos jornais estatizados, abrem-se agora tribunais aos «pluralistas» do partido «minoritário» e «stalinista» — o PCP, está claro! — e aí se vê o melhor «pluralismo». Cada vez menos gente vê a TV e ouve rádio, cada vez menos leitores

lêem os grandes jornais «pluralizados». Mas isso não importa muito porque o Estácio paga. Mais um grupo de jornais — os estatizados — vieram assim enfiar no velho grupo «pluralista» já existente.

No período anterior ao 25 de Novembro o «Jornal Novo» dera mostras do mais vigoroso «pluralismo». As fotomontagens como os «fundos» de Portela Filho deram pouca contribuição para o deterioramento da crise político-militar.

As ordens da CIP — proprietária do jornal — foram acatadas pela direcção e redacção do «Jornal Novo».

Mas depois do 25 de Novembro a ameaça do fascismo descobriu a cara e homens como Portela Filho deram-se conta dos reais perigos de um retorno ao passado. Uma certa dignidade começou a surgir nas colunas do jornal.

Isto foi seguramente uma grave delimitação pluralista de Portela Filho que o levou a cair no desagrado dos patrões da CIP. A desgraça veio e agora a mesmíssima tempestade que se abateu sobre os «estatizados» varreu-o da direcção do jornal. Como se vê com o pluralismo não se brinca: ou se faz anticomunismo a sério e do mais sórdido ou adeus!

Começa-se agora a perceber que sob a capa de «pluralismo» é afinal a autoridade dos grandes grupos privados que se quer restabelecer na Imprensa portuguesa.

Agora sem um Portela Filho, renitente às ordens da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) — também já há uma Confederação dos Agricultores Portugueses, nascida em Rio Maior — e transviado do salutar «pluralismo» anticomunista, voltaríamos seguramente às adorações fotomontagens do «Jornal Novo» sob a direcção «cispesa» do dr. José Carlos Garcia. Será «pluralismo» muito mais com o «Templário» e muito menos com um jornal.



No comício de Sacavém o camarada Octávio Pato apontou algumas das tarefas da hora presente

UNIR TODOS OS REVOLUCIONÁRIOS E PORTUGUESES PROGRESSISTAS

Esta a tarefa urgente que o camarada Octávio Pato apontou no decorrer do comício da UEC e da UJC realizado em Sacavém, que contou com a presença do grupo da Geórgia Soviética e de uma delegação da FMJD

Realizou-se em Sacavém uma grande jornada internacionalista de juventude, com a apresentação, no Ginásio Sacavenense, do Grupo de Juventude da Geórgia Soviética, que se encontra no nosso país a convite da União da Juventude Comunista e da União dos Estudantes Comunistas. Para reforçar ainda mais o carácter internacionalista do comício de Sacavém, ao qual presidiu o camarada Octávio Pato, do Secretariado da Comissão Política do CC do nosso Partido, a delegação da Federação Mundial da Juventude Democrática que se encontra no nosso país esteve igualmente presente neste encontro de juventudes progressistas numa terra de operários.

No decorrer da sua intervenção e referindo-se à situação política actual, o camarada Octávio Pato afirmou: «O País assiste a uma crescente onda de terrorismo visando os sindicatos e outras organizações de esquerda, mas procurando atingir muito principalmente o PCP. Mais de metade das centenas de atentados bombistas praticados nos últimos meses visaram centros do PCP ou bens pertencentes a militantes sérios. Tal como sucedia na época fascista, hoje é sobre o PCP que recai o peso principal da acção reaccionária».

«A derrota infligida às forças de esquerda, no 25 de Novembro, não satisfaz inteiramente a reacção. Desde o 25 de Novembro que a direita levanta crescentemente a cabeça, como bem o atestam o reaparecimento do PDC, o despertar do CDS e as posições abertamente reaccionárias do PPD. Estes partidos da direita reaccionária (juntamente com alguns dirigentes do próprio PS) começaram por pedir a revisão do Pacto do MFA com os partidos políticos, mas hoje já reclamam a dissolução completa do MFA e a anulação do próprio Pacto. Esses partidos (juntamente com certos dirigentes do PS) reclamaram a revisão de certos aspectos da Lei da Reforma Agrária e a devolução das terras expropriadas aos grandes agrários e latifundiários. A recuperação capitalista das empresas nacionalizadas ou que estão sob administração estatal ou dos trabalhadores, é outra das reclamações desses partidos reaccionários».

PCP — ALVO DA FÚRIA DOS REACCIONÁRIOS

No decorrer da sua intervenção e referindo-se à situação política actual, o camarada Octávio Pato afirmou: «O País assiste a uma crescente onda de terrorismo visando os sindicatos e outras organizações de esquerda, mas procurando atingir muito principalmente o PCP. Mais de metade das centenas de atentados bombistas praticados nos últimos meses visaram centros do PCP ou bens pertencentes a militantes sérios. Tal como sucedia na época fascista, hoje é sobre o PCP que recai o peso principal da acção reaccionária».

A CLASSE OPERÁRIA E O POVO DEFENDEM A REVOLUÇÃO

Após ter criticado duramente recentes afirmações de Salgado Zenha, Octávio Pato disse: «Varrer o PC é um desejo de todos os que trabalham para a recuperação capitalista, é o desejo dos banqueiros e monopolistas destronados. Mas os desejos nem sempre podem ser concretizados e a classe operária, os trabalhadores, o povo português, estão dando provas de grande serenidade e firmeza demonstrativas de que não deixarão perder as conquistas da Revolução».

OCTÁVIO PATO EM FARO

Promovida pela Comissão Distrital de Faro do Partido Comunista Português, realizou-se na passada segunda-feira, nesta localidade, uma sessão de esclarecimento que contou com a presença do camarada Octávio Pato, membro do secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido.

OS MAIS ELEVADOS PRINCÍPIOS DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

«A presença, no nosso país, — salientou Octávio Pato — deste agrupamento soviético traduz a continuação duma amizade que não é de hoje, e representa uma demonstração de efectiva solidariedade para com a juventude e o povo de Portugal, por parte da juventude soviética e da sua organização leninista de vanguarda — o Komsomol educada pelo glorioso PCUS nos mais elevados princípios do internacionalismo proletário».

ACTUAL PARA QUE EM TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO NÃO HAJA TRABALHADORES A OLHAREM-SE COMO INIMIGOS É UMA CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA CONSOLIDAR AS CONQUISTAS ALCANÇADAS EM Duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo

«Actuar para que em todos os locais de trabalho não haja trabalhadores a olharem-se como inimigos é uma condição indispensável para consolidar as conquistas alcançadas em duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo» — afirmou o camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, num comício realizado no passado sábado no Barreiro.

NA UNIDADE A DEFESA DA REVOLUÇÃO

«No momento actual, os capitalistas e seus lacaios, toda a casta de reaccionários, fomentam freneticamente a divisão entre os trabalhadores com o objectivo fixado de baixarem o seu nível de vida económico e de lhes arrancar em seguida as grandes conquistas que são as liberdades democráticas, as nacionalizações e a Reforma Agrária».

A UNIDADE SINDICAL É A FORÇA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E POPULAR

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

Mas a compreensão, intuitos divisionistas, reaccionarismo, demagogia, desprezo pelos interesses dos trabalhadores — tudo se tem conjugado contra a expressão legal da unidade defendida pelo movimento operário e popular.

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

Mas a compreensão, intuitos divisionistas, reaccionarismo, demagogia, desprezo pelos interesses dos trabalhadores — tudo se tem conjugado contra a expressão legal da unidade defendida pelo movimento operário e popular.

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

Mas a compreensão, intuitos divisionistas, reaccionarismo, demagogia, desprezo pelos interesses dos trabalhadores — tudo se tem conjugado contra a expressão legal da unidade defendida pelo movimento operário e popular.

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

Mas a compreensão, intuitos divisionistas, reaccionarismo, demagogia, desprezo pelos interesses dos trabalhadores — tudo se tem conjugado contra a expressão legal da unidade defendida pelo movimento operário e popular.

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

sindicatos, sem que para tal sofram prejuízo a independência e a unidade do movimento sindical. Muito pelo contrário: a independência, a democracia e a unidade nos sindicatos têm tudo a ganhar com a defesa da unidade, com a defesa da central única.

Todos os credos políticos têm voz numa confederação geral de sindicatos. Não é por existir a unidade sindical que os trabalhadores deixam de poder defender dentro da central única orientações informadas pelas suas opções políticas. Só que para que a democracia funcione é necessário que se respeitem as decisões tomadas por maioria.

Podemos apresentar um exemplo de um país capitalista. Na República Federal da Alemanha existe uma central única. Não é segredo para ninguém que a corrente social-democrata é maioritária nos sindicatos e na confederação geral onde os trabalhadores comunistas não deixam, por isso, de defender os seus pontos de vista e a sua orientação. Os nossos camaradas da Alemanha Federal, por não terem a maioria na direcção do movimento sindical, não abandonaram a central já existente para fundar outra ao lado.

Podemos apresentar um exemplo de um país capitalista. Na República Federal da Alemanha existe uma central única. Não é segredo para ninguém que a corrente social-democrata é maioritária nos sindicatos e na confederação geral onde os trabalhadores comunistas não deixam, por isso, de defender os seus pontos de vista e a sua orientação. Os nossos camaradas da Alemanha Federal, por não terem a maioria na direcção do movimento sindical, não abandonaram a central já existente para fundar outra ao lado.

Podemos apresentar um exemplo de um país capitalista. Na República Federal da Alemanha existe uma central única. Não é segredo para ninguém que a corrente social-democrata é maioritária nos sindicatos e na confederação geral onde os trabalhadores comunistas não deixam, por isso, de defender os seus pontos de vista e a sua orientação. Os nossos camaradas da Alemanha Federal, por não terem a maioria na direcção do movimento sindical, não abandonaram a central já existente para fundar outra ao lado.

Podemos apresentar um exemplo de um país capitalista. Na República Federal da Alemanha existe uma central única. Não é segredo para ninguém que a corrente social-democrata é maioritária nos sindicatos e na confederação geral onde os trabalhadores comunistas não deixam, por isso, de defender os seus pontos de vista e a sua orientação. Os nossos camaradas da Alemanha Federal, por não terem a maioria na direcção do movimento sindical, não abandonaram a central já existente para fundar outra ao lado.

Podemos apresentar um exemplo de um país capitalista. Na República Federal da Alemanha existe uma central única. Não é segredo para ninguém que a corrente social-democrata é maioritária nos sindicatos e na confederação geral onde os trabalhadores comunistas não deixam, por isso, de defender os seus pontos de vista e a sua orientação. Os nossos camaradas da Alemanha Federal, por não terem a maioria na direcção do movimento sindical, não abandonaram a central já existente para fundar outra ao lado.

Podemos apresentar um exemplo de um país capitalista. Na República Federal da Alemanha existe uma central única. Não é segredo para ninguém que a corrente social-democrata é maioritária nos sindicatos e na confederação geral onde os trabalhadores comunistas não deixam, por isso, de defender os seus pontos de vista e a sua orientação. Os nossos camaradas da Alemanha Federal, por não terem a maioria na direcção do movimento sindical, não abandonaram a central já existente para fundar outra ao lado.

Podemos apresentar um exemplo de um país capitalista. Na República Federal da Alemanha existe uma central única. Não é segredo para ninguém que a corrente social-democrata é maioritária nos sindicatos e na confederação geral onde os trabalhadores comunistas não deixam, por isso, de defender os seus pontos de vista e a sua orientação. Os nossos camaradas da Alemanha Federal, por não terem a maioria na direcção do movimento sindical, não abandonaram a central já existente para fundar outra ao lado.

Podemos apresentar um exemplo de um país capitalista. Na República Federal da Alemanha existe uma central única. Não é segredo para ninguém que a corrente social-democrata é maioritária nos sindicatos e na confederação geral onde os trabalhadores comunistas não deixam, por isso, de defender os seus pontos de vista e a sua orientação. Os nossos camaradas da Alemanha Federal, por não terem a maioria na direcção do movimento sindical, não abandonaram a central já existente para fundar outra ao lado.

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

Mas a compreensão, intuitos divisionistas, reaccionarismo, demagogia, desprezo pelos interesses dos trabalhadores — tudo se tem conjugado contra a expressão legal da unidade defendida pelo movimento operário e popular.

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

Mas a compreensão, intuitos divisionistas, reaccionarismo, demagogia, desprezo pelos interesses dos trabalhadores — tudo se tem conjugado contra a expressão legal da unidade defendida pelo movimento operário e popular.

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

Mas a compreensão, intuitos divisionistas, reaccionarismo, demagogia, desprezo pelos interesses dos trabalhadores — tudo se tem conjugado contra a expressão legal da unidade defendida pelo movimento operário e popular.

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

Mas a compreensão, intuitos divisionistas, reaccionarismo, demagogia, desprezo pelos interesses dos trabalhadores — tudo se tem conjugado contra a expressão legal da unidade defendida pelo movimento operário e popular.

«Os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Estas duas palavras do artigo 7.º da Lei Sindical (Decreto-Lei n.º 215-B/75), têm feito correr muita tinta aqui e ali.

Mas a compreensão, intuitos divisionistas, reaccionarismo, demagogia, desprezo pelos interesses dos trabalhadores — tudo se tem conjugado contra a expressão legal da unidade defendida pelo movimento operário e popular.

ACTUAL PARA QUE EM TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO NÃO HAJA TRABALHADORES A OLHAREM-SE COMO INIMIGOS É UMA CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA CONSOLIDAR AS CONQUISTAS ALCANÇADAS EM Duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo

«Actuar para que em todos os locais de trabalho não haja trabalhadores a olharem-se como inimigos é uma condição indispensável para consolidar as conquistas alcançadas em duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo» — afirmou o camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, num comício realizado no passado sábado no Barreiro.

NA UNIDADE A DEFESA DA REVOLUÇÃO

«No momento actual, os capitalistas e seus lacaios, toda a casta de reaccionários, fomentam freneticamente a divisão entre os trabalhadores com o objectivo fixado de baixarem o seu nível de vida económico e de lhes arrancar em seguida as grandes conquistas que são as liberdades democráticas, as nacionalizações e a Reforma Agrária».

OCTÁVIO PATO EM FARO

Promovida pela Comissão Distrital de Faro do Partido Comunista Português, realizou-se na passada segunda-feira, nesta localidade, uma sessão de esclarecimento que contou com a presença do camarada Octávio Pato, membro do secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido.

OS MAIS ELEVADOS PRINCÍPIOS DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

«A presença, no nosso país, — salientou Octávio Pato — deste agrupamento soviético traduz a continuação duma amizade que não é de hoje, e representa uma demonstração de efectiva solidariedade para com a juventude e o povo de Portugal, por parte da juventude soviética e da sua organização leninista de vanguarda — o Komsomol educada pelo glorioso PCUS nos mais elevados princípios do internacionalismo proletário».

ACTUAL PARA QUE EM TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO NÃO HAJA TRABALHADORES A OLHAREM-SE COMO INIMIGOS É UMA CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA CONSOLIDAR AS CONQUISTAS ALCANÇADAS EM Duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo

«Actuar para que em todos os locais de trabalho não haja trabalhadores a olharem-se como inimigos é uma condição indispensável para consolidar as conquistas alcançadas em duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo» — afirmou o camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, num comício realizado no passado sábado no Barreiro.

NA UNIDADE A DEFESA DA REVOLUÇÃO

«No momento actual, os capitalistas e seus lacaios, toda a casta de reaccionários, fomentam freneticamente a divisão entre os trabalhadores com o objectivo fixado de baixarem o seu nível de vida económico e de lhes arrancar em seguida as grandes conquistas que são as liberdades democráticas, as nacionalizações e a Reforma Agrária».

ACTUAL PARA QUE EM TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO NÃO HAJA TRABALHADORES A OLHAREM-SE COMO INIMIGOS É UMA CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA CONSOLIDAR AS CONQUISTAS ALCANÇADAS EM Duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo

«Actuar para que em todos os locais de trabalho não haja trabalhadores a olharem-se como inimigos é uma condição indispensável para consolidar as conquistas alcançadas em duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo» — afirmou o camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, num comício realizado no passado sábado no Barreiro.

NA UNIDADE A DEFESA DA REVOLUÇÃO

«No momento actual, os capitalistas e seus lacaios, toda a casta de reaccionários, fomentam freneticamente a divisão entre os trabalhadores com o objectivo fixado de baixarem o seu nível de vida económico e de lhes arrancar em seguida as grandes conquistas que são as liberdades democráticas, as nacionalizações e a Reforma Agrária».

OCTÁVIO PATO EM FARO

Promovida pela Comissão Distrital de Faro do Partido Comunista Português, realizou-se na passada segunda-feira, nesta localidade, uma sessão de esclarecimento que contou com a presença do camarada Octávio Pato, membro do secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido.

OS MAIS ELEVADOS PRINCÍPIOS DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

«A presença, no nosso país, — salientou Octávio Pato — deste agrupamento soviético traduz a continuação duma amizade que não é de hoje, e representa uma demonstração de efectiva solidariedade para com a juventude e o povo de Portugal, por parte da juventude soviética e da sua organização leninista de vanguarda — o Komsomol educada pelo glorioso PCUS nos mais elevados princípios do internacionalismo proletário».

ACTUAL PARA QUE EM TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO NÃO HAJA TRABALHADORES A OLHAREM-SE COMO INIMIGOS É UMA CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA CONSOLIDAR AS CONQUISTAS ALCANÇADAS EM Duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo

«Actuar para que em todos os locais de trabalho não haja trabalhadores a olharem-se como inimigos é uma condição indispensável para consolidar as conquistas alcançadas em duros combates anteriores e posteriormente avançar na estrada que conduz ao socialismo» — afirmou o camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, num comício realizado no passado sábado no Barreiro.

NA UNIDADE A DEFESA DA REVOLUÇÃO

«No momento actual, os capitalistas e seus lacaios, toda a casta de reaccionários, fomentam freneticamente a divisão entre os trabalhadores com o objectivo fixado de baixarem o seu nível de vida económico e de lhes arrancar em seguida as grandes conquistas que são as liberdades democráticas, as nacionalizações e a Reforma Agrária».

COMÍCIO DO PCP EM AVIS

Realizou-se, no passado domingo, em Aviz, um comício do nosso Partido, ao qual esteve presente o camarada Diniz Miranda, membro do Comité Central do PCP, a Reforma Agrária e sua defesa foi o tema central das várias intervenções, tendo sido vivamente criticados todos aqueles que, calunhando a justa luta dos trabalhadores alentejanos, pretendem anular esta grande conquista do povo português e, com ela, o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974.

«Em várias regiões do país, em especial nos Açores, o PPD e o CDS, aparecem como a expressão legal do terrorismo. A chamada Confederação dos Agricultores de Portugal é outra expressão legal da acção das forças reaccionárias, fascistas e terroristas, contra a jovem democracia portuguesa».

No decorrer da sua intervenção, o camarada Diniz Miranda denunciou os ataques contra a Reforma Agrária, afirmando: «Os inimigos da Reforma Agrária não são só os grandes senhores da terra. São também aqueles que vêm para a televisão e para os jornais com mentiras, dizer que houve ocupações selvagens, que a produção diminuiu, e que, tal como

confessa o ministro Salgado Zenha, se o sector agrícola foi dos únicos onde se verificou um aumento sensível da produção essa colheita ainda foi das searas que os agrários mandaram semear. Não dizem que essas sementeiras foram feitas pela pressão dos trabalhadores que foram distribuídas pelas herdades pelos sindicatos. Não dizem que se não tivesse havido uma grande vigilância dos trabalhadores ainda teriam arido mais searas do que no ano anterior. Não dizem que em Outubro do ano passado já tinham entrado nos celeiros mais de 250 mil toneladas de trigo do que nos anos anteriores».



O grupo de danças da Geórgia

«No decorrer da sessão de esclarecimento, que se realizou no salão de convívio do Liceu de Faro, o camarada Octávio Pato abordou vários aspectos da situação política actual, tendo alertado os numerosos presentes para os perigos que corre a Revolução portuguesa e denunciando os avanços das forças da direita.

Finalmente e após se ter referido às actuações pré-eleitorais das principais forças da direita, o camarada Octávio Pato encorrou a sua intervenção apelando para a unidade dos trabalhadores em defesa das liberdades democráticas e das conquistas da Revolução, nomeadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário.

Referindo-se à vaga de atentados terroristas, o camarada Octávio Pato classificou-a como «confissão de fraqueza» da direita e apelou para a unidade das massas trabalhadoras, dos pequenos comerciantes, agricultores e industriais, de todos os que sofreram na carne as consequências de meio século de ditadura fascista.

«O terrorismo aumenta, mas não diminui igualmente o repúdio do «nosso povo» pela prática terroristar e consentânea do mesmo que haverá se se derem novos avanços da direita. Reclamar medidas imediatas e efectivas contra o terrorismo, reclamar a prisão dos bombistas e incendiários, e exigir o desmantelamento do ELP e MDLP corresponde ao sentimento de todos os portugueses amantes da liberdade e é um imperativo para todos os que desejam salvaguardar as conquistas revolucionárias da Revolução».

Seguidamente, e respondendo a perguntas formuladas pela assistência, o camarada Octávio Pato expôs as teses dos comunistas portugueses sobre a Reforma Agrária, a posição do nosso Partido no Governo, tendo-se ainda referido ao problema do desemprego, aos retornados, à social-democracia, ao turismo e ao próximo acto eleitoral.

«O terrorismo aumenta, mas não diminui igualmente o repúdio do «nosso povo» pela prática terroristar e consentânea do mesmo que haverá se se derem novos avanços da direita. Reclamar medidas imediatas e efectivas contra o terrorismo, reclamar a prisão dos bombistas e incendiários, e exigir o desmantelamento do ELP e MDLP corresponde ao sentimento de todos os portugueses amantes da liberdade e é um imperativo para todos os que desejam salvaguardar as conquistas revolucionárias da Revolução».

Seguidamente, e respondendo a perguntas formuladas pela assistência, o camarada Octávio Pato expôs as teses dos comunistas portugueses sobre a Reforma Agrária, a posição do nosso Partido no Governo, tendo-se ainda referido ao problema do desemprego, aos retornados, à social-democracia, ao turismo e ao próximo acto eleitoral.

«O terrorismo aumenta, mas não diminui igualmente o repúdio do «nosso povo» pela prática terroristar e consentânea do mesmo que haverá se se derem novos avanços da direita. Reclamar medidas imediatas e efectivas contra o terrorismo, reclamar a prisão dos bombistas e incendiários, e exigir o desmantelamento do ELP e MDLP corresponde ao sentimento de todos os portugueses amantes da liberdade e é um imperativo para todos os que desejam salvaguardar as conquistas revolucionárias da Revolução».

Seguidamente, e respondendo a perguntas formuladas pela assistência, o camarada Octávio Pato expôs as teses dos comunistas portugueses sobre a Reforma Agrária, a posição do nosso Partido no Governo, tendo-se ainda referido ao problema do desemprego, aos retornados, à social-democracia, ao turismo e ao próximo acto eleitoral.

«O terrorismo aumenta, mas não diminui igualmente o repúdio do «nosso povo» pela prática terroristar e consentânea do mesmo que haverá se se derem novos avanços da direita. Reclamar medidas imediatas e efectivas contra o terrorismo, reclamar a prisão dos bombistas e incendiários, e exigir o desmantelamento do ELP e MDLP corresponde ao sentimento de todos os portugueses amantes da liberdade e é um imperativo para todos os que desejam salvaguardar as conquistas revolucionárias da Revolução».

Seguidamente, e respondendo a perguntas formuladas pela assistência, o camarada Octávio Pato expôs as teses dos comunistas portugueses sobre a Reforma Agrária, a posição do nosso Partido no Governo, tendo-se ainda referido ao problema do desemprego, aos retornados, à social-democracia, ao turismo e ao próximo acto eleitoral.

Um aspecto do comício da UEC e da UJC realizado em Sacavém

PARALISAÇÃO CONTRA O TERRORISMO

As acções terroristas contra as organizações de trabalhadores traduzem o propósito da reacção em impedir o normal funcionamento dos sindicatos na sua luta contra a exploração das classes trabalhadoras e o regresso do fascismo

Não ao terrorismo! Não ao fascismo! Foram as duas palavras de ordem que marcaram a paralisação de uma hora efectuada pela maioria dos trabalhadores do Centro e Sul do País, na passada segunda-feira, correspondendo assim ao apelo da União dos Sindicatos do Sul e de diversos sindicatos, contra a escalada terrorista que impunemente assola o País e que ganhou nova amplitude quando, na noite de 28 para 29 de Janeiro, elementos fascistas destruíram a bomba em Braga, as sedes dos sindicatos da Construção Civil, do Calçado e Maleiros, das Garagens e dos Metalúrgicos, a sede do Inatel onde funcionava igualmente a União dos Sindicatos de Braga e ainda as instalações de um partido político e a dependência de uma instituição bancária.

Uma paralisação de igual significado tinha sido já efectuada na última sexta-feira pelos trabalhadores dos distritos de Braga, Aveiro e Viana do Castelo. Respondendo à destruição fascista com a força da sua unidade, os trabalhadores mostraram, mais uma vez, quem está interessado na construção de um país democrático, onde sejam respeitados os direitos e os interesses dos trabalhadores, e quem está empenhado na destruição sistemática das liberdades e da democracia.

A resposta das classes trabalhadoras perante a ameaça terrorista de quase todos os dias — automóveis destruídos, sedes de sindicatos e de organizações políticas incendiadas e demolidas à bomba, dirigentes sindicais assassinados ou espancados — não se limita apenas a afirmar aos inimigos do povo que os trabalhadores não permitirão o regresso do terror fascista e que para isso estão unidos, tanto na paralisação simbólica de uma hora como nas formas de luta que venham a desenvolver para defenderem as suas conquistas. A recente resposta das classes trabalhadoras tem também, e principalmente, por objectivo chamar a atenção das entidades responsáveis para a onda de atentados impunes, de molde a serem tomadas medidas rápidas e severas contra os criminosos fascistas e não continuar esta passividade que, a perdurar, permitirá a actividade cada vez mais descarada da reacção.

UMA CAMPANHA EM MARCHA

A propósito dos acontecimentos verificados recentemente em Braga, que aliás não são inéditos, pois aquela cidade tem sido fustigada pelas actividades criminosas fascistas do ELP e do MDLP, insurgindo-se contra a violência impune da reacção, a direcção da Organização Regional do Norte do PCP tornou público um comunicado onde recorda que os criminosos atentados levados a cabo pelos fascistas não constituem um acto isolado, antes fazem parte de uma campanha em marcha, desencadeada em fins de Maio de 1975 que se salda já em cerca de 300 acções terroristas. E acrescenta a nota da DORN do PCP:



Os trabalhadores da Sorefame, tal como os de outras empresas, realizaram plenários em que foram aprovadas moções de repúdio pelo avanço impune das actividades terroristas

«Vezes sem conta o PCP tem denunciado a escalada da reacção cujo objectivo é destruir as liberdades e restabelecer em Portugal uma ditadura fascista. Vezes sem conta, também, o PCP tem exigido o castigo severo para os bandos criminosos do ELP e do MDLP e para os seus cúmplices. O facto de os atentados em Braga terem sido sobretudo dirigidos contra sindicatos, que são organizações de unidade e de defesa dos interesses dos trabalhadores, comprovam uma vez mais que o alvo dos fascistas são todos os trabalhadores e verdadeiros democratas, todos aqueles que não aceitam o regresso ao passado, à ditadura e à exploração por parte dos grandes capitalistas.

«A completa falta de medidas oficiais que combatam o banditismo fascista; a tolerância face a situações de ausência de liberdades económicas em numerosas localidades e regiões; a impunidade com que os fascistas têm podido realizar reuniões, organizar os seus bandos, armazenar armas e explosivos, dar entrevistas aos jornais como o «Comércio do Porto» e realizar as suas operações; tudo isto tem objectivamente animado os terroristas a continuarem as suas acções, a prosseguirem uma escalada de violência de proporções alarmantes.»

ATÉ QUANDO?

«Até quando?» — interroga depois a nota da DORN do PCP

que salienta a necessidade de urgentemente o Governo e as autoridades militares defenderem as liberdades e a ordem democrática, pondo cobro ao terrorismo fascista. E o comunicado termina, afirmando: «O Estado democrático não pode admitir que a vaga de violência continue. É necessário combater as actividades contra-revolucionárias, desmantelar as organizações terroristas clandestinas como o ELP e o MDLP, prender e castigar severamente os responsáveis pelos actos de violência. É indispensável cessar os saneamentos à esquerda que debilitam as defesas da revolução. É urgente garantir o exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos em todo o território nacional, por fim aos poderes locais reaccionários e punir aqueles que atentam contra as liberdades.»

O mesmo pensa a esmagadora maioria da classe trabalhadora. O mesmo pensa a esmagadora maioria do povo português. E, no entanto, continua a interrogar-se até quando continuará impune e desenfreada a onda de terrorismo fascista.

A LUTA CONTINUA...

Ganhando um novo impulso com o 25 de Abril, a luta dos trabalhadores contra a exploração e a opressão continua hoje, tão firme como ontem. Na defesa das conquistas alcançadas, os trabalhadores, como já por diversas vezes o têm

demonstrado, não hesitarão em erguer a sua unidade contra as ameaças do fascismo.

Ignorar os atentados bombistas e as agressões a elementos progressistas ligados aos sindicatos ou aos partidos políticos, significa dar carta branca às actividades criminosas do fascismo. Actividades que, a concretizarem-se, os seus intentos ditatoriais não pouparão ninguém que não seja partidário acérrimo do fascismo. Por todos os exemplos conhecidos — o mais recente e do qual nunca é demais falar, é o Chile — jamais o fascismo perdou os seus inimigos, por mais brandos que estes fossem.

O terrorismo criminoso do fascismo que agora se repete em Portugal, visa intimidar e desmobilizar as massas trabalhadoras, abrindo caminho para a instauração de uma nova ditadura terrorista dos monopólios e latifúndios.

... SEM DESÂNIMO...

Mas os trabalhadores, que nunca se vergaram durante o tempo de Salazar e de Caetano, não cederão às acções terroristas daqueles que, aproveitando a liberdade e a inércia das forças da ordem, actuam para destruir essa mesma liberdade.

A luta continua, hoje, com uma paralisação simbólica de uma hora, amanhã com outro processo mais de acordo com a ofensiva da reacção, mas a luta continua — isso pode o fascismo estar seguro, e, por essa razão, cria sinistras polícias políticas mal se apodera do poder — para só terminar

quando a exploração e a opressão forem definitivamente abolidas.

A necessidade imperiosa dos trabalhadores portugueses manterem e reforçarem a vigilância, unidade e firmeza na defesa das conquistas democráticas e das suas organizações de classe, foi amplamente demonstrado na paralisação efectuada na passada segunda-feira.

Convocada pela União dos Sindicatos do Sul e por mais de trinta sindicatos, obteve grande

NOTA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS SOBRE OS ÚLTIMOS ATENTADOS TERRORISTAS

A série de atentados bombistas desencadeada no Norte do país na madrugada do dia 29, assim como o incêndio, mais que suspeito, que na Covilhã consumiu o edifício-sede de várias organizações democráticas, representam mais um passo na escalada do terrorismo fascista a que urge pôr cobro.

Em Braga, onde rebentaram 8 bombas, foram as sedes dos sindicatos os principais alvos do terrorismo, o que mostra o ódio implacável dos fascistas aos trabalhadores e às suas organizações de classe.

A simultaneidade e violência destes atentados comprovam a total impunidade com que continuam a agir os criminosos fascistas e os seus instigadores e vem reforçar a urgência das medidas que o PCP tem vindo a reclamar para pôr cobro a tais crimes.

O atentado contra o pároco de A-Ver-o-Mar, inserido nesta onda terrorista, mostra também a intolerância religiosa dos fascistas e ofende gravemente os tradicionais sentimentos de fraternidade e tolerância do nosso povo. O objectivo da vaga terrorista é o regresso ao fascismo e a liquidação das liberdades e da democracia. A reacção lança a violência e a desordem para depois gritar pela sua paz e pela sua ordem.

Como tem afirmado, o PCP entende que é urgente reprimir e desmantelar organizações terroristas como o ELP, o MDLP e suas ramificações. É igualmente urgente a condenação das organizações políticas reaccionárias que, pela sua acção, a coberto da legalidade de que desfrutam, instigam a tais crimes. Toda e qualquer complacência para com os criminosos fascistas responsáveis por esta onda de violência só pode animar à sua continuação.

As autoridades responsáveis pela manutenção da ordem democrática não se podem eximir a reprimir com a necessária severidade as actividades dos criminosos fascistas sob pena de não defenderem os bens e a vida dos cidadãos e de não assegurarem o respeito pelas liberdades e a construção do Portugal democrático a que o povo português aspira e a que tem direito.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

realizaram-se paralisações e foram aprovadas moções de repúdio pela atitude divisionista daqueles órgãos sindicais.

Em Aveiro, Beja e Coimbra, a greve atingiu entre os 80 a 100 por cento.

Na cidade do Mondego, a percentagem de 100 por cento abrange os sectores de têxtil, cerâmica, lanifícios, metalúrgicos e hotelaria, e os sectores que não paralisaram enviaram moções à

paralisação o registo aproximadamente 60 por cento de adesões na totalidade dos trabalhadores.

Em quase todos os locais de trabalho onde se verificou a paralisação realizaram-se plenários nos quais foram aprovadas moções de protesto pela falta de medidas contra o terrorismo, ao mesmo tempo que se exigiam medidas drásticas para pôr fim à escalada fascista.

Não poderão ser livres umas tais eleições nem honestos os seus resultados. De facto, é toda a vida democrática nacional que o terrorismo põe em causa, ofende e coarct.

O combate ao terrorismo é, pois, uma tarefa urgente de todos os democratas e anti-fascistas, todos os que — qualquer quadrante político — condenam o uso da intimidação a do terror. A DORN apela para que se multipliquem ainda mais as

acções de todo o tipo de condenação e de repúdio do terrorismo.

A DORN apela para que se reforce e organize a vigilância popular capaz de conduzir à rápida identificação dos responsáveis e dos agentes do terror, desmascarando-os implacavelmente.

A Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português

União dos Sindicatos de Coimbra. No Baixo Alentejo a participação dos trabalhadores rurais atingiu, nesta jornada de luta, cerca de 90 por cento.

...ATÉ À VITÓRIA

A paralisação de segunda-feira foi o continuar da luta desencadeada sexta-feira passada pelos trabalhadores do distrito de Braga e que se estendeu a Aveiro e Viana do Castelo, a qual registou grande participação, nomeadamente em Braga onde 85 por cento dos metalúrgicos pararam, o mesmo sucedendo a outro tanto de trabalhadores da construção civil e cerca de 60 por cento do sector de calçado e maleiros, para além de outros sectores profissionais. Em Aveiro a

Algumas moções exigiam mesmo que todas as organizações de classe destruídas pelo terror fascista devem ser indemnizadas pelos órgãos competentes.

Os trabalhadores de Norte a Sul do país manifestaram a sua posição face à vaga de terrorismo fascista que se faz sentir. Organizados e unidos mostraram estar dispostos a lutar contra quem pretende impor de novo o terror. Organizados e unidos, única forma de não serem esmagados pela exploração que espelra logo atrás das bombas e das agressões do fascismo, tornaram claro a sua determinação em continuar a luta, sem desânimo, até à vitória. A vitória contra o terrorismo, a vitória contra o fascismo, a vitória da liberdade com todas as regalias e direitos que daí resultam contra a repressão e o ódio que por demasiado tempo fizeram lei no nosso país.

ORDEM DEMOCRÁTICA OU TERRORISMO? A quem serve o aumento do banditismo e da criminalidade?

A primeira grande alternativa que se coloca ante o nosso povo é entre a ordem democrática e a desordem e o terrorismo fascistas.

O aumento constante da criminalidade em Portugal, sensivelmente agravado nos últimos meses, é um fenómeno deveras preocupante, cujas origens urge apurar.

A simples leitura regular dos principais jornais é suficiente para alarmar o menos temeroso dos cidadãos: assaltos à mão armada a casas comerciais e particulares; roubos de automóveis, violações; assassínios. Paralelamente, o consumo e contrabando de drogas alastra vertiginosamente, afectando em especial largos sectores das camadas juvenis.

É legítimo que a inquietude comece a assaltar as populações, em especial a dos centros urbanos onde tal explosão de criminalidade e banditismo mais se faz sentir. É legítimo que as pessoas se interroguem do porque de tal fenómeno. É legítimo que se exija das autoridades responsáveis a manutenção da ordem e o combate ao vandalismo.

Mas que ordem? Não certamente a que se procura contrapondo ao terror do banditismo o terror policial.

É afinal, porque não há ordem pública? Porque não há agora ordem pública? Porque há agora cada vez mais desordens?

Há alguns meses atrás, especialmente após os abortados golpes reaccionários de 28 de Setembro e 11 de Março, quando o processo revolucionário avançava a passos largos para o socialismo; quando as organizações populares se formavam e desenvolviam por todo o lado, quando a vigilância popular era fomentada e estimulada pelos responsáveis da Nação, o clima social em que se vivia era sem dúvida mais tranquilo. A criminalidade ainda não «desabrochava» com todo o seu vigor... nem tinha grandes probabilidades de o vir a fazer.

Contudo, não poucas vezes se levantaram então, clamando de insatisfação. Vozes de responsáveis de partidos políticos, de representantes do capital e do imperialismo, claro.

As forças revolucionárias não souberam forjar suficientemente a sua unidade, radicalizaram-se por vezes em posições sectárias, cederam face à ofensiva da reacção. Mudou a correlação de forças. Foram afastados do processo elementos que sempre se bateram pelo avanço da democracia.

Freado o ritmo da revolução; libertados os «pobres pides» — «também são seres humanos» — desarticulados órgãos de poder popular; desmobilizadas as populações da vigilância revolucionária; seria lógico que quem tanto clamava por ordem e disciplina se garantisse, uma vez respondida pela sua manutenção. Mas não. É exactamente na mesma altura que se verifica a

ascensão da vaga de banditismo e criminalidade. Porquê?

Precisamente ao contrário do que temos atrás alguns anunciavam, revela-se mais claramente que nunca que a viragem à direita não trouxe a prometida calma e tranqüilidade e que os factores da desordem da intranquilidade e da insegurança não são o PCP nem o movimento operário e popular, mas precisamente as forças da direita reaccionária. (A. Cunhal).

DESORDEM OFICIALIZADA?

A escalada da violência que se anuncia nos recontros entre marginais de delito comum e as forças policiais não resolverá nada, nem será apenas o aumento de policiamento o que fará, como facilmente se compreende, é inviável manter um polícia em cada esquina, como agora acontece em relação às farmácias de Lisboa, no intuito de impedir o roubo de estupefacientes.

Por outro lado, como estranhar que grupos de marginais se sintam incentivados no prosseguimento dos seus espólios, quando diariamente se assiste aos mais violentos atentados bombistas, de objectivos declaradamente políticos, que mais não fazem que levar à prática as ameaças de figuras proeminentes de partidos representados no Governo contra outros partidos de esquerda e organizações de trabalhadores, e que prosseguem impunemente a sua acção terrorista?

É necessário lembrar que, enquanto as forças policiais e militares procuram inexistentes armas na posse dos trabalhadores, são os banditos, os ladrões, os foragidos que atacam armados com material de guerra.

Não é também demais lembrar os refinados métodos utilizados pela CIA, em diversos países utilizando marginais para alcançar objectivos muito mais profundos que o simples roubo ou assalto para a criação de ambientes de insegurança e medo. Recorde-se o estranhíssimo caso da Standard Elétrica e a já anunciada dimensão da quadrilha que usa um enorme arsenal de material de guerra e conta com elementos estrangeiros que, muito ao contrário de treinos, participam em Portugal em roubos e assaltos.

Mas se, por si só, as autoridades não conseguem assegurar a ordem pública e descobrir e desmascarar os bandos de marginais que dia a dia se organizam, combatendo não só os efeitos mas sobretudo as causas, porque não recorrer à cooperação popular que já deu sobejas provas de eficácia e determinação?

Será que afinal o interesse tão insistentemente gritado em manter a ordem não passou de um pretexto para reforçar o aparelho repressivo e que, ainda não satisfeitas, as forças reaccionárias estão tratando de criar as

condições que lhes permitam exigir a sua ordem e a sua paz?

Se não, como compreender tanta agressividade em relação aos «perigosos banditos de quinze anos» e tanta passividade face aos cada vez mais temerários atentados bombistas?

O que se esconde por detrás de toda esta estranhíssima acção das autoridades? De que serve colocar polícias às portas das farmácias se as mais das vezes se podem comprar livremente medicamentos que actuam como estupefacientes? Até quando estarão as mulheres sujeitas a serem ofendidas e violadas só pelo facto de andarem de noite na rua?

Não há assaltos, nem roubos, nem violações, nas terras do Alentejo. Nem polícias às portas das farmácias, ou em continua vigilância. Ali, quem vigia é o povo. E não há banditismo. Salvo o dos atentados bombistas dos fascistas.

Se se tiver em consideração que se vive de momento um período pré-eleitoral e que as principais forças políticas dominantes se lançaram já na caça do voto, não será de estranhar que, enquanto por um lado nada fazem para combater a desordem reinante, por outro oferecem de bandeja os seus programas eleitorais recheados de promessas de paz e tranquilidade.

Intimidados pelo clima repressivo e de instabilidade social os eleitores vão votar. Em liberdade?

«... E se as autoridades só por si não estão em condições de descobrir e localizar os bandos fascistas e os membros dos grupos terroristas, procurem a cooperação popular, se houver firme determinação de assegurar a ordem democrática, podemos garantir que, em pouco tempo, o terrorismo fascista será localizado, contido e derrotado». (A. Cunhal).

Defender as liberdades democráticas é uma das tarefas fundamentais do momento presente. E a liberdade de cada indivíduo começa onde termina a do seu semelhante, baseia-se no respeito mútuo, é fruto da subordinação do interesse individual ao da colectividade.

Defender as liberdades democráticas é uma das tarefas fundamentais do momento presente. E a liberdade de cada indivíduo começa onde termina a do seu semelhante, baseia-se no respeito mútuo, é fruto da subordinação do interesse individual ao da colectividade.

Defender as liberdades democráticas é uma das tarefas fundamentais do momento presente. E a liberdade de cada indivíduo começa onde termina a do seu semelhante, baseia-se no respeito mútuo, é fruto da subordinação do interesse individual ao da colectividade.

TERRORISMO BANDEIRA DO FASCISMO

Alentada pela complacência e inoperância das autoridades a vaga terrorista prossegue por todo o país

Parte integrante do plano de acção das forças reaccionárias, o terrorismo avança a passos largos pelo território nacional.

Fomentar o pânico e impedir as mais elementares actividades democráticas são objectivos imediatos da campanha de terror. Todavia, o objectivo principal tem um alcance muito mais profundo — preparar as populações para aceitarem, e mesmo desejarem, a ordem e a paz que as forças de direita lhe prometem, criando ao mesmo tempo a «justificação» para o reforço do seu aparelho repressivo, indispensável para a defesa da sua paz e da sua ordem.

Os atentados bombistas verificados nos últimos dias, em vários pontos do país, mostram bem a existência de uma vasta rede organizada e o atrevimento cada vez maior dos terroristas; dado que se avizinham novas eleições, não é de estranhar que a violência dos atentados seja maior precisamente nas zonas de influência da reacção, pois que actuam como factor intimidativo das populações inibindo-as de expressarem

livremente as suas opções.

Como sempre, e compreensivelmente, os alvos principais das acções terroristas são as organizações que mais consequentemente se batem contra o fascismo e o capitalismo e pela construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados — as organizações de classe dos trabalhadores e os partidos políticos progressistas.

Assim, na madrugada do passado dia 21, em Mértola, de um automóvel foi lançada uma bomba contra o Centro de Trabalho do nosso Partido naquela localidade, destruindo-o parcialmente. Apenas por acaso, não foi atingido um camarada que se encontrava no interior do edifício. Entregue o caso à GNR, está a proceder-se a investigações, nada se tendo ainda apurado.

Entretanto, na madrugada do dia 23, bombas de grande potência rebentavam em Lisboa e Braga. Na capital o alvo foi o Citroen Dyane, propriedade da militante comunista Maria de Fátima Santos Chaves Santa-Rita. Também em Lisboa, na véspera, fora

destruído o carro do camarada José Viana.

Em Braga, foi um organismo cultural que sofreu elevados estragos em sequência de uma forte explosão.

Por seu turno, na Póvoa de Varzim, pelas 5 e 20 do dia 28, um petardo de fraca potência rebentava debaixo do automóvel de Custódio José da Costa Sá, militante comunista.

«OBRA DE PROFISSIONAIS»

A culminar a ofensiva terrorista, uma violenta vaga de atentados atingiu na madrugada do dia 29 várias localidades do norte do país e a capital da Beira Baixa.

Com efeito, em Braga, foram praticamente destruídas as sedes dos sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil, dos Metalúrgicos, dos Trabalhadores de Calçado e Maleiros, e dos Trabalhadores de Garagens. Também as instalações da União dos Sindicatos, da Inatel, do Banco Totta e Açores e da

UDP foram alvo de atentados bombistas.

Estes ataques possuem todo o aspecto de «representação», dado que as organizações sindicais de Braga têm vindo a desenvolver intensa campanha contra o aumento do custo de vida e contra o saneamento do Ministério do Trabalho naquela cidade, bem como contra a suspensão da contratação colectiva.

Segundo a PSP de Braga, as explosões foram «obra de profissionais».

Entretanto, na Covilhã, as chamas destruíram as sedes locais de quatro partidos políticos (MES, UDP, FSP e FEC-ML).

Na localidade de A-Ver-o-Mar, na residência paroquial, rebentou um petardo que provocou avultados danos. O pároco, reverendo Ângelo, chegou a ser excomulgado pelo arcebispo de Braga devido às suas posições progressistas.

Até ao momento desconhecem-se quaisquer medidas que tivessem sido tomadas pelas autoridades responsáveis a fim de desmascarar e punir os responsáveis por tais actividades criminosas.

QUATRO ANOS DE LUTA

A UEC promoveu no passado dia 31 no Pavilhão dos Desportos em Lisboa uma grandiosa jornada de confraternização a que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal. Milhares de estudantes comunistas provenientes de todo o país reafirmaram a sua inabalável determinação revolucionária: desmascarar os intentos dos reaccionários e prosseguir a luta pela Reforma Geral e Democrática do Ensino

Na passagem do seu quarto aniversário, a União dos Estudantes Comunistas, vanguarda revolucionária da juventude estudantil portuguesa, promoveu no passado dia 31 de Janeiro, pelas 21 e 30 horas, no Pavilhão dos Desportos, um grandioso comício-festa subordinado ao tema "Unidade, a força dos estudantes", no qual usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido.

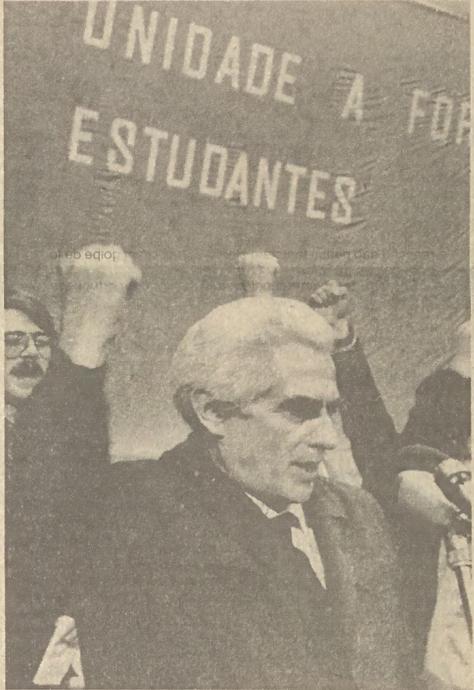
Muito antes do início desta jornada, fruto da capacidade de organização e mobilização dos estudantes comunistas, já os acessos ao Pavilhão dos Desportos apresentavam grupos ruidosos de jovens estudantes que empunhavam cartazes e bandeiras vermelhas.

Algumas excursões permitiram ainda a presença de estudantes comunistas de Santarém, Caldas da Rainha, Coimbra, Faro, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Torres Vedras, Pombal, Marinha Grande, Porto e de outras zonas de Portugal.

Localizavam-se também distúncios representativos das células da UEC nas escolas de Alcoitão, Sintra, Laranjeiro, Barreiro e de praticamente todos os estabelecimentos de ensino da zona de Lisboa — Liceu D. Pedro V, Escola Fonseca Benevides, Instituto Superior Técnico, Faculdade de Letras, Económicas e muitas outras.

AVANTE POR UMA UEC DE MASSAS

A sala, cheia de cor e entusiasmo, estava ainda decorada com grandes cartazes: "Avante, avante por uma UEC de massas".



"Unir os estudantes, democratizar as escolas". São as palavras de ordem dos jovens estudantes comunistas, dos milhares de estudantes que, conscientes da sua real importância no combate à reacção e na edificação da sociedade socialista, labutam de norte a sul do país pelo funcionamento normal das escolas, pela entrada dos estudantes no 1.º ano da Faculdade, contra a asfixia económica dos estabelecimentos escolares e pela regulamentação democrática do ensino.

Uma entusiástica e calorosa recepção acolheu os elementos que iam tomar lugar na mesa. Além do camarada Álvaro Cunhal estavam também presentes, o camarada José Pedro Soares, membro suplente do CC do nosso Partido e da Comissão Central da UJC, Joaquim Pina Moura, presidente do comício e militante da Comissão Executiva da CC da UEC, uma delegação do KOMSOMOL (União Soviética), uma representação da FMJD e ainda toda a Comissão Central da UEC.

O primeiro orador foi o camarada Pina Moura, que começou por dizer:

"A confirmação da linha de orientação e acção da UEC, o alargamento da nossa organização e influência, não aconteceu por acaso. Resulta do nosso trabalho na nossa actividade política, orgânica e ideológica, pela bússola segura que é o marxismo-leninismo. Mas a utilização deste instrumento precioso é inseparável do facto de termos estado solidamente ligados à vanguarda revolucionária do proletariado português — o glorioso Partido Comunista Português."

Após uma breve saudação aos convidados estrangeiros, o camarada da Comissão Central da UEC terminou a sua curta intervenção, afirmando:

"A melhor forma, e diríamos a única forma como devemos fazer esta comemoração é a de nos voltarmos para o futuro, para a acção, para o desenvolvimento do movimento estudantil e da sua ligação com o movimento operário e popular, para o fortalecimento e o alargamento da União dos Estudantes Comunistas.

"Neste sentido se seguirão as intervenções que constituirão a parte política deste comício. Ao som de vibrantes aclama-

ções ao nosso Partido e à juventude comunista (UEC-UJC), foi apresentado o segundo orador, o camarada Virgílio Rocha, membro da Comissão Executiva da CC da UEC que focou os problemas actuais da actividade estudantil.

Depois de saudar o camarada Álvaro Cunhal, as delegações do "Komsomol" e da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e a UJC, salientou:

"A UEC comemora hoje o seu 4.º aniversário. Herdeira das grandes tradições de luta das organizações estudantis do PCP, a UEC foi criada em Janeiro de 1972, nas condições de clandestinidade impostas pela ditadura fascista."

"Saudar a 1.ª Comissão Central da UEC, todos os camaradas que contribuíram para afirmar a UEC como organização nacional, vanguarda revolucionária dos estudantes portugueses, e em particular aqueles que, nas prisões, souberam defender os segredos da organização contra os esbirros fascistas, é um dever de todos nós, hoje, que vivemos em condições de liberdade e democracia."

Detendo-se em particular nos perigos da viragem à direita após o 25 de Novembro, é o reflexo daí proveniente nas escolas, o jovem militante da UEC, afirmou:

"O perigo do fascismo é um perigo real, camaradas!"

"Com a derrota da esquerda militar, em 25 de Novembro, operou-se uma profunda viragem à direita, nos órgãos do poder político-militar. A ofensiva das forças da reacção e do fascismo visa retirar ao nosso povo as liberdades e as conquistas democráticas alcançadas, como a Reforma

democracia. Exigimos a prisão dos bombistas e incendiários do ELP e MDLP.

"Ao avanço das forças direitistas no plano político-militar, corresponde uma ofensiva de direita nas escolas, na tentativa de minar as conquistas já alcançadas pelos estudantes tentando substituir os conteúdos e novos métodos de aprendizagem, bem como um corpo docente, em muitos casos progressista, por uma escola tecnocrática e elitista, que sirva os interesses de recuperação da nossa economia pelo capital."

DEFENDER A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS

Mais adiante, o camarada Virgílio Rocha exemplificou: "São exemplos marcantes daquilo que dizemos, a tentativa de reintegração de professores saneados, a asfixia económica, a criação de escolas de que pouco se sabe, como a Universidade Nova e a Faculdade de Pedagogia, esta subsidiada pelo Banco Mundial, bem como a inactividade de que estão votados mais de 200 mil estudantes do ensino secundário, devido à falta de professores colocados."

"Se juntarmos a tudo isto o aparecimento da prostituição e da droga, em larga escala no ensino secundário, bem como a existência de verdadeiros grupos de 'cacetiros', estudantes fascistas, que impedem o exercício das liberdades nas escolas, teremos um quadro bem real daquilo que pode ser amanhã o pretexto para serem restringidas as liberdades e retiradas conquistas tão importantes para os estudantes do ensino secundário, como a gestão democrática."

Em seguida, apresentou as formas de luta e propostas que a UEC aponta como necessárias para a resolução do problema estudantil em Portugal. Detendo-se em especial na Reforma Geral e Democrática do Ensino — objetivo máximo dos estudantes portugueses — frisou:

"A UEC propõe-se ganhar os estudantes para a luta mais geral do nosso povo, defendendo intransigentemente as reivindicações das massas estudantis, interpretando as suas aspirações e salientando: — desenvolver os sentimentos internacionalistas dos estudantes portugueses. Tem sido nossa preocupação incentivar os laços de solidariedade e amizade com a juventude e povos de todo o mundo, nomeadamente com a juventude dos países socialistas e com a juventude das ex-colónias portuguesas, a quem tantos laços de fraternal amizade e de luta nos unem."

"Na proximidade do 4 de Fevereiro — início da luta armada em Angola, com o assalto à prisão de S. Paulo, onde se encontravam os membros da PIDE algumas centenas de patriotas — o camarada da UEC não quis deixar de saudar o povo angolano e em especial a juventude do MPLA que, de armas na mão, expulsou do seu território os mercenários do imperialismo (Zaire, África do Sul, etc.) e construiu no coração de África mais um país livre e progressista."

"Como organização revolucionária, a UEC, tal como as outras formações de esquerda, incluindo o PCP, defende o imediato reconhecimento por parte do Governo português da República Popular de Angola."

"No momento em que as FAPLA, braço armado do povo angolano, alcançam grandes e decisivas vitórias no plano militar, que permitirão, a curto prazo, libertar todo o território angolano das forças invasoras e da FNLA-UNITA, agentes directos do imperialismo, o não reconhecimento, por parte do Governo português do estado soberano da República Popular de Angola, é um erro histórico que o

reconhecimento do direito de voto aos 18 anos.

"Cabe às organizações da

juventude, à UEC em particular, tudo fazer para transformar o recenseamento num êxito, para o recenseamento massivo da juventude estudantil. Para isso, propomos a criação de comissões e bancas de recenseamento nas escolas. As estruturas unitárias e as Associações de Estudantes em particular, deverão também ter um importante papel neste domínio."

SOLIDARIEDADE ACTIVA COM O MPLA

— salientou — desenvolver os sentimentos internacionalistas dos estudantes portugueses. Tem sido nossa preocupação incentivar os laços de solidariedade e amizade com a juventude e povos de todo o mundo, nomeadamente com a juventude dos países socialistas e com a juventude das ex-colónias portuguesas, a quem tantos laços de fraternal amizade e de luta nos unem."

"A UEC propõe-se ganhar os estudantes para a luta mais geral do nosso povo, defendendo intransigentemente as reivindicações das massas estudantis, interpretando as suas aspirações e salientando: — desenvolver os sentimentos internacionalistas dos estudantes portugueses. Tem sido nossa preocupação incentivar os laços de solidariedade e amizade com a juventude e povos de todo o mundo, nomeadamente com a juventude dos países socialistas e com a juventude das ex-colónias portuguesas, a quem tantos laços de fraternal amizade e de luta nos unem."

"Na proximidade do 4 de Fevereiro — início da luta armada em Angola, com o assalto à prisão de S. Paulo, onde se encontravam os membros da PIDE algumas centenas de patriotas — o camarada da UEC não quis deixar de saudar o povo angolano e em especial a juventude do MPLA que, de armas na mão, expulsou do seu território os mercenários do imperialismo (Zaire, África do Sul, etc.) e construiu no coração de África mais um país livre e progressista."

"Como organização revolucionária, a UEC, tal como as outras formações de esquerda, incluindo o PCP, defende o imediato reconhecimento por parte do Governo português da República Popular de Angola."

"No momento em que as FAPLA, braço armado do povo angolano, alcançam grandes e decisivas vitórias no plano militar, que permitirão, a curto prazo, libertar todo o território angolano das forças invasoras e da FNLA-UNITA, agentes directos do imperialismo, o não reconhecimento, por parte do Governo português do estado soberano da República Popular de Angola, é um erro histórico que o

reconhecimento do direito de voto aos 18 anos.

"Cabe às organizações da

juventude, à UEC em particular, tudo fazer para transformar o recenseamento num êxito, para o recenseamento massivo da juventude estudantil. Para isso, propomos a criação de comissões e bancas de recenseamento nas escolas. As estruturas unitárias e as Associações de Estudantes em particular, deverão também ter um importante papel neste domínio."

"Sobre o Movimento Associativo e actual situação nos estabelecimentos escolares, o camarada da CC da UEC salientou: "Os estudantes portugueses têm sabido preservar o Movimento Associativo, os seus princípios, as suas estruturas. O Movimento Associativo continua a ser o instrumento principal da sua intervenção na vida social, dentro das escolas e fora delas."

"Todos conhecem bem os prejuízos resultantes da acção do esquerdismo, ou de grupelhos provocatórios, como o MRPP ou a AOC. As insuficiências do trabalho a muitos níveis, como o trabalho nacional, por exemplo, explica-se quase sempre por essa acção de sabotagem. Todavia, os estudantes têm sabido vencer e ultrapassar as tendências para o sectarismo e a gruposularização, bem como o clima de ameaça e agressão física que constituem um ataque à vida democrática interna do

nosso povo não perdoará aos actuais governantes, e que ensembra os horizontes da descolonização", afirmou.

"Depois de desenvolver e reforçar o Movimento Associativo, o militante da UEC apontou a realização das Assembleias de Escola. "As Associações de Estudantes deverão ser uma arma dos estudantes para a construção da democracia, contribuindo para as profundas transformações democráticas do nosso país, nomeadamente na luta por um ensino ao serviço do povo. As Associações de Estudantes, o Movimento Associativo, poderão e deverão cobrir todos os interesses, todas as aspirações dos estudantes, no campo social, pedagógico, cultural, desportivo ou de convívio", concluiu.

Depois de uma condenação enérgica das acções dos bandos de terroristas, finalizou a sua alocução, dizendo:

"Temos tido, em numerosas ocasiões, um estilo de trabalho

dantes que querem defender as conquistas da Revolução, a UEC deverá contribuir decisivamente para barrar o caminho à ameaça do fascismo nas escolas."

— Tal atentado, só por mero acaso, não têm causado maior número de vítimas entre a população e comprometem gravemente a segurança, os direitos e as liberdades dos portugueses; — Esta actividade criminosa, é favorecida pela impunidade com que se exerce, exigindo-se as mais firmes medidas das autoridades a quem compete descobrir e liquidar a conspiração;

— Quando se preparam eleições para a Assembleia Legislativa, é inadmissível que seja permitida a acção de forças criminosas apostadas em impedir a acção livre das forças políticas democráticas e a livre escolha do povo português. Por tudo isto, os milhares de jovens presentes, interpretando os sentimentos da Juventude portuguesa:

— Com a classe operária, com o povo trabalhador, com o Movimento das Forças Armadas, nas manifestações de rua de regozijo como no duro trabalho nas herdeiras colectivas do Ribatejo e Alentejo, os estudantes estiveram desde a primeira hora com as nacionalizações, o controlo operário e a Reforma Agrária. Também agora — em que banqueiros, grandes industriais, agrários e aqueles que lhes fazem o jogo, manobram nos bastidores ou às claras para promover a liquidação da Reforma Agrária, a recuperação para o capital monopolista dos sectores nacionalizados ou dirigidos pelos ou com a participação dos trabalhadores — uma vez mais o Movimento Estudantil ligar-se-á solidamente ao movimento operário e popular na salvaguarda deste património da revolução, condição indispensável para a própria defesa das liberdades.

"Honrando as suas tradições anticolonialistas e anti-imperialistas, providas nas difíceis condições do fascismo, o movimento estudantil de Portugal continuará contribuindo para o movimento progressista da juventude, estudantil e trabalhadora, à escala internacional. Num momento em que se aproxima a gloriosa data do 4 de Fevereiro a UEC reafirma, uma vez mais, a sua determinação de continuar lutando pelo imediato reconhecimento, por parte do Governo Português, da República Popular de Angola e do seu governo, constituído sob a direcção e em torno do MPLA."

"Certa de defender as aspirações mais profundas das massas estudantis, a UEC, apesar de já hoje ser uma grande organização à escala nacional, não desconhece que existem ainda fora dela, muitos milhares de estudantes profundamente interessados na defesa e no progresso da Revolução Democrática, na alteração revolucionária do panorama do ensino e da cultura."

"A esses estudantes dizemos: o vosso lugar é na União dos Estudantes Comunistas, que ficará mais rica e mais forte com a vossa energia e contribuição revolucionária, e onde, guiados pelo marxismo-leninismo, vos tornareis obreiros activos e conscientes, da tarefa exaltante que é a construção de um novo Portugal Democrático a caminho do Socialismo!"

— Protestam contra a impunidade com que se desenvolvem as actividades de banditismo terrorista, ao mesmo tempo que, estando dezenas de militares progressistas presos, são decididas medidas de clemência para com agentes da PIDE/DGS e individualidades de notório passado fascista, como Kaúlza de Arriaga e Moreira Baptista;

— Exigem: — Firme combate às actividades contra-revolucionárias; — Defesa da Ordem Democrática e garantia do exercício das liberdades em todo o território nacional, conforme consta da própria plataforma programática do VI Governo Provisório.

— Desmantelamento firme e imediato das organizações terroristas clandestinas (ELP e MDLP).

— Prisão e castigo severo dos responsáveis directos por actos terroristas e seus instigadores.

— Continuamos já uma UEC de massas, capaz de fazer face, com responsabilidade, às grandes tarefas que temos pela frente, de merecer a confiança que os trabalhadores portugueses e o seu Partido, o PCP, nela depositam."

Vibrantemente aplaudida pela assistência, a intervenção deste camarada foi o pretexto para que frequentemente se ouvissem as palavras de ordem: "UEC, UJC, Juventude do PCP", "Com a UEC nas Escolas a Reacção não Passará" e ainda muitas outras.

Com as bandeiras vermelhas a flutuar e a agitação da juventude, o Pavilhão dos Desportos de Lisboa foi palco de uma grandiosa jornada dos estudantes.

Antes do camarada Álvaro Cunhal usar da palavra, o camarada Matos Cruz leu ainda uma declaração da CC da UEC, emitida em 31 de Janeiro, onde se salienta a determinada altura: "A energia combativa dos estudantes transbordava largamente a luta pelos seus interesses específicos. São parte activa e participante do imenso caudal revolu-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

"Milhares de estudantes e jovens trabalhadores, reunidos a 31 de Janeiro de 1976 no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, por ocasião do comício Nacional da União dos Estudantes Comunistas, consideram que: — Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-

— Os atentados à bomba e assaltos a organismos sindi-



DELEGAÇÃO DA UEC NA POLÓNIA

Um grupo de estudantes portugueses, representando a União dos Estudantes Comunistas, encontra-se desde a passada sexta-feira em Varsóvia, a convite da Federação das Unões Socialistas da Juventude Polaca. Segundo notícia de órgão de juventude da Polónia, «Standar Młodych».

A delegação da UEC assistirá, no decurso da sua estada naquele país socialista, a um ciclo de seminários inaugurado na passada segunda-feira pelo secretário do Conselho Director, Andrzej Jez, que se referiu ao movimento da juventude polaca, às tarefas da Federação e da Juventude na vida da República Popular da Polónia.

Os nossos representantes informaram os seus camaradas polacos sobre a participação dos estudantes comunistas portugueses na luta contra o fascismo, referindo os seus actuais esforços para elevar o nível do ensino nas escolas superiores.

Durante a estadia na Polónia, a delegação da UEC visitará o antigo campo de concentração de Majdanek e encontrará-se com os jovens mineiros de Walbrzych, importante centro carbonífero.

CONCURSO DE FOTOGRAFIA DA UEC

A União dos Estudantes Comunistas vai promover um concurso nacional de fotografia subordinado ao tema «A Juventude e a Revolução». O concurso é aberto a todos os estudantes portugueses, estendendo-se o prazo de entrega dos originais até ao próximo dia 30 de Março.

O autor da melhor fotografia, que será escolhida por um júri de reconhecidos profissionais, terá um prémio aliciente: uma viagem a Cuba, integrada na brigada juvenil «Che» Guevara.

Jovens estudantes, ao trabalho: vamos fotografar a nossa juventude e a nossa Revolução. Cuba está ao alcance de todos.

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Há precisamente 4 anos, na clandestinidade imposta pela ditadura fascista, no prosseguimento da acção desenvolvida pelas organizações estudantis do PCP, foi constituída a União dos Estudantes Comunistas.

Organização provada e experimentada na clandestinidade, contando numerosos quadros forjados na dura luta nas condições do fascismo, a UEC apareceu à luz do dia com o 25 de Abril e, no novo Portugal libertado, continuou firmemente, na linha das suas magníficas tradições, a luta pelos objectivos definidos desde a sua criação: a luta em defesa dos interesses dos estudantes, a luta pelas liberdades democráticas, a luta contra o colonialismo, a luta pela verdadeira independência de Portugal e a luta pelo socialismo, grande ideal da juventude.

Pela sua actividade abnegada, exigindo no novo Portugal democrático não menos determinação que no Portugal fascista do passado, pela sua elevada contribuição para a defesa da liberdade, para o desenvolvimento do movimento popular e do processo revolucionário, pelo incansável e constante apoio dado ao Partido, transmitido à União dos Estudantes Comunistas (UEC), à sua Comissão Central, a todos os seus militantes, as mais calorosas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Os perigos da contra-revolução

Associando a actividade legal e a actividade clandestina, eleitoralismo e o terrorismo, a reacção caminha simultaneamente em duas direcções. Uma é a degradação da situação geral preparando um golpe de força e o assalto ao poder. Outra é a instauração progressiva em todo o território nacional de uma situação antidemocrática, que possibilita a vitória da direita numa mascarada eleitoral e, como consequência, a tomada pacífica do poder. A instauração duma nova ditadura fascista pela via pseudodemocrática, não é um absurdo e foi isso precisamente que aconteceu na Alemanha em 1933.

As forças democráticas, todos quantos querem evitar o regresso de Portugal ao passado fascista, têm de unir-se e impedir o avanço da reacção em qualquer uma destas direcções.

Os estudantes em geral e os estudantes comunistas em particular têm um destacado papel a desempenhar nesta luta decisiva para o futuro de Portugal.

A União dos Estudantes Comunistas, completa o 4.º ano da sua criação, num momento particularmente complexo e perigoso da revolução portuguesa.

Avançando pelo caminho que lhes foi aberto por aliados imprevisíveis, as forças reacçãoárias e conservadoras tomaram posições, iniciam a uma monstruosa vaga de saneamentos à esquerda, fazem exigências, ameaçam os seus recentes aliados, põem em causa conquistas da revolução e revelam cada vez com maior clareza o seu propósito de liquidar as liberdades, de impedir a vida democrática do nosso país e a decisão livre do nosso povo, de impedir a construção dum Portugal democrático, de instaurar uma nova ditadura fascista.

Precisamente ao contrário do que tempos atrás alguns anunciavam, revela-se mais claramente do que nunca que a viragem à direita não trouxe a prometida calma e tranquilidade e que os fatores da desordem, da intranquilidade e da insegurança, não são o PCP nem o movimento operário e popular, mas precisamente as forças da direita reacçãoária.

Na luta contra a reacção e na defesa da ordem democrática, duas tarefas principais se colocam no momento presente.

A primeira é pôr termo à situação antidemocrática existente em vastas regiões, onde, sob a égide CDS-PPD, se instaurou um poder local reacçãoário, e garantir o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

A segunda é estancar a escalada do terrorismo, desmantelar as suas organizações, punir os responsáveis por violências contra pessoas e bens, por assaltos, incêndios, atentados à bomba contra partidos progressistas e militantes, contra sindicatos, contra organizações culturais.

A pronta execução destas tarefas é urgente e fundamental para salvaguardar as liberdades, assegurar o mínimo de condições para a realização de eleições dignas deste nome.

O terrorismo é hoje a expressão mais esclarecedora dos métodos e propósitos da direita. O terrorismo mostra bem o futuro que a direita reservaria ao nosso povo no caso de conseguir liquidar a situação democrática.

O governo e as autoridades têm o estrito dever de tomar energias medidas contra o terrorismo. Em muitos casos são conhecidos os autores de violências. Não se pode aceitar que continuem à solta e impunes. E se as autoridades só por si não estão em condições de descobrir e localizar os bandos fascistas e os membros dos grupos terroristas, procurem a cooperação popular e, se houver firme determinação de assegurar a ordem democrática, podemos garantir que, em pouco tempo, o terrorismo fascista será localizado, contido e derrotado.

A luta pela liberdade

A UEC continua lutando pelos elevados ideais consagrados na Declaração de Janeiro de 1972, publicada precisamente há 4 anos, quando da sua fundação.

A UEC definiu então quatro grandes objectivos políticos: A luta contra o fascismo e pelas liberdades e a democracia; a luta contra o colonialismo; a luta contra o imperialismo e pela verdadeira independência nacional; a luta pelo socialismo e o comunismo.

Derrubada a ditadura, avançando o processo revolucionário, como se coloca na actualidade a luta por estes objectivos?

A luta pelas liberdades e a democracia traduz-se fundamentalmente numa oposição aos perigos da direita reacçãoária, na defesa e no exercício das liberdades e direitos de associação, de reunião, de manifestação e de imprensa, na reclamação do respeito pela ordem democrática e de energias medidas contra o terrorismo, na exigência de condições de liberdade em todo o território nacional, de forma a tornar possível que as anunciadas eleições, sejam de facto eleições e não, como é previsível em vastas zonas do país, uma mascarada eleitoral que o CDS e o PPD preparam.

Nós saudamos todos aqueles que lutam contra a ameaça fascista e as ofensivas reacçãoárias, expressamos a nossa plena confiança em que os inimigos da liberdade e da democracia serão derrotados e que o povo português conseguirá impedir o regresso ao passado fascista, conseguirá construir um regime democrático. Fiel às suas tradições de luta e na linha do seu programa, a UEC continuará lutando firmemente como parte integrante que é do movimento popular, pelas liberdades e pela democracia.

Essa luta tem aspectos particulares, nas próprias escolas, onde a ofensiva reacçãoária se faz também sentir.

Lutar contra a ameaça fascista, pelas liberdades e a democracia, para os estudantes, é também lutar contra a liquidação da gestão democrática nas escolas, contra a reintegração de fascistas e a conquista da chefia pela reacção.

Lutar contra a ameaça fascista, pela liberdade e a democracia é lutar pelo revigoramento, autonomia e democraticidade do movimento associativo.

Lutar contra a ameaça fascista, pela liberdade e a democracia, para os estudantes, é também lutar contra as violências e agressões nas escolas, contra os bandos de arruaceiros, contra actividades abertamente fascistas, em que os jovens do CDS, PPD, PDC e de outros partidos fazem a saudação hitleriana e oficializam o uso da cruz gamada.

Lutar contra a ameaça fascista, pela liberdade e a democracia, é também isolar e desmascarar organizações provocatórias ao serviço da contra-revolução, como o MRPP, a AOC e o PC de P (ml) que há muito, tanto pelas palavras como pelos actos, deixaram cair a máscara de pseudo-revolucionários para mostrarem a sua verdadeira cara: grupos neo-nazis, cujas palavras e acções se confundem já com as da extrema-direita.

Para a UEC, lutar pela liberdade e pela democracia não só significa participar na luta geral do nosso povo por esses objectivos como lutar no concreto, pelas liberdades e a democracia nas escolas.

A luta pela democracia e pelo socialismo

A luta pela democracia e a luta pelo socialismo estão intimamente relacionadas na nova situação concreta, uma vez que só se pode assegurar a construção dum regime democrático, com a liquidação do poder dos monopólios e dos agrários, com transformações económicas e sociais profundas abrindo caminho para o socialismo.

A luta pela democracia e pelo socialismo traduz-se por isso na situação actual na luta pela defesa e consolidação não apenas das liberdades, mas das outras grandes conquistas da revolução, designadamente das nacionalizações, da reforma agrária, do controlo operário.

Nós saudamos calorosamente a luta corajosa da classe operária contra as tentativas de recuperação capitalista e expressamos a nossa confiança em que os grandes capitalistas e aqueles que os protegem não conseguirão os seus intentos, as nacionalizações e o controlo operário serão firmemente defendidos.

Nós saudamos calorosamente a luta corajosa dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores na realização e defesa da reforma agrária contra as tentativas de retomada dos latifúndios pelos grandes senhores da terra e expressamos a nossa plena confiança em que os grandes agrários e as forças da reacção que os apoiam serão contidos e derrotados e que a reforma agrária prosseguirá até à sua completa realização.

A UEC, que sempre lutou corajosamente por reformas profundas, abrindo caminho para o socialismo, que ligou sempre a sua luta à luta da classe operária e do povo trabalhador, que apoiou as nacionalizações, o controlo operário, a gestão dos trabalhadores em empresas conduzidas à beira da falência pelo grande capital, tem de continuar activamente solidária para com a luta dos trabalhadores, em defesa das grandes conquistas da revolução, a luta para impedir que aqueles que arruinaram, defraudaram, abandonaram, conduziram à beira da falência as empresas, venham agora, apoiados na repressão, tomar de novo conta delas, quando foram os trabalhadores com os seus esforços e sacrifícios que asseguraram a sua sobrevivência.

A UEC, que sempre apoiou activamente a reforma agrária, tem de continuar firmemente solidária para com os trabalhadores alentejanos e ribatejanos que, nas antigas terras abandonadas ou mal cultivadas dos latifúndios, estão edificando com o seu suor, os seus sacrifícios, o seu heróico trabalho criador, uma nova agricultura livre do domínio da exploração e do parasitismo dos grandes agrários, uma nova agricultura que prenuncia a futura economia socialista em Portugal.

Estamos certos que a UEC continuará a levar a cabo essa magnífica forma de solidariedade que são as jornadas de trabalho voluntário e gratuito para as cooperativas e herdades colectivas, ajuda concreta à reforma agrária e factor de educação revolucionária da juventude.

A luta pela reforma democrática do ensino

Para os estudantes a luta pela liberdade, a democracia e o socialismo tem como um dos seus principais aspectos a luta por um ensino ao serviço do povo, a luta pela Reforma Geral e Democrática do Ensino.

Tem de reconhecer-se que, dois anos depois do 25 de Abril, ainda o ensino mantém as suas características de classe vindas dos tempos do fascismo.

Essa situação impõe uma luta permanente com alguns objectivos fundamentais.

É necessário lutar para que o acesso às escolas seja amplamente facilitado aos filhos dos trabalhadores com a solução correspondente dos problemas sociais dos estudantes e se ponha fim à situação actual, em que a frequência dos liceus, colégios e escolas superiores, continua a ser praticamente vedada aos filhos dos trabalhadores, em que o critério principal de selecção é o dinheiro dos pais e não o mérito dos alunos e é por isso que nós vemos nas escolas tantos jovens CDS e PPD de braço estendido a gritar "Heil Hitler" e "Viva Caetano".

É necessário lutar pela associação do trabalho intelectual e do trabalho manual e que se ponha fim à situação actual em que os progressos e métodos continuam a ser livrescos, talvez porque o trabalho manual é considerado indigno e vexatório na casta daqueles mesmos que se recusavam a um Serviço Cívico revolucionário.

É necessário lutar para que as escolas formem quadros para a nova economia surgida das nacionalizações e da reforma agrária, rumo ao socialismo, para que as escolas técnicas preparem os trabalhadores para uma melhor direcção e gestão das empresas nacionalizadas, de fábricas sob controlo operário, de cooperativas agrícolas e herdades colectivas e que se ponha fim à situação actual em que o ensino é ainda orientado com vistas à formação de quadros para servirem empresas dominadas pelo capitalismo monopolista e por latifundiários.

É necessário lutar para assegurar a democratização da gestão e das estruturas escolares, impedindo a degradação do ensino provocada pelos agentes pseudo-revolucionários da contra-revolução, evitando as soluções anárquicas e inoperantes que reduzem a gestão democrática a uma caricatura ou a um culto da incompetência e do compadrio de grupos sectários.

Assim como a reacção lança uma ofensiva para a reorganização dos capitalistas e agrários, assim também lança uma ofensiva para a recuperação das escolas.

A UEC, e com a UEC a massa estudantil, tem como uma das suas tarefas fundamentais da hora presente, impedir a recuperação das escolas pela reacção e insistir na luta pela Reforma Geral e Democrática do Ensino.

A luta pela independência nacional

A luta pela verdadeira independência nacional traduz-se no momento presente, na luta contra a recuperação de posições dominantes pelo capital estrangeiro, na luta contra empréstimos e investimentos do imperialismo acompanhados por ingerência, condições ou imposições políticas contra a nossa jovem democracia.

O PCP defende o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com todos os povos, incluindo os países capitalistas e mais concretamente os países do Mercado Comum e os EU.

Mas somos contrários a novas formas de subjugação económica, acompanhada de condições e imposições políticas.

Podemos trocar vinho por petróleo, conservar por equipamento, têxteis por algodão. Podemos solicitar e aceitar empréstimos e investimentos. Mas não queremos nem devemos trocar por promessas ou dádivas de um suposto auxílio a composição de um governo, o partido político de tal ou tal ministério, a organização dos poderes do Estado. Não queremos nem devemos trocar a independência e a soberania nacionais por empréstimos de alguns milhões de dólares ou de marcos, por muitos que sejam.

Se não queremos um socialismo de miséria, também não queremos promessas de abundância ao preço da colonização da nossa própria pátria.

A UEC, fiel à sua orientação, saberá elevar o espírito anti-imperialista de todos os seus militantes e chamar à luta patriótica contra o imperialismo e seus agentes domésticos a massa estudantil.



A luta contra o colonialismo

A luta contra o colonialismo traduz-se hoje fundamentalmente na defesa das relações de amizade e cooperação com os estados de Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, no apoio ao povo de Timor, no apoio à luta do povo angolano, do MPLA, da República Popular de Angola, contra a intervenção dos racistas sul-africanos e dos mercenários a soldo do imperialismo, à luta pela independência total e definitiva da sua pátria.

Nós saudamos calorosamente as vitórias recentes do MPLA e expressamos plena confiança em que os inimigos do povo angolano sofrerão completa derrota.

O PCP defendeu que, mesmo antes da meia-noite do dia 10 de Novembro, momento previsto para a proclamação da Independência de Angola, o governo português deveria ter reconhecido o governo a constituir pelo MPLA em Luanda. Até hoje isso não foi feito e cada dia que tarda no reconhecimento do governo da República Popular de Angola agrava as relações de Portugal com Angola e as perspectivas de amizade e cooperação futura, assim como contribui para a deterioração das relações com os novos estados independentes, criados nas antigas colónias portuguesas. O PCP chama a atenção para as consequências desta atitude e reclama o imediato reconhecimento do Governo da República Popular de Angola.

A UEC, que lutou corajosamente contra a guerra colonial e o colonialismo, foi sempre activamente solidária para com a luta dos povos submetidos ao colonialismo português e da sua juventude sabendo estar mais uma vez à altura das suas responsabilidades, desenvolvendo as relações de amizade com a juventude das ex-colónias portuguesas e desenvolvendo uma activa campanha de apoio e solidariedade para com o heróico povo de Angola, o MPLA, a República Popular de Angola, com a qual queremos que Portugal assegure relações de fraternal amizade e cooperação.

O movimento associativo

Na luta pelos interesses vitais dos estudantes, na luta contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo, na luta pela liberdade, a democracia, a independência nacional e o socialismo, o movimento associativo desempenha um papel de primacial importância.

O movimento associativo continua a ser, tal como há 4 anos a 1.ª Declaração da UEC o definiu, "a principal base" da luta dos estudantes portugueses. O movimento associativo, melhor que qualquer outro campo de acção e formas de organização, pode dar à luta dos estudantes a amplitude, a unidade e a clareza de objectivos susceptíveis de congregar numa massiva frente de luta centenas de milhares de jovens.

Precisamente pela importância capital do movimento associativo na organização, na unidade e na luta dos estudantes, a reacção procurou sempre, antes do 25 de Abril, como depois do 25 de Abril, destruir o movimento associativo.

Grupos de provocadores pseudo-revolucionários aliados da direita, com métodos golpistas, com provocações, violências e aruaças, com um intolerante dirigismo, com a constituição de verdadeiras pequenas mafias, pervertendo eleições e assembleias, conseguiram desacreditar e paralisar em numerosas escolas, e em alguns casos destruir, a vida associativa, roubando assim aos estudantes uma base fundamental e um insubstituível instrumento de luta e de realizações.

Uma tarefa que se coloca à UEC, em unidade com outros estudantes progressistas, é arrancar as associações à estagnação e imobilidade, à ocupação por pequenas seitas intolerantes, restitui-las às massas estudantis, reanimá-las e reorganizá-las, torná-las organismos vivos, grandes centros de luta reivindicativa, de acção pedagógica, de vida cultural, desportiva, e de convívio, grandes organizações unificadoras da vida e da luta dos estudantes portugueses.

O valor da contribuição dos estudantes na luta contra a reacção para a defesa e a construção da nossa democracia, depende em grande parte dessa reorganização, revigoramento e actividade das massas do movimento associativo.

Estamos confiantes em que, no ano corrente, os estudantes comunistas registarão grandes êxitos nesta decisiva frente do seu trabalho.

A União dos Estudantes Comunistas está em condições de realizar com êxito as tarefas que lhe cabem no momento presente.

É certo que os efectivos da UEC, apesar de numerosos, estão longe do que poderiam ser. Milhares de estudantes, hoje fora da UEC, podem e devem ser atraídos às suas fileiras. Confiamos em que o serão. Mas, apesar de atrasos no recrutamento, a UEC tem força e influência.

A UEC é a vanguarda aguerrida da juventude estudantil. Os estudantes comunistas da UEC, assim como os jovens trabalhadores comunistas da UJC, levantam bem alto a bandeira gloriosa das juventudes comunistas, a bandeira que acompanha o rumo certo, a bandeira da combatividade, da coragem, da dedicação à causa da liberdade e do socialismo.

A vanguarda só por si não pode porém jamais alcançar a vitória. A vitória só pode ser alcançada se a vanguarda souber esclarecer, organizar, unir e conduzir à luta as amplas massas.

O perigoso momento presente torna mais do que nunca imperiosa a unidade e a acção das massas.

A unidade necessária

Quando afirmamos que se atravessa um momento perigoso para as liberdades e para a sorte da revolução, não é uma palavra que repetimos da forma rotineira ou com intuídos de propaganda. Ela corresponde à situação real e são tão evidentes os perigos que toda a gente os sente e tem presentes.

A direita diz que quer eleições, que quer um regime democrático em Portugal. Mas a vaga terroristar que dá a expressão de violência à orientação e objectivos políticos da direita, as ameaças, os ultimatos, as pressões, o anúncio que é feito de acções violentas contra a reforma agrária, comprovam que a reacção não pensa tanto em eleições como num golpe de força, ou em golpes de força.

Se não for compreendido por todos os portugueses e portuguesas que não querem voltar ao passado fascista, que a hora é grave e cheia de perigos, esses perigos podem consumir-se.

E por isso que o PCP está disposto a unir-se a todas as forças, a todos os portugueses e portuguesas, civis e militares, sem qualquer discriminação, para fazer frente às ameaças que nos podem conduzir à catástrofe dum golpe da reacção e da instauração duma nova ditadura terroristar.

E por isso que o PCP defende a necessidade imperiosa da continuação da consolidação do espírito do 25 de Abril nas forças armadas e, nessa base, da intervenção dos militares na vida política por um período transitório mais largo.

Na acção popular, nas iniciativas de massas, na acção governativa, na luta eleitoral, em todos os aspectos e formas de actividade política, estamos prontos a juntar as nossas forças às forças de todos quantos queiram salvar as liberdades e as grandes conquistas da revolução, de todos quantos queiram salvar o país duma nova ditadura.

Muita gente pergunta: Numa tal situação, porque se não unem o PCP e o PS? A aliança do PCP e do PS não seria um factor decisivo para fazer frente à direita?

E nós respondemos: Sim, seria talvez decisivo. Mas se tal aliança não se faz, não é culpa do PCP, mas da política directista da direcção do PS, da sua política de recuperação capitalista, do seu anticomunismo, da sua política de alianças à direita, da sua política de compromisso com o imperialismo.

Os recentes documentos da direcção do PS e declarações dos seus dirigentes, mostram que esta política continua, apesar dos perigos que pesam sobre a jovem democracia portuguesa.

Uma política democrática não se faz com casamentos ou namoros com o CDS e o PPD, nem associando-se a provocadores de grupos pseudo-revolucionários, nem cozinhando com o Mercado Comum ou com os Estados Unidos não se sabe bem que compromissos.

Uma orientação do PS voltada para a luta contra a reacção, para uma aliança com a esquerda, para uma política popular e de independência nacional, seria uma contribuição do mais alto valor para a consolidação e a vitória definitiva da democracia portuguesa.

Pela nossa parte, tudo faremos para facilitar a aproximação, entendimento e acção comum de comunistas e socialistas, assim como de comunistas e democratas de outras tendências.

Incorre numa responsabilidade histórica, que jamais se dissipará, quem se recuse ao entendimento e à união de esforços para salvar Portugal democrático.

Estamos prontos a esquecer acusações injustas, agravos, ofensas e calúnias, estamos prontos a pôr de parte tudo quanto nos opõe e nos divide de outros democratas, de outros inimigos na luta contra o inimigo de todo o povo (a contra-revolução fascista), na luta pelo que há de essencial e fundamental no momento presente: a defesa da ordem democrática, a defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, a construção dum Portugal democrático e o caminho do socialismo.

A mesma consciência da gravidade da situação e o mesmo espírito de unidade devem animar a actividade dos estudantes comunistas.

É verdade que tanto os grupos políticos de direita, como os grupos esquerdistas nas escolas, têm uma sistemática e violenta atitude de combate aos comunistas, de combate à UEC.

Mas nós acreditamos que há estudantes, influenciados por socialistas ou esquerdistas, que se unirão aos estudantes comunistas no dia em que compreenderem a real situação do país e os perigos que ameaçam o novo Portugal democrático.

Além disso, mais que a unidade dos grupos deve procurar-se a unidade das massas, e a grande massa de estudantes não está em qualquer grupo e não se decidiu ainda politicamente.

Quem ganhar as massas ganhará a batalha política nas escolas. É para as massas estudantis, é para a unidade dos estudantes, que se deve voltar a ofensiva unitária da UEC.

E para ganhar essa ofensiva é indispensável vencer manifestações de sectarismo, desenvolver permanentemente um esforço unitário nas actividades escolares, na luta política e reivindicativa, na acção pedagógica, na vida desportiva, nas campanhas para reanimar, dinamizar, revigorar e democratizar as Associações de estudantes e toda a vida associativa.

É extremamente mais fácil fechar-se e isolar-se para uma organização num cómodo sectarismo, do que abrir-se para as massas e ganhar as massas para a sua política.

Pela força da sua organização, pela sua experiência, pelo valor dos seus quadros, pela sua firmeza ideológica, estamos seguros de que a UEC cumprirá com êxito a tarefa de unir, organizar e mobilizar a juventude estudantil na luta pelos seus interesses específicos, na luta contra a reacção, na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, na luta para assegurar a construção de um Portugal democrático e o caminho do socialismo.

O PCP sente profundo orgulho na juventude comunista, na UEC e na UJC. A juventude é o futuro do Partido e a juventude está com o PCP porque o PCP é o partido do futuro.

Viva a unidade da juventude!
Viva a União dos Estudantes Comunistas!
Viva o Partido Comunista Português!

TRÊS EXEMPLOS DA OFENSINA CONTRA OS TRABALHADORES

As manobras da reacção na Facar, em Leça de Palmeira constituem um exemplo significativo das diversas formas de violência capitalista

A 21 de Julho de 1975, o Conselho de Ministros decide a intervenção do Estado, ao abrigo do Decreto-lei 660/74, na firma FACAR — António de Carvalho e Filhos Lda, de Leça de Palmeira, suspendendo a gerência e nomeando uma Comissão Administrativa sugerida pelos trabalhadores. Desde esse momento, as forças reaccionárias reagrupadas em torno dos capitalistas Carvalhos desencadeiam uma ofensiva digna de uma antologia sobre os processos criminosos de manipular, intimidar e reprimir a população trabalhadora através de todos os meios e jogando com os sentimentos humanos.

É evidente que o capitalismo nunca desiste do retorno de posições perdidas graças à força organizada dos trabalhadores. Mesmo quando uma empresa não é viável economicamente, os capitalistas lutam pela sua ocupação porque o que está em causa é a luta de classes que decidirá o futuro imediato do país. Mas no caso da FACAR, a ascender a fúria capitalista está ainda a grande dimensão da empresa e a sua importância económica não só internamente como também ao nível de mercados externos. A FACAR é uma unidade industrial cuja actividade principal é o fabrico de tubos de aço e de plástico para diversos fins, calhas e perfis em aço e plástico, laminação e galvanização. O fabrico de tubos pode ser considerado uma actividade monopolista na medida em que apenas uma reduzida gama de artigos é partilhada com a Oliva e mesmo assim a partir de acordos comerciais entre as duas empresas. Cerca de 960 trabalhadores laboram na FACAR.

Para dar uma ideia da importância económica da empresa, basta referir que as indústrias de construção civil, carroçarias, bicicletas e mobiliário dependem em grande parte dos fornecimentos da FACAR. Por outro lado, não tem sido

possível atender diversos mercados que têm solicitado a exportação dos produtos da empresa porque não existe uma contabilidade de custos.

Esta grande empresa foi-se degradando, económica e tecnicamente, em virtude da gestão dos Carvalhos, que deixaram como rasto da sua administração inúmeras irregularidades detectadas numa Sindicância à empresa (que consistia em relatórios entregues no Ministério da Indústria) e cujo apuramento conduziu à intervenção estatal.

Enfrentando diversas dificuldades, desde o início da sua tomada de posse, a Comissão Administrativa foi alvo de uma campanha reaccionária de uma violência sem precedentes em casos semelhantes. Jogando com a tradição religiosa das populações do litoral, utilizando os sentimentos católicos de homens e mulheres honestos, a reacção influenciou e arrematou a população de Leça de Palmeira — população trabalhadora cuja vida económica ainda dependia de muitos dos Carvalhos, caciques locais simultaneamente à boa maneira feudal e à da mais acesa exploração capitalista.

O jornal paroquial "A Voz de Leça" fez-se porta-voz do patronato explorador e da violência contra a Comissão Administrativa. No mesmo estilo surgiram vários folhetos anónimos e certa grande imprensa norteita veio ajudar na criação de um clima de hostilidade contra a Comissão Administrativa e contra os trabalhadores que mais se distinguiram na luta. Mas a manipulação da população não foi por aqui. A morte acidental de um dos filhos do António Carvalho, (a qual ocorreu numa discussão com um senhorio), foi o benévolo motivo para o pároco local advogar a causa do pobre capitalista "que ficara sem o filho e ainda por cima lhe queriam tirar a empresa". A população foi mobilizada para o

fúnebre do jovem e, oito dias depois, o drama atingiu o seu clímax durante uma missa: a gente de Leça de Palmeira deixou-se tocar pela piedade pelo António Carvalho que "já que não podia recuperar o filho, ao menos que recuperasse a empresa".

A 8 de Setembro passado, a reacção tem a primeira recompensa da sua esforçada acção: a Comissão Administrativa é obrigada a abandonar as instalações da empresa, os patrões ocupam as suas anteriores funções de gerentes, e "aparece" um abaixo-assinado pedindo ao Governo o regresso dos patrões.

De 9 a 15 de Setembro passado, os ex-patrões mantêm-se na empresa, incorrendo no crime de apropriação de administração e instalações do qual face ao art.º 16 do Decreto-lei n.º 222-B/75 é punível com 2 a 8 anos de prisão. A 13 de Setembro, movimentam indevidamente a conta corrente de depósitos à ordem que a empresa mantêm no Crédit Franco-Portugais, levantando um cheque de 2500 contos. Sobre este crime de furto a Comissão Administrativa apresentou queixa à Polícia Judiciária, encontrando-se o processo no Tribunal de Matosinhos há tempo mais que suficiente para se processar o castigo dos culpados. Resta saber quem pára a máquina de justiça, isto é, quem está interessado em proteger o patronato não eximiu na exploração como na burla.

Durante o período em que permanecem na empresa, os Carvalhos aceitam uma Comissão de Trabalhadores da sua simpatia, a qual fica, lado a lado com o patronato, incumbida de o auxiliar na administração da empresa. A 15 de Setembro, em virtude da acção do representante do MFA do Ministério da Indústria, do Ministério do Trabalho e da Polícia Judiciária, os ex-patrões e ex-gerentes são afastados, ou como diria o represen-

tante do Ministério da Indústria aos trabalhadores "accedem a ausentar-se temporariamente".

Diariamente, uma reunião efectuada no Ministério do Trabalho foi conhecida que não existiam as condições mínimas para que a Comissão Administrativa, pudesse exercer as suas funções tendo-se decidido que uma Comissão de Inquérito iria analisar todos os acontecimentos ocorridos na FACAR desde Maio até Setembro. No entanto, na iminência dos trabalhadores não receberam os salários a Comissão de Trabalhadores afecta aos Carvalhos procurou a Comissão Administrativa, solicitando a sua readmissão na empresa.

Mas em Outubro, esta mesma Comissão de Trabalhadores volta à carga. Desforçando-se da derrota sofrida por não conseguirem impor, de novo, os Carvalhos, desenvolvem uma acção no sentido de substituir a Comissão Administrativa por outra mais "cooperante".

Ao mesmo tempo, impede a entrada de técnicos que a C. A. considerava fundamental admitir. A Comissão de Inquérito revela-se inoperante e desinteressada — ou interessada num só sentido.

No fim do trabalho da Comissão de Inquérito, nada é apurado mas chega-se à feliz fórmula de nomear quatro trabalhadores da FACAR e um representante do Governo. Só que dos quatro trabalhadores escolhidos "um é filho de um dos patrões, dois são ex-ANP (um deles foi até dirigente dessa associação...) e o quarto um técnico que não dá garantias de defender os trabalhadores e a empresa.

Entretanto, resultam vãos todos os esforços da Comissão Administrativa para ser recebida pelo Ministério do Trabalho e no Ministério da Indústria, enquanto a Comissão de Trabalhadores proibe a C. A. de publicar o balanço da FACAR referente a 1974 e de afixar comunicados nos quais se refutam calúnias à sua actividade.

Finalmente, após ter enviado uma carta ao Ministério da Indústria, os patrões, a maioria das quais assinou, coagida. Alguns trabalhadores choravam e, entre eles, uma trabalhadora que "reclamou" o saneamento do próprio pai.

Entretanto, o gestor surgiria chamando a atenção dos dois sócios para o facto de que estes não tinham qualquer direito nem poder de gestão até nova reunião de credores.

A 29 de Dezembro, realiza-se um plenário no qual comparecem um representante do Ministério do Trabalho e representante dos cinco sindicatos aos quais estavam ligados os trabalhadores saneados. Três dos representantes sindicais, entre eles os dos Têxteis e do Vestuário, foram impedidos de entrar. No plenário não foi possível achar uma solução porque os elementos ligados ao patronato puseram em curso todas as táticas de sabotagem de reunião. No entanto, conseguem algum resultado, o gestor nomeado pela CIFA demite-se, considerando não ter condições para gerir.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrotarem o patronato. Foi pedida oportunamente a intervenção na empresa, ao abrigo do 660/74 e, posteriormente, ao abrigo do Dec.º Lei 597/75. Qualquer destas soluções afastaria o patronato de uma empresa que lançou na falência e dos trabalhadores que sempre explorou, aos quais deve salários e subsídios em atraso, aos quais quer continuar a explorar e a oprimir.

Mas para que estas soluções possam ser adoptadas, a unidade e a organização dos trabalhadores são indispensáveis. Serão os trabalhadores da empresa Abílio da Costa Couto capazes deste tipo de acção que lhes asseguraria um futuro de trabalhadores construindo a sua própria liberdade? Se em Maio foram capazes de impedir a entrada do patronato na empresa, se foram capazes com o seu esforço de impedir a empresa de paralisar, por que razão os trabalhadores apoiados pelos seus sindicatos, não retomam forças e se não lançam, de novo, na luta? Se cada lágrima vertida ao assinarem um documento vergonhoso, sob a coacção do patronato, se cada humilhação sofrida se tornarem numa vontade firme e unida, será ainda possível a derrota do patronato. Cada triunfo do capitalismo é uma perda da classe operária no seu processo. Por isso qualquer que seja o desfecho do caso da empresa "Abílio da Costa Couto" é constituída uma lição para as massas trabalhadoras: é na sua quebra de unidade que o capitalismo se apoia para recuperar o poder económico e instaurar, de novo, a exploração.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

Os trabalhadores da empresa têxtil «Abílio da Costa Couto» poderão ainda recuperar o terreno perdido com o regresso do patronato, se compreenderem que a sua quebra de unidade é a razão determinante da vitória do capitalismo e da exploração

ASSEMBLEIA POPULAR NO SEIXAL

A importância da ligação entre as autarquias locais e as organizações populares foi defendida na Assembleia Popular do Concelho do Seixal

No decorrer da I Assembleia Popular do Concelho do Seixal, que se realizou, no domingo passado nas instalações do ginásio da Siderurgia Nacional, foi aprovado o Projecto de Organização Popular do Concelho, o qual, na Declaração de Princípios, refere que "o Poder Popular é o poder exercido pelo povo organizado, de forma democrática, em todos os locais de trabalho e habitação".

A mesma Declaração de Princípios pormenoriza ainda outros aspectos da "organização apartidária das classes trabalhadoras e seus aliados", nomeadamente com suporte da garantia de trabalho, alimentação, vestuário, habitação, saúde, ensino, desporto, tempos livres, protecção na doença e na velhice, etc.

Recordando à assistência que o papel principal das juntas de freguesia no tempo do fascismo era defender os exploradores e não os explorados uma parte integrante do Estado policial fascista de então, o representante da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Seixal frisou a necessidade de reforçarem as organizações populares, salientando:

"É muito importante que se mantenham os estreitos elos de ligação entre as autarquias locais e as organizações populares. Importante e fundamental. Deverá ser até ampliada e reforçada a cooperação estreita entre as comissões de moradores, comissões de trabalhadores, cooperativas, colectividades e as autarquias locais. Entendemos que o povo, através das suas organizações, é que terá a possibilidade de fazer ouvir a sua voz e exigir o que por direito lhe pertence".

"Organizar e lutar pelo Poder Popular autêntico, terá de ser o nosso objectivo comum.

É agora, que o clima político é contrário às organizações populares, que os autênticos revolucionários têm de redobrar de esforços e vigilância e baterem-se pela defesa das conquistas alcançadas, não atreitando a confiança neles depositada pelo povo trabalhador.

"As organizações populares terão de ser o suporte democrático da via para o socialismo, para se alcançar a verdadeira sociedade sem classes.

"Sem a participação activa das classes trabalhadoras e das suas organizações populares, não poderá haver Revolução nem Socialismo.

Após a aprovação do Projecto de Organização Popular do Concelho verificou-se a eleição do Secretariado da Assembleia Popular do Seixal que ficou assim constituído: Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional, Comissão de Trabalhadores da Nicander, Comissão de Moradores do Bairro Manuel André, Comissão de Moradores das Paivas, Colectividade Independente Futebol Club Torrens, Cooperativa de Consumo 31 de Janeiro de 1911, Junta de Freguesia da Arrentela, Sindicato dos Cortiços, Associação Portuguesa-URSS do Seixal e Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal.

Nas intervenções que se seguiram, o representante da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Seixal referiu-se ao boicote que é feito ao movimento popular, afirmando:

"Para justificar o travão posto à iniciativa popular, abanam a legalidade eleitoral... Para tentarem quebrar a espinha ao movimento popular, desencadeiam os saneamentos à esquerda e usam a repressão violenta de mãos dadas com os povos, do ELP e do MDLP.

"Mas o fascista, se foi impedido de desenvolver a sua própria revolução, sobe, pelo menos, tirar os ensinamentos para se organizar melhor e com outras formas de luta.

Ao mesmo tempo, impede a entrada de técnicos que a C. A. considerava fundamental admitir. A Comissão de Inquérito revela-se inoperante e desinteressada — ou interessada num só sentido.

No fim do trabalho da Comissão de Inquérito, nada é apurado mas chega-se à feliz fórmula de nomear quatro trabalhadores da FACAR e um representante do Governo. Só que dos quatro trabalhadores escolhidos "um é filho de um dos patrões, dois são ex-ANP (um deles foi até dirigente dessa associação...) e o quarto um técnico que não dá garantias de defender os trabalhadores e a empresa.

Entretanto, resultam vãos todos os esforços da Comissão Administrativa para ser recebida pelo Ministério do Trabalho e no Ministério da Indústria, enquanto a Comissão de Trabalhadores proibe a C. A. de publicar o balanço da FACAR referente a 1974 e de afixar comunicados nos quais se refutam calúnias à sua actividade.

Finalmente, após ter enviado uma carta ao Ministério da Indústria, os patrões, a maioria das quais assinou, coagida. Alguns trabalhadores choravam e, entre eles, uma trabalhadora que "reclamou" o saneamento do próprio pai.

Entretanto, o gestor surgiria chamando a atenção dos dois sócios para o facto de que estes não tinham qualquer direito nem poder de gestão até nova reunião de credores.

A 29 de Dezembro, realiza-se um plenário no qual comparecem um representante do Ministério do Trabalho e representante dos cinco sindicatos aos quais estavam ligados os trabalhadores saneados. Três dos representantes sindicais, entre eles os dos Têxteis e do Vestuário, foram impedidos de entrar. No plenário não foi possível achar uma solução porque os elementos ligados ao patronato puseram em curso todas as táticas de sabotagem de reunião. No entanto, conseguem algum resultado, o gestor nomeado pela CIFA demite-se, considerando não ter condições para gerir.

O caminho a percorrer é longo e os sacrifícios serão grandes. Mas o povo vencerá.

Recordando à assistência que o papel principal das juntas de freguesia no tempo do fascismo era defender os exploradores e não os explorados uma parte integrante do Estado policial fascista de então, o representante da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Seixal frisou a necessidade de reforçarem as organizações populares, salientando:

"É muito importante que se mantenham os estreitos elos de ligação entre as autarquias locais e as organizações populares. Importante e fundamental. Deverá ser até ampliada e reforçada a cooperação estreita entre as comissões de moradores, comissões de trabalhadores, cooperativas, colectividades e as autarquias locais. Entendemos que o povo, através das suas organizações, é que terá a possibilidade de fazer ouvir a sua voz e exigir o que por direito lhe pertence".

"Organizar e lutar pelo Poder Popular autêntico, terá de ser o nosso objectivo comum.

É agora, que o clima político é contrário às organizações populares, que os autênticos revolucionários têm de redobrar de esforços e vigilância e baterem-se pela defesa das conquistas alcançadas, não atreitando a confiança neles depositada pelo povo trabalhador.

"As organizações populares terão de ser o suporte democrático da via para o socialismo, para se alcançar a verdadeira sociedade sem classes.

"Sem a participação activa das classes trabalhadoras e das suas organizações populares, não poderá haver Revolução nem Socialismo.

Após a aprovação do Projecto de Organização Popular do Concelho verificou-se a eleição do Secretariado da Assembleia Popular do Seixal que ficou assim constituído: Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional, Comissão de Trabalhadores da Nicander, Comissão de Moradores do Bairro Manuel André, Comissão de Moradores das Paivas, Colectividade Independente Futebol Club Torrens, Cooperativa de Consumo 31 de Janeiro de 1911, Junta de Freguesia da Arrentela, Sindicato dos Cortiços, Associação Portuguesa-URSS do Seixal e Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal.

Nas intervenções que se seguiram, o representante da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Seixal referiu-se ao boicote que é feito ao movimento popular, afirmando:

"Para justificar o travão posto à iniciativa popular, abanam a legalidade eleitoral... Para tentarem quebrar a espinha ao movimento popular, desencadeiam os saneamentos à esquerda e usam a repressão violenta de mãos dadas com os povos, do ELP e do MDLP.

"Mas o fascista, se foi impedido de desenvolver a sua própria revolução, sobe, pelo menos, tirar os ensinamentos para se organizar melhor e com outras formas de luta.

Ao mesmo tempo, impede a entrada de técnicos que a C. A. considerava fundamental admitir. A Comissão de Inquérito revela-se inoperante e desinteressada — ou interessada num só sentido.

No fim do trabalho da Comissão de Inquérito, nada é apurado mas chega-se à feliz fórmula de nomear quatro trabalhadores da FACAR e um representante do Governo. Só que dos quatro trabalhadores escolhidos "um é filho de um dos patrões, dois são ex-ANP (um deles foi até dirigente dessa associação...) e o quarto um técnico que não dá garantias de defender os trabalhadores e a empresa.

Entretanto, resultam vãos todos os esforços da Comissão Administrativa para ser recebida pelo Ministério do Trabalho e no Ministério da Indústria, enquanto a Comissão de Trabalhadores proibe a C. A. de publicar o balanço da FACAR referente a 1974 e de afixar comunicados nos quais se refutam calúnias à sua actividade.

Finalmente, após ter enviado uma carta ao Ministério da Indústria, os patrões, a maioria das quais assinou, coagida. Alguns trabalhadores choravam e, entre eles, uma trabalhadora que "reclamou" o saneamento do próprio pai.

Entretanto, o gestor surgiria chamando a atenção dos dois sócios para o facto de que estes não tinham qualquer direito nem poder de gestão até nova reunião de credores.

A 29 de Dezembro, realiza-se um plenário no qual comparecem um representante do Ministério do Trabalho e representante dos cinco sindicatos aos quais estavam ligados os trabalhadores saneados. Três dos representantes sindicais, entre eles os dos Têxteis e do Vestuário, foram impedidos de entrar. No plenário não foi possível achar uma solução porque os elementos ligados ao patronato puseram em curso todas as táticas de sabotagem de reunião. No entanto, conseguem algum resultado, o gestor nomeado pela CIFA demite-se, considerando não ter condições para gerir.

despedimento de trabalhadores. Os representantes dos credores, em reunião efectuada no Ministério do Trabalho com a presença de elementos da Comissão de Trabalhadores e de um dos sócios, resolveram entregar a gestão da empresa à CIFA (empresa sob a intervenção do Estado e um dos maiores credores). Imediatamente após esta decisão, o patronato tentou o regresso aliciando trabalhadores, uns vendidos aos exploradores da sua classe, outros mal esclarecidos. Assim, em Junho, alguns trabalhadores chegaram a fazer uma excursão à casa dos antigos patrões e, como resultado de uma campanha confusionista, a comissão de trabalhadores foi demitida, tendo sido eleita uma outra, constituída na sua maioria por elementos afectos à entidade patronal.

Em Julho, a CIFA nomeia um gestor para a empresa e a laboração é retomada. Os salários começam a ser pagos, embora, por vezes, com atraso. A situação melhora, ainda que muito lentamente. As dificuldades são enormes. A Banca havia concedido 650 contos em Maio para salários que os patrões não haviam pago; os fornecedores, na sua maioria credores negam-se a fornecer a crédito, com excepção da CIFA que concede um crédito de 3000 contos e de poucos mais. Nas vésperas de Natal, o patronato desencadeia a grande ofensiva. Reúne com doze trabalhadores, traidores da classe, aos quais incumbem de preparar o clima para o seu regresso. Estes

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrotarem o patronato. Foi pedida oportunamente a intervenção na empresa, ao abrigo do 660/74 e, posteriormente, ao abrigo do Dec.º Lei 597/75. Qualquer destas soluções afastaria o patronato de uma empresa que lançou na falência e dos trabalhadores que sempre explorou, aos quais deve salários e subsídios em atraso, aos quais quer continuar a explorar e a oprimir.

Mas para que estas soluções possam ser adoptadas, a unidade e a organização dos trabalhadores são indispensáveis. Serão os trabalhadores da empresa Abílio da Costa Couto capazes deste tipo de acção que lhes asseguraria um futuro de trabalhadores construindo a sua própria liberdade? Se em Maio foram capazes de impedir a entrada do patronato na empresa, se foram capazes com o seu esforço de impedir a empresa de paralisar, por que razão os trabalhadores apoiados pelos seus sindicatos, não retomam forças e se não lançam, de novo, na luta? Se cada lágrima vertida ao assinarem um documento vergonhoso, sob a coacção do patronato, se cada humilhação sofrida se tornarem numa vontade firme e unida, será ainda possível a derrota do patronato. Cada triunfo do capitalismo é uma perda da classe operária no seu processo. Por isso qualquer que seja o desfecho do caso da empresa "Abílio da Costa Couto" é constituída uma lição para as massas trabalhadoras: é na sua quebra de unidade que o capitalismo se apoia para recuperar o poder económico e instaurar, de novo, a exploração.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrotarem o patronato. Foi pedida oportunamente a intervenção na empresa, ao abrigo do 660/74 e, posteriormente, ao abrigo do Dec.º Lei 597/75. Qualquer destas soluções afastaria o patronato de uma empresa que lançou na falência e dos trabalhadores que sempre explorou, aos quais deve salários e subsídios em atraso, aos quais quer continuar a explorar e a oprimir.

Mas para que estas soluções possam ser adoptadas, a unidade e a organização dos trabalhadores são indispensáveis. Serão os trabalhadores da empresa Abílio da Costa Couto capazes deste tipo de acção que lhes asseguraria um futuro de trabalhadores construindo a sua própria liberdade? Se em Maio foram capazes de impedir a entrada do patronato na empresa, se foram capazes com o seu esforço de impedir a empresa de paralisar, por que razão os trabalhadores apoiados pelos seus sindicatos, não retomam forças e se não lançam, de novo, na luta? Se cada lágrima vertida ao assinarem um documento vergonhoso, sob a coacção do patronato, se cada humilhação sofrida se tornarem numa vontade firme e unida, será ainda possível a derrota do patronato. Cada triunfo do capitalismo é uma perda da classe operária no seu processo. Por isso qualquer que seja o desfecho do caso da empresa "Abílio da Costa Couto" é constituída uma lição para as massas trabalhadoras: é na sua quebra de unidade que o capitalismo se apoia para recuperar o poder económico e instaurar, de novo, a exploração.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrotarem o patronato. Foi pedida oportunamente a intervenção na empresa, ao abrigo do 660/74 e, posteriormente, ao abrigo do Dec.º Lei 597/75. Qualquer destas soluções afastaria o patronato de uma empresa que lançou na falência e dos trabalhadores que sempre explorou, aos quais deve salários e subsídios em atraso, aos quais quer continuar a explorar e a oprimir.

Na sua batalha pela recuperação do poder económico, um dos maiores trunfos do capitalismo reside na divisão dos trabalhadores. Onde os trabalhadores cedem perante as manobras confusionistas do patronato e deixam a desunião corroer as suas fileiras, o capitalismo triunfa inevitavelmente e a exploração retoma o terreno perdido. Esta experiência histórica repete-se mais uma vez com o caso da empresa têxtil Abílio da Costa Couto, S. Lda., na Troia, cujos patrões, os irmãos Couto, recuperaram recentemente.

Depois de abandonar a empresa numa situação caótica, em Maio de 1975, sob o pretexto de que só podia continuar na gerência se 70 dos 250 trabalhadores fossem despedidos (exigência à qual os trabalhadores responderam impedindo a entrada dos irmãos Couto nas instalações), o patronato retoma o seu lugar aliciando trabalhadores, uns vendidos aos exploradores da sua classe, outros mal esclarecidos. Assim, em Junho, alguns trabalhadores chegaram a fazer uma excursão à casa dos antigos patrões e, como resultado de uma campanha confusionista, a comissão de trabalhadores foi demitida, tendo sido eleita uma outra, constituída na sua maioria por elementos afectos à entidade patronal.

Em Julho, a CIFA nomeia um gestor para a empresa e a laboração é retomada. Os salários começam a ser pagos, embora, por vezes, com atraso. A situação melhora, ainda que muito lentamente. As dificuldades são enormes. A Banca havia concedido 650 contos em Maio para salários que os patrões não haviam pago; os fornecedores, na sua maioria credores negam-se a fornecer a crédito, com excepção da CIFA que concede um crédito de 3000 contos e de poucos mais. Nas vésperas de Natal, o patronato desencadeia a grande ofensiva. Reúne com doze trabalhadores, traidores da classe, aos quais incumbem de preparar o clima para o seu regresso. Estes

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrotarem o patronato. Foi pedida oportunamente a intervenção na empresa, ao abrigo do 660/74 e, posteriormente, ao abrigo do Dec.º Lei 597/75. Qualquer destas soluções afastaria o patronato de uma empresa que lançou na falência e dos trabalhadores que sempre explorou, aos quais deve salários e subsídios em atraso, aos quais quer continuar a explorar e a oprimir.

Mas para que estas soluções possam ser adoptadas, a unidade e a organização dos trabalhadores são indispensáveis. Serão os trabalhadores da empresa Abílio da Costa Couto capazes deste tipo de acção que lhes asseguraria um futuro de trabalhadores construindo a sua própria liberdade? Se em Maio foram capazes de impedir a entrada do patronato na empresa, se foram capazes com o seu esforço de impedir a empresa de paralisar, por que razão os trabalhadores apoiados pelos seus sindicatos, não retomam forças e se não lançam, de novo, na luta? Se cada lágrima vertida ao assinarem um documento vergonhoso, sob a coacção do patronato, se cada humilhação sofrida se tornarem numa vontade firme e unida, será ainda possível a derrota do patronato. Cada triunfo do capitalismo é uma perda da classe operária no seu processo. Por isso qualquer que seja o desfecho do caso da empresa "Abílio da Costa Couto" é constituída uma lição para as massas trabalhadoras: é na sua quebra de unidade que o capitalismo se apoia para recuperar o poder económico e instaurar, de novo, a exploração.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

despedimento de trabalhadores. Os representantes dos credores, em reunião efectuada no Ministério do Trabalho com a presença de elementos da Comissão de Trabalhadores e de um dos sócios, resolveram entregar a gestão da empresa à CIFA (empresa sob a intervenção do Estado e um dos maiores credores). Imediatamente após esta decisão, o patronato tentou o regresso aliciando trabalhadores, uns vendidos aos exploradores da sua classe, outros mal esclarecidos. Assim, em Junho, alguns trabalhadores chegaram a fazer uma excursão à casa dos antigos patrões e, como resultado de uma campanha confusionista, a comissão de trabalhadores foi demitida, tendo sido eleita uma outra, constituída na sua maioria por elementos afectos à entidade patronal.

Em Julho, a CIFA nomeia um gestor para a empresa e a laboração é retomada. Os salários começam a ser pagos, embora, por vezes, com atraso. A situação melhora, ainda que muito lentamente. As dificuldades são enormes. A Banca havia concedido 650 contos em Maio para salários que os patrões não haviam pago; os fornecedores, na sua maioria credores negam-se a fornecer a crédito, com excepção da CIFA que concede um crédito de 3000 contos e de poucos mais. Nas vésperas de Natal, o patronato desencadeia a grande ofensiva. Reúne com doze trabalhadores, traidores da classe, aos quais incumbem de preparar o clima para o seu regresso. Estes

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrotarem o patronato. Foi pedida oportunamente a intervenção na empresa, ao abrigo do 660/74 e, posteriormente, ao abrigo do Dec.º Lei 597/75. Qualquer destas soluções afastaria o patronato de uma empresa que lançou na falência e dos trabalhadores que sempre explorou, aos quais deve salários e subsídios em atraso, aos quais quer continuar a explorar e a oprimir.

Mas para que estas soluções possam ser adoptadas, a unidade e a organização dos trabalhadores são indispensáveis. Serão os trabalhadores da empresa Abílio da Costa Couto capazes deste tipo de acção que lhes asseguraria um futuro de trabalhadores construindo a sua própria liberdade? Se em Maio foram capazes de impedir a entrada do patronato na empresa, se foram capazes com o seu esforço de impedir a empresa de paralisar, por que razão os trabalhadores apoiados pelos seus sindicatos, não retomam forças e se não lançam, de novo, na luta? Se cada lágrima vertida ao assinarem um documento vergonhoso, sob a coacção do patronato, se cada humilhação sofrida se tornarem numa vontade firme e unida, será ainda possível a derrota do patronato. Cada triunfo do capitalismo é uma perda da classe operária no seu processo. Por isso qualquer que seja o desfecho do caso da empresa "Abílio da Costa Couto" é constituída uma lição para as massas trabalhadoras: é na sua quebra de unidade que o capitalismo se apoia para recuperar o poder económico e instaurar, de novo, a exploração.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrotarem o patronato. Foi pedida oportunamente a intervenção na empresa, ao abrigo do 660/74 e, posteriormente, ao abrigo do Dec.º Lei 597/75. Qualquer destas soluções afastaria o patronato de uma empresa que lançou na falência e dos trabalhadores que sempre explorou, aos quais deve salários e subsídios em atraso, aos quais quer continuar a explorar e a oprimir.

Mas para que estas soluções possam ser adoptadas, a unidade e a organização dos trabalhadores são indispensáveis. Serão os trabalhadores da empresa Abílio da Costa Couto capazes deste tipo de acção que lhes asseguraria um futuro de trabalhadores construindo a sua própria liberdade? Se em Maio foram capazes de impedir a entrada do patronato na empresa, se foram capazes com o seu esforço de impedir a empresa de paralisar, por que razão os trabalhadores apoiados pelos seus sindicatos, não retomam forças e se não lançam, de novo, na luta? Se cada lágrima vertida ao assinarem um documento vergonhoso, sob a coacção do patronato, se cada humilhação sofrida se tornarem numa vontade firme e unida, será ainda possível a derrota do patronato. Cada triunfo do capitalismo é uma perda da classe operária no seu processo. Por isso qualquer que seja o desfecho do caso da empresa "Abílio da Costa Couto" é constituída uma lição para as massas trabalhadoras: é na sua quebra de unidade que o capitalismo se apoia para recuperar o poder económico e instaurar, de novo, a exploração.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrotarem o patronato. Foi pedida oportunamente a intervenção na empresa, ao abrigo do 660/74 e, posteriormente, ao abrigo do Dec.º Lei 597/75. Qualquer destas soluções afastaria o patronato de uma empresa que lançou na falência e dos trabalhadores que sempre explorou, aos quais deve salários e subsídios em atraso, aos quais quer continuar a explorar e a oprimir.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrotarem o patronato. Foi pedida oportunamente a intervenção na empresa, ao abrigo do 660/74 e, posteriormente, ao abrigo do Dec.º Lei 597/75. Qualquer destas soluções afastaria o patronato de uma empresa que lançou na falência e dos trabalhadores que sempre explorou, aos quais deve salários e subsídios em atraso, aos quais quer continuar a explorar e a oprimir.

Mas para que estas soluções possam ser adoptadas, a unidade e a organização dos trabalhadores são indispensáveis. Serão os trabalhadores da empresa Abílio da Costa Couto capazes deste tipo de acção que lhes asseguraria um futuro de trabalhadores construindo a sua própria liberdade? Se em Maio foram capazes de impedir a entrada do patronato na empresa, se foram capazes com o seu esforço de impedir a empresa de paralisar, por que razão os trabalhadores apoiados pelos seus sindicatos, não retomam forças e se não lançam, de novo, na luta? Se cada lágrima vertida ao assinarem um documento vergonhoso, sob a coacção do patronato, se cada humilhação sofrida se tornarem numa vontade firme e unida, será ainda possível a derrota do patronato. Cada triunfo do capitalismo é uma perda da classe operária no seu processo. Por isso qualquer que seja o desfecho do caso da empresa "Abílio da Costa Couto" é constituída uma lição para as massas trabalhadoras: é na sua quebra de unidade que o capitalismo se apoia para recuperar o poder económico e instaurar, de novo, a exploração.

Os acontecimentos constituem mais um exemplo do tipo de tática utilizada pelo patronato na sua recuperação de posições, no seu desesporado combate à emancipação da classe operária e de outras massas trabalhadoras. A vitória alcançada pelo patronato não lhe vem por mérito próprio mas porque os trabalhadores não souberam agir unidos e organizados, neutralizando o que no seu seio semeiam a confusão e afastando os traidores.

No entanto, é ainda possível aos trabalhadores derrot



GRANDE JORNADA DE LUTA NO PORTO

Firmeza e unidade, combatividade e confiança, foram as características dominantes da grande jornada popular do passado dia 31 no Porto

Vários sindicatos e organizações populares, representando muitos milhares de trabalhadores do Norte, realizaram no passado dia 31, no Porto, uma grande jornada de luta contra o fim da suspensão da contratação colectiva, pelo congelamento dos preços de bens essenciais, contra o regresso dos patrões saboteadores do processo revolucionário e da economia nacional. Os milhares de trabalhadores concentrados no Palácio de Cristal, numa firme demonstração da sua unidade combativa contra o avanço das forças de direita, exigiram dos órgãos de poder a tomada de medidas que façam pagar aos capitalistas a crise económica, uma vez que foram esses capitalistas que, pela constante sabotagem, geraram a actual crise.

Ao longo das várias intervenções, os trabalhadores presentes manifestaram-se sobre os seus reais e legítimos problemas, como por exemplo, o da Previdência, seu controlo e gestão, tendo um dos oradores afirmado a tal respeito:

«O Governo fascista fez da Previdência uma empresa capitalista. De 1963 a 1973 teve lucros 19 milhões de contos e estes lucros eram conseguidos à custa de descontos nos salários dos trabalhadores que em contrapartida, recebiam reformas de miséria e uma assistência médica bastante má, sendo por vezes necessário esperar seis meses por uma radiografia ou por uma consulta». Que significa nos dias de hoje — perguntou depois — «uma reforma de dois contos por mês? Pois 60% dos reformados não abrangidos por essa pensão».

No recinto do Palácio de Cristal, que se encontrava repleto de trabalhadores que assim afirmavam a sua disposição de defenderem firmemente os seus interesses, de defenderem o processo revolucionário e as conquistas da revolução, viam-se cartazes contra o aumento do custo de vida, contra o congelamento da contratação colectiva e contra o regresso dos saboteadores às empresas, que a verificar-se virá a exploração e repressão sobre os trabalhadores.

CONTRA AS MANOBRAS DO PATRONATO

As manobras do patronato reaccionário foram veementemente denunciadas e repudiadas ao longo das intervenções, tendo sido citados os casos da «Manuel Gonçalves», da «Facar» e da «Rolsol». Os



oradores alertaram os trabalhadores presentes para o facto de o patronato tudo fazer para dividir os trabalhadores, sanando e reprimindo os que se destacam pela sua coragem e combatividade.

No decorrer da concentração popular usaram da palavra Abílio Pereira, da Comissão de Trabalhadores da Companhia Portuguesa do Cobre, Artur Gonçalves, da Associação Sindical da União dos Reformados, Glória Pereira, do Sindicato do Vestuário, Ezequiel Ferreira, do Secretariado das Empresas em Autogestão, António Jorge, em representação dos Sindicatos e comissões de trabalhadores que promoveram a jornada de luta, José Maria, pela delegação sindical de Braga, que teve uma entrevista na Presidência da República e no Conselho da Revolução a protestar contra a série de atentados bombistas registados naquela cidade, e Alvaro Branco, presidente da Federação Nacional dos Metalúrgicos.

No final da grande concentração popular, os trabalhadores presentes aprovaram uma moção na qual reclamam o fim da suspensão da contratação colectiva; o congelamento de preços e bens essenciais e a tomada de medidas que façam pagar a crise económica aos capitalistas, que a provocaram; a renovação das credenciais passadas às comissões de trabalhadores e o impedimento do regresso dos patrões saboteadores às empresas de onde foram justamente saneados; a consulta aos trabalhadores e às suas organizações no processo de integração da Previdência no

Estado, com garantias de participação no controlo e gestão da Previdência pelos trabalhadores, medidas legislativas e outras que obriguem o patronato a pagar os milhões de contos de débitos à Previdência; a publicação do decreto-lei sobre o círculo operário; legislação que garanta o livre exercício de liberdade sindical, proibindo os despedimentos sem justa causa; o fim das intervenções administrativas nas organizações sindicais.

Finalmente, os milhares de trabalhadores presentes afirmaram a sua disposição de «perseguir nos esforços que levem a uma cada vez maior unidade de todas as organizações de trabalhadores, e a continuar o debate e a luta pela resolução dos problemas comuns, prosseguindo esta jornada de luta em plenários nas empresas, assembleias sindicais, etc.»

A POSIÇÃO DA DORN DO PCP

A propósito da grande jornada de luta do passado dia 31 de Janeiro, no Porto, a DORN do nosso Partido emitiu o seguinte comunicado:

1. Quarenta sindicatos, a União dos Sindicatos do Porto, dezenas de Comissões de Trabalhadores, Comissões Sindicais, plenários de empresas e diversas estruturas populares, convocaram para

sábado, 31 de Janeiro, uma grande jornada de luta dos trabalhadores contra o aumento do custo de vida, contra o congelamento dos salários e contra o regresso dos saboteadores às empresas.

2. Num momento em que, através do aumento do custo de vida e do congelamento dos salários, se está procurando fazer pagar aos trabalhadores a herança do fascismo e a crise do capitalismo. Num momento em que os capitalistas procuram repor o nível dos lucros praticados antes do 25 de Abril, e que em diversas empresas nacionalizadas ou que estão a ser geridas pelos trabalhadores, se assiste a manobras com vista ao regresso dos patrões. Num momento em que os Sindicatos, como em Braga, há dois dias, são alvo de criminosos atentados à bomba por parte das forças reaccionárias — a DORN do PCP considera inteiramente justos os objectivos da grande jornada de luta de 31 de Janeiro, saúda as organizações que a levam a cabo, e destaca o seu propósito de unir os trabalhadores «contra a ofensiva do capital e do fascismo, em defesa das conquistas revolucionárias de todo o Povo Português».

3. A DORN do PCP manifesta o seu inteiro apoio a esta iniciativa e junta o seu apelo ao dos promotores desta jornada, para que a classe operária do Porto e todos os trabalhadores compareçam na grande concentração-cómicio a realizar hoje, às 15.30 horas, no Palácio de Cristal.

A CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES VIU FRUSTADOS OS SEUS PLANOS

A acção das forças democráticas no esclarecimento às populações foi um factor determinante da fraca participação de pequenos e médios agricultores nos "plenários" da "Confederação dos Agricultores de Portugal"

Os latifundiários que, durante anos e anos, deixaram o matar invadir as suas propriedades enquanto os trabalhadores se debatiam com o desemprego e a fome, mostram-se, hoje, cada vez mais activos. Uns são vítimas dessa actividade como foi o caso dos agrários de Monsaraz em cujas mãos rebentou a bomba que preparavam contra alvos democráticos. Mas a maioria age, de rosto exposto à luz do dia, remoendo rancores, ameaçando de morte membros do Governo e elementos de partidos democráticos, arremetendo algumas camadas da população às quais o fascismo marcou os corpos fugitados de miséria e as mentalidades sufocadas pelo obscurantismo. Animados por apoios, que se exprimam cada vez mais claramente, os grandes agrários e capitalistas, ostentando emblemas do CDS, do PDC, do PPM e do PPD, desenvolveram, no passado domingo, o que projectavam ser uma grande ofensiva a nível nacional contra a Reforma Agrária. O elemento organizador foi a guarda avançada da reacção que se auto-denomina «Secretariado da Confederação Geral dos Agricultores». Os locais desta investida foram Loulé, Castelo Branco, Famalicão, Viseu e Bombaral. Em todos eles, falou-se muito contra o Ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, dirigente do PS. Em todos os locais, ameaçou-se o governo, tendo sido sugeridas formas de luta como o corte de estradas ou (e) a vinda a Lisboa de tractores e carros, com concentração junto ao Ministério da Agricultura. Elogiaram-se «as heróicas posições tomadas pelos agricultores de Rio Maior». Em todo o lado, os representantes do Secretariado eram de Rio Maior. Discursaram muito e os discursos foram coincidentes até nos termos utilizados. Em Loulé e Viseu, os «secretários» da «Confederação», ambos de Rio Maior, disseram: «Não querer os tempos de antes do 25 de Abril nem os tempos anteriores ao 25 de Novembro». Manifestando ainda a coesão da «Confederação», em todos os locais, se aprovou a mesma moção

de apoio ao Primeiro Ministro, Pinheiro de Azevedo. Mas pouca gente estava para ouvir. O jornal «O Dia», diz que a culpa foi da chuva que em Viseu, Famalicão «onde o plenário foi convocado na missa» e Castelo Branco «não ajudou». Mas considerando que este argumento não é bastante, «O Dia» justifica ainda a fraca participação nestes esclarecedores termos: «Provavelmente desmobilizados pela divulgação na imprensa, do âmbito parcial de que foram coroadas as negociações com o primeiro-ministro e os elementos do Secretariado da sua Confederação, não foram tantos quanto se poderia esperar os agricultores que estiveram presentes nos cinco plenários ontem realizados em todo o país, os quais acabaram por constituir meras sessões de esclarecimento aproveitadas para reiterar princípios já anteriormente esboçados.»

FORÇAS DEMOCRÁTICAS DENUNCIAM O «PLENÁRIO DE AGRICULTORES»

O elemento fundamental da desmobilização dos pequenos e médios agricultores relativamente ao que se projectava uma «grande ofensiva nacional» contra a Reforma Agrária, foi indubitavelmente o esclarecimento desenvolvido pelas forças democráticas junto da população. Isto verificou-se particularmente em Castelo Branco, zona na qual residiam as maiores esperanças da «Confederação». Estas esperanças eram fundamentadas na estrutura da propriedade na Beira Baixa, região onde abundam as explorações de muito grande dimensão, cujos proprietários desde sempre dominaram pela exploração e pelo terror as populações locais. Aqui são muitas as herdades com cerca de três mil hectares. Só no distrito de Castelo Branco, as herdades da família Almeida Garrett perfazem 6145,4 hectares. As propriedades destes

e de outros grandes senhores tomam a Beira Baixa uma zona de privilégio do domínio latifundiário, quase intocável ainda, apesar de, em alguns casos, — poucos —, os trabalhadores se encontrarem já num processo de formação de cooperativas em algumas das terras que os senhores deixam ao abandono, as quais continuam a quase totalidade da superfície agrícola da região.

A população de Castelo Branco cada vez está mais desperta contra as manobras da reacção. Assim nas vésperas do plenário da denominada «Confederação dos Agricultores», a cidade e aldeias limítrofes apareceram invadidas de tarjetas nas quais se alertava a população para a manobra reaccionária em curso. Estas tarjetas dirigidas a pequenos e médios agricultores foram acolhidas calorosamente nas aldeias e na cidade, e a par das tomadas de posição da Comissão Distrital de Castelo Branco do nosso Partido e da Comissão local do PS, constituíram um factor determinante para a frustração dos planos da reacção em Castelo Branco.

É certo que dentro da linha de unidade de tática e objectivos, o MRPP tentou, com toda a boa vontade ir engrossar a pequena multidão que assistiu ao plenário de Castelo Branco. Mas pouco batida nestas questões de alianças, a pequena multidão reagiu violentamente aos emblemas ostentados pelos militantes e os organizadores do plenário viram os seus amigos serem vítimas do anticomunismo primário que tentam insuflar nas pessoas. Assim, por mais que o Secretariado gritasse que «não lhes batam, eles não são comunistas, até são os seus maiores inimigos» os elementos do MRPP foram obrigados a abandonar o plenário em corrida veloz...

A prontidão com que as forças democráticas denunciaram os objectivos da realização do «Plenário dos Agricultores» constitui um exemplo para outras zonas. A comissão local do PS emitiu um comunicado que via a

ser saudado pela Comissão Distrital do nosso Partido em Castelo Branco. Nesse comunicado a Comissão de Castelo Branco do PS pergunta: «Quem está por detrás das reuniões de Rio Maior, Braga, Faro e agora Castelo Branco?» e respondendo a esta questão, acrescenta mais adiante: «Os grandes agrários, os industriais e os parasitas intermediários que tentam desesperadamente defender privilégios e sugam o trabalho dos que exploram a terra.»

Em comunicado à população, a Comissão Distrital de Castelo Branco do nosso Partido depois de ter desmistificado os objectivos dos promotores do plenário, acrescenta: «Aproveitando-se dos justos descontentamentos dos pequenos agricultores, procuram manobrá-los não para resolver os seus problemas, mas para os arregimentar contra a democracia e as conquistas do 25 de Abril», concluindo: «Povo do Distrito de Castelo Branco:

«Há que estar alerta e vigilantes. «A ofensiva reaccionária desencadeada pelos grandes agrários, não passa de mais uma manobra que se inscreve na ofensiva mais geral da reacção, contra as conquistas das massas populares. «A força negra da reacção e do fascismo atacam a Reforma Agrária. Porque a Reforma Agrária não lhes convém. «Reforma Agrária é a Revolução nos campos.

«Reforma Agrária significa o fim da exploração dos camponeses pobres, dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores agrícolas.

«Reforma Agrária representa o fim dos grandes latifúndios, das grandes herdades, muitas delas abandonadas pelos latifundiários parasitas.

«Reforma Agrária põe fim ao desemprego nos campos, essa chaga do fascismo que lançou na miséria milhares de trabalhadores e suas famílias.

«Reforma Agrária, representa, enfim, a melhoria das condições de vida nos campos.»

EM CASTELO BRANCO O ESCLARECIMENTO FOI UMA ARMA EFICAZ CONTRA A REACÇÃO

Emitiendo pequenos comunicados, escritos numa linguagem directa, abordando os problemas da população trabalhadora dos campos, as forças democráticas do Distrito de Castelo Branco distinguiram-se num exemplo que deve ser seguido sempre que a chamada «Confederação dos Agricultores de Portugal» tente, como o vem fazendo, arrastar populações na sua ofensiva antipatriótica. O modo como os pequenos e médios agricultores e todos os trabalhadores do campo reagiram a esta acção de esclarecimento demonstra que por mais fortes que sejam os resíduos do obscurantismo em que as populações foram submersas durante anos, por mais prementes que sejam as necessidades e os reais problemas que levam camponeses pobres a serem manobrados pelos seus inimigos de classe quando estes acenam com falsas promessas, o certo é que é possível ganhar para a revolução camadas da população hoje enganadas.

Por isso as «grandes jornadas» da «Confederação dos Agricultores» vêm-se tornando meras sessões de esclarecimento... Porque as forças democráticas emitem comunicados como estes de Castelo Branco sobre os quais as populações trabalhadoras são levadas a reflectir e a vislumbrar com mais clareza de que lado estão os seus irmãos de classe.

Agricultores, os senhores que nos dizem para irmos ao plenário de Castelo Branco não querem resolver os nossos problemas. Querem é fazer a política deles e deitar abaixo o ministro da Agricultura.

Agricultor: o plenário de domingo não é para servir os nossos interesses! Eles não vêm falar da Lei do Arrendamento Rural, da

Previdência Rural, da Extinção dos foros! Os do plenário querem-nos utilizar contra essas leis que são a nosso favor! Nós pagamos rendas superiores às que estão estabelecidas por lei. Eles não gostam dessas leis!

Agricultor: Os mesmos que a partir de Rio Maior tentaram matar o povo de Lisboa a fome e à sede e exibiam as suas mocas amagadoras, vêm agora a Castelo Branco fazer o quê? Que pretendem os «agricultores» que se deslocam em carros de luxo e as «camponesas» de unhas pintadas e casacos de peles como todos puderam ver na televisão em Rio Maior? Camponês da Beira Baixa! Trabalhador agrícola! Pequeno e médio agricultor! Aqui anda gado escondido com o rabo de fora!

Agricultores! Rendeiros! Com o plenário de domingo os grandes senhores não querem discutir a comercialização dos nossos produtos! Não querem estudar o fornecimento de adubos! Não querem entregar os Baldios que roubaram ao povo! Não querem resolver os problemas do leite e do gado! Não querem estudar o preço dos produtos! Querem servir-se de nós para outros fins! Nós não vamos na luta!

Companheiros! Rendeiros e pequenos agricultores! Vai ao plenário da chamada «Confederação dos Agricultores de Portugal» e apoia e propõe no sentido de se passar a chamar Confederação dos Latifundiários, Exploradores e Parasitas. Não a burla dos latifundiários!

I ENCONTRO DOS RENDEIROS DO NORTE

Unir e organizar os rendeiros na defesa dos seus legítimos interesses, tal foi o objectivo máximo do encontro que reuniu várias centenas de rendeiros no Porto

O Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte promoveu, no passado domingo, no Porto, a realização do I Encontro de Rendeiros do Norte, no qual participaram várias centenas de rendeiros que, ao longo das intervenções como nas conclusões finais do encontro, reafirmaram o seu legítimo direito de serem ouvidos sobre todas as modificações que venham a ser introduzidas à lei do arrendamento rural. Os rendeiros do Norte denunciaram, ainda, no decorrer do Encontro, a violência de grandes proprietários, a actuação de alguns técnicos dos serviços oficiais e de elementos da GNR.

Neste I Encontro de Rendeiros do Norte, que contou com a participação de numerosas comissões de rendeiros, de ligas de pequenos e médios agricultores, de sindicatos de trabalhadores agrícolas do Norte e, ainda, de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, bem como de uma delegação da Liga dos Pequenos Agricultores do mesmo distrito, foi exigida a rápida constituição de comissões arbitrais que facilitem a resolução de problemas levantados pela aplicação da lei do arrendamento.

No decorrer do Encontro foram aprovadas várias moções, destacando-se uma enviada ao Conselho da Revolução, e na qual se aponta a lei do arrendamento rural como «a primeira grande realização de uma das promessas

do 25 de Abril: melhorar as condições de vida do povo português, especialmente das classes mais desfavorecidas».

Nessa moção enviada ao CR exige-se o fim das violências dos grandes proprietários.

Uma outra moção foi enviada à Ordem dos Advogados e ao Ministério da Justiça, contestando a forma como alguns advogados defendem sistematicamente os senhores contra os rendeiros, desrespeitando constantemente a lei.

A suspensão do programa «Campo Livre», transmitido no ex-RCP, após os acontecimentos do 25 de Novembro, foi repudiada numa moção enviada ao Presidente da República.

DEFENDER OS RENDEIROS E A LEI DO ARRENDAMENTO

No final do Encontro, os rendeiros presentes aprovaram as conclusões, nas quais se destacam a que reivindica do Ministério da Agricultura «uma grande divulgação da lei do arrendamento e tabela de rendas máximas», por todos os órgãos de informação, nacionais e regionais.

«Uma actuação correcta e de acordo com a lei por parte dos funcionários do IRA e do Sada» e ainda «outras das reivindicações

dos rendeiros expressa nas conclusões finais do Encontro, afirmando-se que devem ser punidos ou saneados «os que enganem os rendeiros ou façam o jogo dos senhores ricos».

Foi pedida a intervenção do Ministro da Agricultura junto do Ministério da Administração Interna e Comando da GNR, «para que esta actue no sentido de fazer cumprir o novo regime de arrendamento, doa a quem doer».

Após terem exigido a criação de comissões arbitrais e a participação do MARN em tudo o que diga respeito ao arrendamento rural, como movimento representativo dos interesses dos rendeiros, os presentes manifestaram-se ainda pela punição de todos os senhores que se recusem a passar recibo de renda ou recebam renda mais elevada do que a devida por lei.

No decorrer do I Encontro dos Rendeiros do Norte foi exigida a alteração imediata do Decreto-lei 733/75, «de modo a que só os senhores emigrantes e retornados possam acabar com o contrato antes dos 18 anos, com a obrigação de irem trabalhar as terras, mas garantindo-se a sobrevivência económica aos rendeiros despedidos nessas condições. Essa excepção para os senhores emigrantes e retornados deve terminar ao fim de um ano a contar da data do respectivo decreto-lei».

Nestas conclusões aprovadas, os senhores ficam proibidos de pôr

os rendeiros em tribunal ou recorrer à comissão arbitral sem terem contrato escrito.

Os rendeiros presentes exigiram ao Governo «que não faça nem mais uma alteração à lei do arrendamento a não ser para melhorar a nossa situação e, em qualquer caso, consultando previamente as organizações de rendeiros, especialmente o MARN». Os rendeiros pretendem ainda que a actual tabela de rendas máximas fixadas em 19 de Setembro de 1975 não seja alterada antes de 31 de Março deste ano.

PREVIDÊNCIA RURAL AO SERVIÇO DOS RENDEIROS

Nas conclusões aprovadas, reivindica-se que «o projecto do VI Governo sobre o novo regime de previdência rural seja posto à discussão pública nas Casas do Povo, com a participação dos agricultores», além de se defender que «as Casas do Povo sirvam realmente os nossos interesses, garantindo melhor assistência médica e social, e que acabem as situações de favoritismo mantidas por certos funcionários».



e os beneficiários activos», pois, segundo afirmam, «temos todos a mesma boca e as mesmas necessidades».

O pagamento das contribuições pelos senhores deverá ser fiscalizado pelas Caixas de Previdência, devendo ser punidos todos os senhores que obrigarem os caseiros a pagar tais contribuições.

Nas conclusões aprovadas no I Encontro de Rendeiros do Norte afirma-se ainda: «Que sejam imediatamente tomadas medidas

pelos Ministérios da Agricultura e dos Assuntos Sociais, no sentido de se estabelecerem pensões a receber pelos senhores em más condições económicas, para quem a nova lei trouxe rendas mais baixas. Porque não somos nós rendeiros quem deve suportar esses encargos sociais, mas sim o Estado e toda a humanidade».

Finalmente, os rendeiros presentes aprovaram as conclusões referentes à sua organização, para melhor defesa dos seus interesses.

UNIR E ORGANIZAR OS RENDEIROS DO NORTE

Foi considerada necessária a criação de comissões de rendeiros em todos os conselhos e freguesias, para o que é urgente multiplicar as reuniões de rendeiros. «As comissões de rendeiros são os braços, são a principal força do nosso

movimento. E uma das suas grandes tarefas, para já, deve ser a indicação de rendeiros de confiança para as comissões arbitrais que o IRA tem de constituir», afirma-se nas conclusões aprovadas.

A criação de uma Comissão Coordenadora do MARN, na base de um ou mais elementos por uma comissão de rendeiros deverá ser a cabeça que terá por missão dirigir o Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte.

OS DIREITOS DO HOMEM NA UNIÃO SOVIÉTICA

Entrevista com A. Soukharev, 1.º Vice-Ministro da Justiça da URSS

A bem dizer nada há de novo nos ataques de certas forças do Ocidente contra o nosso País — declarou Alexander Soukharev, Primeiro Vice-Ministro da Justiça da URSS, em entrevista concedida à revista soviética "Tempos Novos".

Eis a transcrição dos passos mais importantes dessa entrevista.

T. N. — Depois de alguns meses de espera, numerosos meios de informação do Ocidente, com o objectivo de obter um sinal combinado, lançaram um ataque de certos fundamentos do modo de vida soviético. Entre outros atos, procuram especialmente deturpar a situação no que se refere aos Direitos do Homem na União Soviética.

A. Soukharev — Penso que tem razão quando fala numa nova operação orquestrada de calúnias. Essa operação foi desenhada imediatamente a seguir à Conferência de Helsinquia, como sublinhou L. Brejnev, Secretário Geral do CC do

PCUS, no seu discurso ao 7.º Congresso do POU.

T. N. — Sobre o plano jurídico, os ataques pretendem fazer querer ao seguinte: Na União Soviética, os cidadãos serão pretensamente julgados e privados da sua liberdade por motivos políticos e religiosos. O número desses detidos estaria a crescer constantemente. O que nos pode dizer sobre estas acusações?

A. S. — Exerço as minhas funções no domínio da Justiça há longos anos e nunca vi, li ou conheci nenhuma lei soviética que implicou qualquer perseguição a um cidadão pelas suas convicções políticas ou religiosas. Nós somos marxistas e toda a lei dessa espécie é contrária aos próprios fundamentos da nossa filosofia. Nós somos discípulos de Marx. Ora ele afirmava que "leis que têm como critério principal, não os atos, mas o modo de pensar do acusado, não passam de consequências da arbitrariedade". Na União Soviética formamos os nossos Juristas na convicção de que as pessoas de-

vem ser julgadas pelos seus atos, pelos atos ilegais e criminosos, e nunca pelas suas opiniões. As opiniões de cada um não dizem respeito à Justiça. Até mesmo a noção de "preso político" não existe no nosso País. A nossa legislação contém um capítulo sobre os Crimes contra o Estado, isto é, crimes que visam sabotar ou agredir o regime político e social soviéticos. São eles a alta traição, a espionagem, os atos de terrorismo e sabotagem, e a propagação caluniosa.

T. N. — Que pensar então, das atoardas dos nossos inimigos sobre os alegados "Campos Soviéticos de Presos Políticos"?

A. S. — Essas alegações têm exactamente o mesmo valor "documental" do que as calúnias relativas à própria existência de "presos políticos". É lamentável que certos espiritos de boa-fé, no Ocidente, se deixem enganar pelo aparato destes rumores. Nós não escondemos os nossos locais de detenção, mas ninguém pode obrigar-nos a colocá-los nos

roteiros turísticos. Se fossem museus ou monumentos... Os nossos colegas estrangeiros visitam-nos no quadro da cooperação prática. Posso mesmo citar alguns comentários de individualidades de vários países que visitaram nos últimos anos os locais de detenção soviéticos. Eis, por exemplo, o que escreveu o eminente criminalista Edward Galway, antigo director do Serviço de Protecção Social das Nações Unidas: "Nas prisões soviéticas vi um eficaz sistema de recuperação pelo trabalho, aliado a influência moral e a métodos administrativos progressistas".

René Short, apudato da Câmara dos Comuns da Grã-Bretanha, que visitou uma Colónia Penal, afirmou também: "Foi-me extremamente interessante ver como os delinquentes são tratados na União Soviética. Creio que temos a aprender muito convosco neste capítulo..." Parece-me desnecessário comentar estes testemunhos. Apenas quero acrescentar que os nossos locais de detenção são instituições onde os processos de tratamento dos detidos, o respeito pelos seus direitos, a existência de Escolas Técnicas onde aprendem um ofício, as possibilidades de estudo para o aumento da sua instrução, constituem exemplo desconhecido na maior parte dos países de democracia burguesa.

T. N. — Poderia, em conclusão, dizer algumas palavras sobre o exercício das normas democráticas da legalidade do nosso País?

A. S. — Nós falámos já das garantias essenciais fixadas pela Lei e da sua aplicação. Apenas me resta acrescentar que na União Soviética, a criação das leis se reveste de um democratismo profundo. A redacção dos projectos-lei, a sua discussão, adopção e aplicação fazem-se com a participação directa e sob o controlo de largas massas populares. Cada uma das nossas leis, incluindo as mais importantes, antes de serem adoptadas pelo Poder, são submetidas às deliberações de todo o Povo. Assim, podemos declarar clara e firmemente que no nosso País se respeita rigorosamente as leis em vigor, e que os soviéticos são fiéis, não só ao espírito e letra da Acta Final da Conferência Europeia, mas também à Convenção Sobre a Liquidação de Todas as Formas de Discriminação Racial, à Declaração dos Direitos do Homem, aos Pactos Internacionais sobre os Direitos Sociais, Políticos, Civis, Económicos e Culturais do Homem. Quer dizer que a União Soviética está ligada aos principais documentos jurídicos internacionais em que se inspira, actualmente, a comunidade humana, e que se reflectem nos Direitos reais de todos os cidadãos soviéticos.



O ESTUDO E A ACTIVIDADE PRODUTIVA NA BASE DA EDUCAÇÃO CUBANA

A revolução cubana, que começou por ensinar a ler e a escrever cerca de um milhão de adultos, conseguiu erguer um sistema educativo original possibilitando o acesso à juventude a necessidade de uma real e efectiva aproximação com os operários e camponeses

O analfabetismo, a miséria de um ensino público devastado pela corrupção dos ministros, o drama de centenas de crianças sem escolas, professores desempregados e estudantes sem futuro, eram algumas das características da vida cubana dominada pelo imperialismo e por uma ditadura caduca, até à Revolução em 1959, que pôs termo à miséria e humilhação do heróico povo de Cuba.

Com o triunfo do movimento revolucionário, a cultura deixou de ser um privilégio das camadas mais favorecidas da população, transformando-se numa utilidade pública ao serviço de todos. Os

torneo-se um objectivo nacional: atinge todos os jovens dos 12 aos 16 anos.

Numerosas escolas do ensino secundário têm sido criadas, com especial incidência no meio rural onde "microbrigadas" de construção, ajudadas pelas organizações populares e com apoio material do Estado, têm desenvolvido intensa actividade.

Para este grau de ensino existem três tipos de estabelecimentos: a escola "urbana", a "escola no campo" e a escola "rural". Nas duas primeiras as ciências experimentais (física, química e ciências biológicas) são as disciplinas básicas. A escola de

que 40 por cento da população tem menos de 16 anos de idade.

O RECRUTAMENTO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As dificuldades com que o ensino cubano se tem batido incidem especialmente em dois aspectos: a construção de estabelecimentos e a formação e recrutamento de professores. Dos institutos pedagógicos das universidades não saem mais que 2000 professores por ano, quando eram necessários 18000 para as

primeiras reformas orientaram-se para a criação de institutos pedagógicos, facultades operárias, institutos de economia, facultades de medicina e de ciências agroveterinárias, e na multiplicação de disciplinas das facultades de tecnologia, de modo a preparar técnicos e cientistas.

Até 1969 o acesso a uma especialidade era deixada à livre escolha do estudante mas existia um desequilíbrio entre as aspirações espontâneas dos jovens e as necessidades do país em especialistas. Que fazer para evitar que as universidades formassem profissionais em disciplinas, com as quais não teriam qualquer futuro e que os teriam obrigado a reiniciar o estudo em outro ramo de ensino? O número de lugares em certas facultades foi limitado e o acesso a outras foi favorecido. A tarefa de orientação e da informação profissionais foi desenvolvida e nos ciclos primário e secundário foi realizado um grande esforço por "centros de interesse" científicos e técnicos para suscitar as vocações mais necessárias à construção socialista.

Desde a reabertura de 1971 fixaram-se dois objectivos que são essenciais e complementares: por um lado, integrar sistematicamente os estudantes na produção, por outro, abrir mais amplamente os estudantes na produção, por outro, abrir mais amplamente as portas das facultades aos trabalhadores.



ESTUDAR TRABALHAR PRODUIR

grandes quartéis e centros militares deixaram de ser locais de tortura e repressão e passaram a funcionar como centros de ensino. «A opressão substituída pela educação, a força pela persuasão e pela razão», dizia Fidel Castro acerca dessa mudança em 31 de Dezembro de 1960.

Em 1961 é proclamado o «Ano da Educação», e inicia-se uma dura batalha contra o analfabetismo, empreendida por um «exercito de alfabetizadores» contendo nas suas fileiras cerca de 121 000 adultos de todas as profissões, 15000 trabalhadores sindicalizados, 34772 professores voluntários e 100000 jovens de ambos os sexos dos 10 aos 18 anos recrutados com o consentimento das famílias, para se espalharem por todos os cantos do país, ao mesmo tempo que se nacionaliza o ensino, que passa a ser gratuito. A igualdade de todas as crianças é assegurada pela flexibilidade e amplitude de um sistema que não só as ajuda a orientarem-se como, mais tarde, se lhes dirigirá como adolescentes e mesmo como adultos. Toda a gente pode retomar estudos interrompidos graças aos centros de ensino implantados em todo o país, localizando-se alguns deles nas fábricas, sendo sempre que necessárias concedidas bolsas de estudo.

No ano lectivo de 1973-1974 foram distribuídas pelos diferentes graus de ensino cerca de 458000 bolsas, especialmente no secundário e superior, atingindo neste último caso a própria subsistência dos bolsseiros. O carácter misto é regra nos estabelecimentos escolares, onde os alunos recebem uma formação completa: científica, técnica, cultural e física. O estudo e o trabalho produtivo são inseparáveis na educação dos jovens cubanos, que mantêm um contacto efectivo e permanente com a população através dos conselhos de escola, reunindo representantes das organizações de massas dos sindicatos operários e camponeses, dos pais e dos grupos de estudantes.

A ESCOLA RURAL

Estando já conseguida a frequência completa por todas as crianças cubanas da escola primária, o acesso de todos à escola secundária de base

campo é o futuro do ensino secundário cubano, não só pela importância que tem vindo a constituir no âmbito do desenvolvimento agrícola, mas também pelos resultados e pela adesão que tem vindo a registar (está previsto para 1980 a frequência de um milhão de alunos). Desde 1970, todos os novos estabelecimentos, tanto ESB como pré-universitários, são edificados nos campos onde se alia o estudo ao trabalho produtivo.

Esta revolução pedagógica começou com estágios de quarenta e cinco dias durante os quais alunos e professores se lançaram com entusiasmo em trabalhos agrícolas tomando, assim, amplo contacto com os problemas inerentes à actividade rural.

A escola no campo está associada àquilo a que os cubanos chamam o «plano» englobando sempre trabalhos de responsabilidade.

No «plano Ceiba», por exemplo, 7 escolas secundárias têm cada uma a seu cargo a exploração de 500 hectares de citrinos, de ananás e de café, o que acarreta problemas de organização, sendo para isso eleito um subdirector para o período das três horas diárias respeitantes ao trabalho agrícola, que mobiliza cerca de 500 rapazes e raparigas vindos de regiões vizinhas.

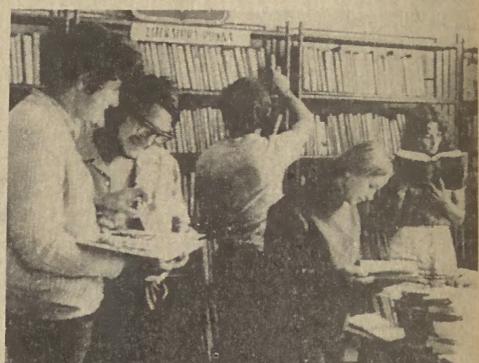
REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA

«É uma escola onde os alunos começam a ter uma actividade de produtores, a criar com as suas próprias mãos bens materiais, além do trabalho intelectual. Essa escola correspondente a concepções pedagógicas de acordo com o fundo do pensamento marxista, que concebe a formação do homem ligada ao trabalho produtivo, ao trabalho criador, de acordo com o pensamento de José Martí que imaginava uma escola desse género», dizia Fidel Castro ao inaugurar a escola rural de Ceiba em 7 de Janeiro de 1971, resolvendo, assim a contradição entre as exigências do desenvolvimento de Cuba e a perspectiva da universalização do sistema educativo num país em

necessidades de 1972 a 1976. A solução encontrada é a de um plano de urgência: o «destacamento pedagógico Manuel Domenech» — em homenagem a um jovem alfabetizador assassinado em 1961 pelos bandos contra-revolucionários — que foi fundado graças a uma campanha das Juventudes Comunistas.

Jovens alunos-professores, saídos do ensino secundário de base, adquirem a sua formação em cinco anos, mas consagram, desde o segundo ano, vinte horas por semana à prática do ensino, sendo guiados por um professor e controlados e ajudados por um instituto pedagógico.

A escola vocacional Vladimir



Illich Lénine merece também uma referência, se considerarmos a importância vital que tem vindo a desempenhar na formação de cientistas e técnicos cubanos. Trata-se de uma escola-piloto, que engloba o ensino secundário de base e o pré-universitário, ao mesmo tempo que desenvolve as vocações de técnicos e cientistas. Este estabelecimento recebe apenas alunos de bom nível, que pelas suas actividades em «centros de interesse» científicos e técnicos vão poder encontrar a actividade profissional de futuro de acordo com as suas aspirações pessoais e com as necessidades do desenvolvimento económico e cultural do país.

Também aqui, estudo e trabalho produtivo, andam lado a lado na formação destes jovens. Durante quinze horas por semana os alunos montam transistores, calculadoras, fabricam material desportivo e os mais jovens vão para os trabalhos agrícolas. Este estabelecimento, que se situa a alguns quilómetros de Havana, está incluído numa aldeia escolar, onde cerca de 4600 alunos, todos eles bolsseiros, dispõem de consideráveis equipamentos em parte fornecidos pela União Soviética — laboratórios, salas de estudo com bibliotecas bastante completas, estádios de basebol e futebol, piscina e ainda outros recintos desportivos.

Sete escolas com o mesmo destino construíram-se no resto do país, concebidas como estabelecimentos de vanguarda, onde serão preparados quadros técnicos e científicos que darão continuidade ao progresso social do povo cubano, empenhado desde 1959 na elaboração da sociedade democrática onde operários, camponeses, estudantes, intelectuais e povo trabalhador em geral possam assegurar na unidade, as conquistas tão arduamente alcançadas.

AS UNIVERSIDADES CUBANAS

Nas três universidades cubanas (Havana, Las Villas e Oriente) as

trabalho. Na reabertura de 1973 um estudante em cada cinco era trabalhador.

ESCOLAS PARA ADULTOS

O acesso dos trabalhadores à universidade é fruto de um esforço considerável dos adultos, realizado após 1962, com o prolongamento da campanha de alfabetização.

No processo do sistema educativo para adultos participam as organizações operárias e camponesas, o Partido e a Juventude comunista, a Federação das Mulheres Cubanas e os Comités de Defesa da Revolução.

Essa educação paralela permite-lhes adquirir os conhecimentos de nível primário ou secundário e além disso, aprender uma língua estrangeira. As aulas funcionam à noite ou durante o dia nos locais de trabalho ou nas escolas, sendo sempre bastante concorridas (em 1973 mais de 400 000 adultos obtiveram certificados de estudos primários e mais de 100 000 os de estudos secundários).

As realizações de Cuba no campo educativo são bastantes amplas e originais para terem despertado o interesse dos especialistas do ensino, em particular da UNESCO, que têm observado de perto os rápidos progressos do sistema educativo, o qual já tem em elaboração vários projectos com o objectivo de fomentar o trabalho produtivo para a totalidade dos alunos dos graus secundários e superior, elevar o nível de recrutamento de professores, orientar uma melhor coordenação dos programas, activar mais processos pedagógicos e tornar obrigatório a extensão da escolaridade para nove anos em vez de seis.

O Partido Comunista de Cuba, vanguarda revolucionária do proletariado cubano, tem ainda vastos programas e reformas no âmbito da educação que irão seguramente reforçar e consolidar a Revolução, que conta com a amizade e solidariedade de todos aqueles que aspiram ao Socialismo e ao progresso social dos povos de todo o Mundo.

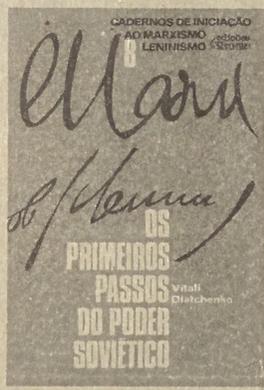
Os Primeiros Passos Do Poder Soviético

Colecção: Cadernos de Iniciação ao Marxismo-Leninismo
Código: 21.08
Preço: 20.00

A história do nascimento, do estabelecimento e do desenvolvimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas constitui um testemunho convincente da vitalidade e da força transformadora das ideias do marxismo-leninismo.

Sob a direcção do partido bolchevique, a classe operária da Rússia, aliada ao campesinato e às outras camadas laboriosas da

população, realizou grandes transformações revolucionárias, as quais entraram na história como modelo da passagem do capitalismo ao socialismo. Isto não quer dizer que esta passagem se efectue em todos os países segundo um modelo standard. Quer, sim, dizer que no Grande Outubro se manifestaram e comprovaram as leis gerais da revolução socialista.



O PCP e a Luta Sindical

Colecção: Documentos Políticos para a História do PCP
Código: 04.03
Preço: 80.00

Pode dizer-se que o conjunto destes textos resume a história do movimento sindical em Portugal no período do fascismo.

Este longo trabalho de massas que foi realizado no campo da luta sindical possibilitou (e podemos dizer que exigiu) a criação dum importante conjunto de estruturas e permitiu forjar uma equipa de dirigentes e outros quadros sindicais experimentados e dedicados à sua classe, umas e outros desempenhando um papel decisivo na fase de transição para as novas condições de luta sindical após o 25 de Abril e na continuidade da acção do movimento sindical unitário.

MOVIMENTO SINDICAL E UNIDADE NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS

ALBANO LIMA
Colecção: Rumo ao Socialismo
Código: 05.01
Preço: 40.00

As forças reaccionárias e conservadoras e todos aqueles que não estão com o processo revolucionário empenham-se em dividir o movimento sindical, em dividir os trabalhadores. É que o movimento sindical é um elemento muito importante do movimento popular de massas, e dividi-lo significa enfraquecer essa componente do processo revolucionário. A luta contra todo o divisionismo e pelo alargamento e consolidação da unidade é, pois, uma importante frente de luta do movimento sindical no momento presente.

Este livro, traçando um panorama do que foi o movimento sindical nos duros tempos da ditadura fascista e, após o seu derrube, nos primeiros meses de liberdade, insere-se nessa luta.



Na sequência dos já realizados em Budapeste e Berlim-Leste, efectuou-se em Varsóvia um novo encontro entre partidos comunistas europeus, com a finalidade de preparar, em data ainda não anunciada, uma conferência dos partidos comunistas e operários da Europa, consagrada à luta pela paz, a segurança, a cooperação e progresso social no nosso continente. No comunicado final precisa-se que será reforçado o combate contra «a ideologia e a propagação reaccionária imperialista, contra o colonialismo e o neocolonialismo, o anticomunismo, o fascismo e o racismo».

O governo norte-americano concedeu um novo empréstimo de 30 milhões de dólares à Junta fascista chilena. A soma poderá elevar-se para 55 milhões de dólares através de um aval da célebre Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) ao Banco Central. As compras de armamento norte-americano por parte da Junta ultrapassam os 15 milhões e 225 mil dólares em 1974 e os 69 milhões de dólares em 1975. O chefe do Comando Sul do Exército norte-americano declarou entretanto: «Conhecemos o trabalho efectuado pelas Forças Armadas Chilenas e, como tal, a nossa ajuda não cessará».

Realiza-se em Julho próximo, em Belfast e Dublin, um Festival anti-imperialista, em que deverão participar 400 delegados de 60 países. O MPLA foi um dos movimentos de libertação convidados.

No Haiti mais de 20 mil crianças haitianas morreram de tétano umbilical pouco depois do seu nascimento — conforme denuncia o professor Suzy Castor, membro do júri do prémio «Casa das Américas» 1976, em Havana. A falta de médicos é a causa principal desta acentuada mortalidade, falta ligada à dependência colonial do Haiti, como de muitos outros países da América Latina, em relação aos Estados Unidos. No Haiti, o analfabetismo atinge mais de 87 % da população.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu por unanimidade à África do Sul que realize eleições sob supervisão das Nações Unidas na Namíbia. Segundo estudos das Nações Unidas, a Namíbia é um dos países mais explorados do mundo. Um terço do seu produto nacional bruto é exportado pelas grandes companhias estrangeiras sob a forma de lucros. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, o Canadá, a Alemanha Federal, o Japão e a África do Sul, têm sido os países mais beneficiados com essa exploração.

O General Jorge Fernandez Maldonado assumiu os cargos de primeiro-ministro, da Guerra e comandante do Exército, facto que constitui uma vitória da revolução peruana, pois Maldonado é considerado um dos mais revolucionários militares do Peru.

Foi decidida a intervenção das Nações Unidas no conflito do Sará Ocidental, entregue pelo governo espanhol ao Marrocos e à Mauritânia. O conflito tem oposto forças marroquinas e argelinas, tendo estas, de indole nitidamente progressista, prestado auxílio à Frente Polisário, movimento que luta pela independência do território. Para a sua solução pacífica tem sido desenvolvida intensa actividade diplomática por parte de vários países árabes.

Georges Bush, antigo representante dos Estados Unidos em Pequim, passou a dirigir os serviços da CIA. Durante a cerimónia de posse o presidente Ford dos Estados Unidos elogiou os serviços prestados por esta sinistra organização.

O executivo do Partido Trabalhista Australiano, reunido em Camberra, condenou os governos indonésio e australiano pelas suas acções de intervenção em Timor Oriental, e exigiu o termo do auxílio militar australiano à Indonésia.

O estado de emergência total foi declarado pelo presidente Kenneth Kaunda na Zâmbia, alegando «interferências estrangeiras» no país. Kaunda tem apoiado as teses da África do Sul e dos Estados Unidos em relação a Angola e concretamente o movimento fantoche UNITA. Na OUA, a declaração zambiana defendeu posições contrárias ao MPLA. A medida tomada (que anuncia uma vaga de repressão interna) surge na sequência de diversas manifestações, em Lusaka, contra a política do presidente que colcava a Zâmbia lado a lado com os racistas da África do Sul.

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos proibiu qualquer auxílio americano à FNLA e à UNITA.

A 3.ª sessão do Tribunal Russel II, reunida em Roma para analisar a repressão na América Latina, condenou por violações graves, sistemáticas e repetidas aos direitos do homem e dos povos, os governos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana. O governo dos Estados Unidos foi igualmente condenado. As empresas multinacionais foram acusadas de colaborar em golpes de Estado fascistas, tendo sido preconizada a sua nacionalização sem indemnização. Foram igualmente condenadas as fundações americanas e europeias e os dirigentes de organizações sindicais dos Estados Unidos de inspiração imperialista.

O jornal soviético «Estrela Vermelha», alerta para a extensão do fascismo no mundo e, em particular, para a sua penetração nas Forças Armadas, nos serviços secretos e na polícia.

As dez principais nações da Europa Ocidental contam com 14 milhões de desempregados.

O jornal «Gunaydin» informou que o número de desempregados na Turquia ultrapassa actualmente os dois milhões, ou seja, 13 por cento da população activa do país.

Um novo despedimento de 430 trabalhadores foi anunciado nas empresas da borracha do Chile. A direcção declarou que a recessão nas fábricas se explica pelas dificuldades económicas neste ramo da indústria. Segundo os dados oficiais de 1975, o número de desempregados era de 16 por cento da população activa do Chile. Segundo os patriotas chilenos na clandestinidade, tal número ultrapassa os 20 por cento.

Em 1975, a produção de automóveis nas Ilhas Britânicas diminuiu 18 por cento, em relação ao ano precedente. Por sua vez, a procura reduziu-se em 5 por cento.

Na Dinamarca, em oito dias, de 10 a 17 de Dezembro, o número de desempregados aumentou em 3000 pessoas, tornando-se, no conjunto, superior a 131 000.

Informação

Entre a «reforma» e a «revolução»

A Espanha de hoje move-se entre os parâmetros de um fluxo acentuado da luta popular de massas contra a continuidade de um fascismo camuflado das cores democráticas, e os esforços oficiais para manter uma situação idêntica à anterior com algumas alterações de fachada. Esforços oficiais que visam, no fundamental, opor um dique à vaga de lutas das massas trabalhadoras e corresponder à imagem necessária para ser aceite, de uma forma airosa, no seio da chamada democracia ocidental.

Em declarações feitas à BBC, em que anunciou a realização de eleições gerais para as Cortes (o «Parlamento» espanhol) e de eleições municipais para este ano, Fraga Iribarne, vice-presidente do Governo, definiu uma forma suficientemente clara, à luz da experiência internacional dos povos nesse campo, o pensamento oficial. Para Iribarne, como membro do Governo espanhol, a evolução pensada para Espanha era uma evolução no sentido da «reforma». Não gostava da palavra «revolução».

A palavra revolução não agrada de facto ao Governo espanhol. Fere os seus ouvidos sensíveis a quaisquer espécie de atentados aos interesses a que se mantém ligado.

É exactamente para a fuga a qualquer ideia de real contestação da ordem franquista, que aponta o discurso do primeiro-ministro Carlos Arias Navarro, pronunciado perante as Cortes. No seu discurso, Arias Navarro limitou-se a anunciar um enovelado e vago conjunto de promessas, nomeadamente o levantamento da restrição sobre a formação de partidos políticos, excluindo o Partido Comunista e as organizações anarquistas (o que significa na prática um esforço de divisão das forças antifascistas), o afrouxamento de algumas das restrições sobre a liberdade de expressão, reunião e manifestação (de facto, inexistentes), uma descentralização do Governo, uma maior autonomia a minorias nacionais.

Foi particularmente reafirmado o desejo da Espanha de entrar para o Mercado Comum Europeu e o seu interesse na admissão na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

Esta a base nebulosa de uma «democracia de tipo espanhol», de um «desabrochar democrático» de Espanha.

As aprovações mais ruidosas das Cortes foram para a homenagem prestada por Arias Navarro à obra de Franco (em que ele próprio colaborou), à condenação do «comunismo totalitário», do «separatismo», ou dos ataques aos valores tradicionais, à reafirmação dos «direitos de Espanha» sobre Gibraltar e à intenção do Governo de instaurar maior justiça social.

A anunciada revisão do decreto-lei «antiterrorista» de 25 de Agosto ou o alargamento das «medidas de clemência» inserem-se nas medidas positivas, consequência nítida da poderosa luta que o povo espanhol tem vindo a conduzir contra todas as formas de repressão, pela amnistia.

Oficialmente a Espanha entrou numa fase de «marcha para a democracia», em que a velha ditadura, que persiste, se sente bem folgada e à vontade.

Entretanto, a determinação e a vontade do povo espanhol divergem radicalmente das intenções e dos esforços oficiais. Em Espanha, as massas populares batem-se neste momento pela verdadeira democracia. Num tactear erigido de dificuldades, o governo de Arias Navarro oscila entre as pequenas cedências e a repressão no mais puro estilo franquista. Em nome da defesa da «ordem» contra a «anarquia», são disparadas balas de borracha, erguem-se os bastões da polícia, são lançados gazes lacrimogéneos sobre as formalmente aceites manifestações pacíficas. São presos trabalhadores em greve.

Prosegue por todo o país um encadeado de processos de luta das massas trabalhadoras por melhores condições de vida, pelas mais sentidas reivindicações populares.

Em Barcelona, milhares de pessoas saíram à rua numa das maiores manifestações de protesto contra o Governo registadas em Barcelona desde a guerra civil espanhola. A manifestação, que integrava velhos pensionistas, operários, estudantes e muitos jovens e crianças, foi brutalmente dispersa pela polícia.

Uma manifestação convocada em apoio dos professores, a constituída no fundamental por mulheres com os seus filhos, que exigiam em frente do Ministério da Educação mais escolas, escolaridade grátis e melhores ordenados para os professores, foi dispersa com balas de borracha.

Em Sevilha, a polícia prendeu trinta e dois trabalhadores sob a acusação de serem os responsáveis pelas greves que envolvem cerca de 30 000 operários na área desta cidade.

Continua a vaga de greves por todo o território espanhol. Em Tarragona estão parados quase 4000 trabalhadores da construção. Em Sevilha, prossegue a greve dos trabalhadores da empresa ISA, que se encontra fechada. Trabalhadores das indústrias metálicas de construção, reunidos em plenário em Madrid, decidiram realizar uma greve de apoio aos seus camaradas despedidos de empresas na zona de Llobregat. No sector mineiro registaram-se novas greves na cintura asturiana e em Córdova, envolvendo mais de 2800 operários. Em Victoria, continuam as greves em empresas do sector metalúrgico, enquanto na provincia basca de Guipúzcoa ascende a 3000 o número de trabalhadores que paralizaram o trabalho.

A balança da situação política em Espanha oscila entre os esforços da reacção para perpetuar um franquismo sem Franco, e a luta popular pela abertura de uma via realmente democrática.

Jamaica: medidas contra o terrorismo da direita

Sempre e onde são preconizadas medidas progressistas, ainda que limitadas ou esparsas, em que se divise a defesa de interesses populares, sempre e onde se assume posições contra monopólios e latifúndios, se lançam bases de uma política e de uma estrutura económica que de qualquer forma ponham em causa os interesses do magnates do capital, a reacção reage obrigatoriamente, arma-se das mais diversas táticas, não recua perante o terrorismo aberto, que só a firmeza da luta popular, medidas enérgicas destinadas a combatê-lo, podem limitar e anular.

O que actualmente se passa na Jamaica é um pequeno exemplo, de entre muitos, que ilustram o recurso sistemático à violência pelas forças da reacção.

No discurso referente à política governamental para 1976, o primeiro ministro da Jamaica, Michael Manley, reafirmou a sua intenção de desenvolver uma orientação tendente ao desenvolvimento económico do país, pela justiça social e pela igualdade de direitos. Manley apontou três objectivos básicos para este ano: aumentar a produção, evitar uma diminuição da produtividade e lutar contra a prática do crime.

O programa governamental da Jamaica deverá realizar-se face à oposição dos conservadores e dos sectores

de direita, reagrupados no seio do Partido Trabalhista da Jamaica (PTJ), dirigido por Edward Seaga.

O Partido Trabalhista da Jamaica esteve no governo durante mais de 12 anos. A sua prática ao serviço das multinacionais, a total ausência de resposta aos problemas populares, uma política de agravamento das suas condições de vida, tornam-lhe difícil o recurso à demagogia, que entretanto continua a empregar. Mas a sua linguagem actual baseia-se em «argumentos» mais incisivos — os confrontos armados, o lançamento de bombas, os incêndios em bairros populares. Visa assim provocar uma situação de insegurança e de instabilidade política, propicia às manobras em águas turvas, ao desencadear de um golpe «salvador», que restauraria a «ordem e a disciplina». Um esquema velho (mas com frequência eficiente) como as manobras do capital.

Desde 1974 — dois anos após o triunfo eleitoral de Manley — o novo governo exigiu um aumento de impostos sobre as exportações de bauxite, controladas por cinco multinacionais norte-americanas e uma canadiana.

O programa oficial da reforma agrária prevê a expropriação de mais de 200 mil acres, nas mãos dos mesmos monopólios desde a segunda guerra mundial.

Desde Outubro do ano passado, o Estado recebeu 200 milhões de dólares das multinacionais de bauxite. A produção anual de bauxite, que, de acordo com as previsões, deveria atingir 14 milhões de toneladas, desceu em 1975 para 12 milhões, ainda que a elevação dos preços tenha permitido melhorar as receitas do Estado. No decurso do último ano, a Jamaica só conseguiu 180 milhões de dólares pelas exportações de minérios dos seis monopólios que controlam a sua produção, e que se têm esforçado por alterar a posição oficial de participação maioritária nas exportações de bauxite.

De notar que o sector mineiro é um sector fulcral na



economia da Jamaica. Emprega mais dez mil pessoas e fornece os recursos com que o Estado criou o fundo especial para o desenvolvimento.

À beira de eleições — que se deverão realizar este ano — tais fundos adquirem uma importância particular. Estas eleições deverão permitir uma revisão da Constituição e uma alteração do regime actual, que seria substituído por um sistema de República.

A Jamaica não vive momentos revolucionários. São evidentes as limitações oficiais. Mas há aspectos significativos de uma política antimonopolista, favorável aos interesses das massas trabalhadoras. O aumento de impostos atingindo as multinacionais, que iria até uma participação maioritária nas exportações minerais. A expropriação de terrenos nas mãos desses mesmos monopólios. A que se junta a afirmação da necessidade de efectuar alterações socioeconómicas e outras favorecendo a justiça social — objectivos a realizar a despeito da inflação, do deficit na balança de pagamentos, do aumento de custo de vida e do desemprego, que afectam seriamente a economia da ilha. O que implica que o peso de tais dificuldades irá cair fundamentalmente sobre os exploradores do povo da Jamaica. A que se junta ainda os passos que estão a ser dados contra o terrorismo da direita.

Recentemente, o ministro da Segurança Nacional, Keble Munn, denunciou acções da direita visando atingir a autoridade legalmente constituída do Estado. O ministro da Jamaica fez esta denuncia junto do Parlamento e anunciou simultaneamente que o Governo está a elaborar uma nova legislação sobre o controle das armas que inclui a pena de prisão perpétua para os culpados.

Tais medidas destinam-se a pôr cobro aos atentados, ao estado de instabilidade criado pela prática do terrorismo, desencadeada e dirigida pela direita, a permitir nomeadamente uma situação de normalidade nas vésperas do período eleitoral — uma situação em que a liberdade seja preservada, em que o voto esteja livre dessa forma particularmente grave de chantagem e pressão — os tiros e as bombas.

A violenta reacção das organizações de direita na Jamaica um reduzido conjunto de medidas afectando o poder indiscriminado das multinacionais — atestam, mais uma vez, que a direita se ergue de imediato contra quaisquer medidas de defesa dos interesses populares. O tipo de armas a que recorre de imediato alerta para a indispensabilidade de medidas enérgicas e eficazes, do amplo apoio popular, para que se consiga implantar e ganhar raízes sólidas, toda e qualquer conquista das massas trabalhadoras. Na Jamaica, como em todas as partes do mundo. Variam as circunstâncias, e com elas alguns dos métodos. Mas a arma da violência resta sempre como recurso ameaçador e real.

O reforço do papel do Vietnam

Os comunicados que nos vêm do Vietnam testemunham da vontade de ferro e do ardente desejo de diversas camadas da população de concluir, tão depressa quanto possível, a reunificação do país. Analogias históricas estimulam o processo e o aprofundamento dos sentimentos patrióticos. O jornal «Nhan Dan» de Hanói publicou diversas informações evocando as etapas da luta de todo o povo vietnamita contra os invasores estrangeiros. Conforme recorda o jornal, já nos anos 40 da nossa era os

irmãos Trung se colocaram à cabeça de um grande levantamento de massas contra a dominação chinesa. De terceiro ao décimo terceiro século, os vietnamitas estiveram empenhados em guerras de libertação vitoriosas contra os senhores feudais chineses e a invasão tartaro-mongol. Na primeira metade do século 15 o herói nacional Le Loi encabeçou o povo na luta contra os usurpadores feudais chineses e no século 18 Nguyen Hué dirigiu a insurreição Tay Son.

Mas a coragem, o heroísmo, a unidade manifestados pelos vietnamitas durante a guerra da independência, que se prolongou por quase trinta anos, não têm precedentes na história do país. A vitória de Dien Bien Phu sobre o corpo expedicionário francês levou à derrota definitiva do velho colonialismo. A firme resistência aos agressores americanos e a derrota do exército fantoche que contava com um milhão de soldados no Vietnam do Sul, destruíram completamente as esperanças do imperialismo, que pretendia fazer do Vietnam uma colónia de novo tipo, uma base militar do Ocidente.

Esta vitória no Vietnam, decisivo campo de batalha entre as mais agressivas forças do imperialismo e um povo em luta, constituiu uma página gloriosa na história da longa luta dos povos da Ásia e da África pela independência nacional. Esta vitória demonstrou, por outro lado, que, nos nossos dias, nenhuma força é capaz de sufocar a aspiração dos povos à liberdade e à independência, quando a sua luta é dirigida por verdadeiros patriotas e revolucionários que gozam de total confiança de largas camadas da população, e apoiada pelos países da comunidade socialista e pelas outras forças progressistas da Terra.

Os sucessos da luta anti-imperialista dos povos do Vietnam, do Laos e do Camboja, levaram a uma total inversão da situação na Indochina. A destruição das bases da política do imperialismo e do neocolonialismo nesta região, contribuiu para a consolidação das forças anti-imperialistas e progressistas em toda a Ásia.

A eliminação de um perigoso foco da guerra, atenuou bastante a tensão internacional, e permitiu que se reunissem condições favoráveis ao desenvolvimento da cooperação, baseada em relações de boa vizinhança, no Sudoeste Asiático.

Estas condições favoráveis estão a ser devidamente utilizadas. Políticos e personalidades de Estado dos países da Ásia tomam iniciativas para liquidar todos os focos de conflitos militares. Os governos da Tailândia e das Filipinas, por exemplo, propuseram a dissolução da OTASE, bloco militar agressivo, e os chefes desta organização político-militar do imperialismo, viram-se forçados a satisfazer as exigências dos membros asiáticos do bloco, exigências apoiadas pela opinião pública internacional. A decisão de auto-dissolução do bloco foi tomada em fins de Setembro.

A exigência da Tailândia de que as tropas norte-americanas fossem retiradas do seu território antes de Março de 1976, constituiu também uma manifestação concreta do reforço da segurança na Ásia depois da guerra do Vietnam. O pentágono viu-se forçado a aceitar: iniciou-se a retirada das tropas americanas, o primeiro grupo de militares americanos (7,5 mil soldados) abandonou o território tailandês em Junho.

As Filipinas seguem o exemplo da Tailândia. O presidente Marcos anunciou a intenção de rever os acordos bilaterais com os Estados Unidos na esfera da «defesa».

Assim, a redução da presença militar do Ocidente na bacia do Oceano Índico aquire uma amplitude apreciável. São cada vez mais vincadas as exigências de supressão da base do Pentágono na ilha Diego-Garcia. A declaração de Lima, recentemente elaborada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países não-alinhados, insere um apelo especial nesse sentido.

Há todas as razões para pensar que um Vietnam unido, socialista, com a força dos seus 45 milhões de habitantes, dará uma ainda maior contribuição ao reforço da segurança na Ásia. Tanto os dirigentes do Norte como do Sul do país têm declarado insistentemente que sempre se empenharão em decididos esforços para a solução pacífica de todos os diferendos, pelo respeito pela integridade territorial e a soberania de todos os países, pela não-interferência nos seus problemas internos. Desaprovam todos os actos de agressão e de imposição por parte do imperialismo, assim como todas as tentativas por parte dos meios mais agressivos para fazer regressar a humanidade aos tempos da «guerra fria». Os dirigentes do Vietnam exigem insistentemente a retirada das tropas estrangeiras da Ásia e a supressão, no continente, de todas as bases militares do Ocidente. Pronunciam-se pela implantação de um clima de distensão, pois sabem por experiência própria que o relaxamento do clima internacional contribui para o restabelecimento da paz e para o reforço da segurança na base da justiça.

As alterações verificadas na Indochina terão certamente um papel positivo no desenvolvimento da cooperação económica e comercial mutuamente vantajosa entre os países desta zona. A Tailândia, as Filipinas, a Indonésia, a Malásia e Singapura, que fazem parte da ASEAN, organização regional, já declararam o seu interesse em cooperar com os governos revolucionários da Indochina. Abdul Razak, primeiro-ministro da Malásia, após o seu encontro com Suharto, presidente da Indonésia, realizado em meados de Novembro em Sumatra, reafirmou a decisão dos países da ASEAN de colaborar com o Vietnam, o Laos e o Camboja.

Os acontecimentos na Indochina têm uma imensa importância internacional, exercem já a sua benéfica influência sobre o reforço da paz e da segurança entre os povos, sobre o desenvolvimento das relações entre os governos da Ásia numa base democrática.

Depois da reunificação da República Democrática do Vietnam e a República do Vietnam do Sul num único Estado socialista, aumentará decididamente o papel da Indochina na solução dos problemas internacionais. O Vietnam reunificado será uma vanguarda do socialismo no sudoeste asiático, o garante e promotor da paz e da segurança entre os povos desta região.

MCCO SOCIALISTAS COMUNISTAS

Colecção: Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

Preço: 40\$00 Código: 62.02

À VENDA NAS LIVRARIAS «AVANTE!»

LISBOA
Av. Santos Dumont, 57-C

PORTO
Rua de Aviz, 26

Livraria 18 de Janeiro
Marinha Grande

Livraria 1.º de Maio
Baixa da Banheira

E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

ANGOLA A UM PASSO DA VITÓRIA RECEBE AS FORÇAS DA PAZ

Na sequência de grandes vitórias militares, a RPA e o seu povo comemoram o 4 de Fevereiro num clima que prenuncia a paz em todo o território angolano

Luanda é, nesta semana que inclui as comemorações do 4 de Fevereiro, a capital da solidariedade internacionalista e militante. Mais de cento e cinquenta delegados de partidos e organizações de todo o mundo estão na RPA para participar na Conferência Extraordinária de Solidariedade com o Povo de Angola, convocada pela Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia. Rogério de Carvalho, o nosso camarada do Comité Central, representa o PCP na Conferência.

Na altura em que escrevemos, e contrariando algumas previsões vindas a lume na imprensa, o VI Governo provisório continua sem reconhecer a República Popular de Angola. Vozes que apoiam uma decisão rápida nesse sentido, entre elas a do major Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros, não teriam encontrado uma adesão suficiente para que o reconhecimento se concretizasse.

Observadores qualificados vêem na atitude do Governo de Lisboa em relação a Angola um péssimo serviço prestado ao povo português, comprometendo, ao mesmo tempo, as perspectivas de amizade e cooperação com os povos das ex-colónias.

Entretanto, prevê-se para breve o anúncio da libertação de várias regiões do centro e sul do país, que incluiriam as cidades do Huambo, Lobito e Benguela, já em poder das FAPLA, braço armado do MPLA e do povo angolano.

O presidente Agostinho Neto, que presidiu à sessão de abertura da Conferência de Solidariedade, fez importantes declarações, mais, segundo a imprensa diária, não se referiu a alterações na situação militar, que é de todo favorável à completa libertação do território.

...Evidentemente quando eu digo "o nosso povo" refiro-me a todos os que nasceram em Angola e se consideram angolanos, quer dizer, os negros que tradicionalmente são considerados africanos e angolanos e os brancos que estão há cinco séculos no nosso país. Portanto, esse (negros e brancos) é o nosso povo! Este esclarecimento do presidente Agostinho Neto não é de hoje. É ainda do tempo em que o colonialismo português dominava o seu país. Distinguir entre um povo e as forças que o subjungam foi sempre o atributo dos verdadeiros revolucionários.

são quando os trabalhadores lutam por tomar nas mãos os seus destinos.

"As derrotas do imperialismo no continente africano devem-se, em grande medida, à ajuda fraternal e generosa concedida ao longo dos anos de luta pelos povos socialistas que, com dinamismo e verdade e dentro do espírito internacionalista nos facilitaram os meios para a luta".

É esta verdade profetizada mais uma vez pelo presidente Agostinho Neto na sessão inaugural do Congresso de Solidariedade com o Povo Angolano, que há dias se

Frente anti-imperialista, que não teme as posições de regimes contestados pelos povos africanos por fazerem o jogo das forças neo-colonialistas, o MPLA e o Governo da RPA estão prontos a estabelecer relações com todos os países, incluindo o Zaire.

AS REALIDADES DO PAÍS NO PLANO DO FUTURO

Agostinho Neto declarou ainda naquela sessão da OSPAA: "O Zaire tem todo o interesse em estabelecer relações normais com a República Popular de Angola. O nosso país apreciaria imensamente o estabelecimento de relações normais com o Zaire. Mas, para isso, é absolutamente necessário que o Zaire se retire da guerra com o nosso povo e é absolutamente necessário que o Zaire não intervenha na nossa vida política. Isto para que os nossos dois povos possam ter relações normais".

Entretanto, prossegue a todos os níveis a renovação do país. António Jacinto, ministro da Educação e Cultura da RPA, numa entrevista à revista cubana "Verde Olivo" afirmava: "Construiremos um homem novo, angolano e universal". Quatro directrizes fundamentais apontou o ministro para atingir esse objectivo revolucionário do MPLA: nacionalização e gratuidade do ensino, um programa baseado nas realidades do país, combate ao analfabetismo e descoberta, valorização e apresentação da cultura nacional.

MPLA. Libertado do jugo secular do colonialismo, o povo participa de um modo activo na construção de uma nova sociedade encarando o futuro com confiança.

O nosso Partido, as forças democráticas e progressistas portuguesas, os países socialistas e todos os povos em luta contra o imperialismo têm-se manifestado sempre pelo respeito do direito dos povos à autodeterminação e à não ingerência nos seus assuntos internos.

A VIA DA JUSTIÇA E DA LEGALIDADE INTERNACIONAL

No direito internacional contemporâneo não há, nem pode haver, qualquer justificação para a ingerência nos assuntos internos de um Estado soberano e independente, e muito menos para uma intervenção armada. A Carta da ONU, que 144 Estados de todo o mundo assinaram e que constitui um dos mais prestigiosos documentos internacionais, prevê no 4.º parágrafo, artigo 2.º, que todos os membros da ONU "se abstêm nas suas relações internacionais, da ameaça da força ou da sua utilização quer contra a inviolabilidade territorial ou a independência política de qualquer Estado, como de qualquer outra forma incompatível com os objectivos das Nações Unidas".

Em Dezembro de 1965, a Assembleia Geral da ONU, desenvolvendo as respectivas disposições da sua Carta, aprovou uma declaração especial sobre o carácter inadmissível da intromissão nos assuntos internos dos Estados, sobre a protecção da sua independência e soberania na qual se diz nomeadamente: "Nenhum Estado tem o direito de intervir directa ou indirectamente, por qualquer motivo que seja, nos assuntos internos e externos de outro Estado. Em virtude disso, são condenadas não só a intervenção armada mas também todas as outras formas de intervenção...". A declaração exorta depois os Estados a absterem-se de organizar, financiar ou estimular de qualquer modo a actividade armada, subversiva ou terrorista visando "modificar pela violência o regime de outro Estado".

A proibição da intervenção armada e de todas as outras formas de intervenção nos assuntos dos Estados foi incluída também, como artigo independente, na "Declaração dos Princípios do Direito Internacional" que se referem às relações de amizade e cooperação entre os Estados de acordo com a Carta da ONU, documento aprovado pela Assembleia Geral da ONU, em Outubro de 1970, com a participação activa dos países africanos. Na declaração sobre o fortalecimento da segurança internacional (16 de Dezembro de 1970) a Assembleia Geral da ONU exortou todos os Estados a "absterem-se de quaisquer acções de violência e outras acções que privem os povos do direito inalienável à autodeterminação, liberdade e independência e reafirmou que "os Estados devem respeitar inteiramente a soberania de outros Estados e o direito dos povos determinarem o seu próprio destino sem intervenção externa".



XXII CONGRESSO DO PCF

Os comunistas franceses reunidos em Saint Ouen debatem e definem as perspectivas da luta dos trabalhadores franceses

Está a decorrer neste momento, em Saint Ouen, o XXII Congresso do Partido Comunista Francês.

Ao longo de três meses, centenas de milhares de comunistas, espalhados por toda a França, debateram em múltiplas reuniões os problemas do seu Partido, a implantação em empresas e sindicatos, o aumento necessário de efectivos, as grandes questões nacionais, o que o seu Partido aponta como perspectiva para todo o povo francês, os meios adequados para alcançar tais objectivos, a via pacífica e democrática para o socialismo.

O reforço das fileiras do Partido, esteve no centro dos debates e das atenções. Reforço que não pode deixar de constituir elemento fundamental de concretização do programa que está assim a ser elaborado.

"Fixando como seu objectivo para o XXII Congresso dizer aos franceses qual o futuro que pretendem para a França, quais os meios para o alcançar — afirmou o camarada Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês — os comunistas franceses têm consciência de assumir as suas responsabilidades perante todo o povo de França.

"Estamos tanto mais determinados a assumir tais responsabilidades quanto, enquanto a grande burguesia e as forças reacionárias multiplicam os ataques anticomunistas, os trabalhadores se voltam para o Partido Comunista Francês, em que vêm o seu natural defensor. Assim, o nosso Partido já registou este ano mais de 80.000 adesões. Cada vez mais franceses e francesas manifestam a sua concordância conosco, quando afirmamos que para unir o nosso povo na acção para fazer triunfar e aplicar o Programa comum de esquerda, é preciso que o Partido

Comunista seja cada vez mais forte e influente".

Dentro de dias, os comunistas franceses contarão com mais uma arma decisiva na sua batalha para unir as massas populares por um futuro democrático e socialista — o documento que sairá do XXII Congresso. Aquilo que tem vindo a ser intensamente debatido e refeito em todas as células do Partido. E que constituirá a base para uma grande campanha por todo o país.

O fulcro deste documento — que surge na continuidade de outros já anteriormente elaborados pelo Partido Comunista Francês — baseia-se no apontar da via democrática e pacífica para o socialismo. Tal via terá como fundamento três forças essenciais: a classe operária, força decisiva na luta pelo progresso social, a democracia, as alterações progressistas; a união do povo francês na luta por uma vida melhor; o Partido Comunista Francês, cujo papel decisivo de vanguarda é reafirmado.

A situação que se vive actualmente em França, como em todo o mundo capitalista, levanta problemas particularmente agudos às massas trabalhadoras francesas. Paralelamente ao desemprego e ao custo de vida aumenta a miséria para milhares de pessoas. O decréscimo do nível de vida é uma realidade banal e quotidiana que tende a agravar-se.

A grave crise do capitalismo as suas dolorosas repercussões sobre as massas populares, a revolta que tais repercussões engendram sobre cada vez mais amplas camadas da população — levam os órgãos de poder do mundo capitalista a recorrer cada vez mais insistentemente à repressão, a multiplicar os seus ataques às liberdades, aos direitos sindicais.

Esta realidade dá força e abre portas à direita. Mas esclarece e

fortalece igualmente a determinação das massas populares na sua luta por uma vida melhor. Alarga a base social em que assentam as forças progressistas. Reduz a um punhado de senhores da banca e da indústria, e ao círculo dos seus apaniguados, os reais defensores da velha ordem. Torna-se cada vez mais difícil deformar a realidade que se faz sentir com tanto peso. Torna-se cada vez mais difícil enganar e alienar os que sentem sobre si os efeitos da liberdade e da democracia burguesas.

fortalece igualmente a determinação das massas populares na sua luta por uma vida melhor. Alarga a base social em que assentam as forças progressistas. Reduz a um punhado de senhores da banca e da indústria, e ao círculo dos seus apaniguados, os reais defensores da velha ordem. Torna-se cada vez mais difícil deformar a realidade que se faz sentir com tanto peso. Torna-se cada vez mais difícil enganar e alienar os que sentem sobre si os efeitos da liberdade e da democracia burguesas.

Partiu para Paris, onde participará no XXII congresso do Partido Comunista Francês, que se realizará de 4 a 8 de Fevereiro uma delegação do Comité Central do PCP composta por Joaquim Gomes, da Comissão Política e António Santo, membro do suplente do CC.

Na próxima sexta-feira a delegação do PCP participará num dos comícios organizados pelo Partido Comunista Francês em 11 grandes cidades da região parisiense e de província, no âmbito das comemorações que assinalam a realização do XXII Congresso.

A Secção de Informação e Propaganda do PCP

Aliada ao próprio evoluir altamente positivo da situação internacional, esta uma base objectiva que dá novos trunfos aos comunistas e a todas as forças progressistas na sua batalha por um futuro socialista.

"A crise que o nosso país atravessa — afirmou o camarada Marchais — com o seu cortejo de

Neste momento, os comunistas franceses estarão em melhores condições para cumprir este dever. A ampla divulgação, o debate das ideias do Partido Comunista Francês, que se seguirá à aprovação no Congresso do seu documento final — constituirá um momento particularmente propício para o esclarecimento do povo francês, dos camaradas de trabalho. É para a aprendizagem que surge sempre de uma maior ligação às massas. Para o alargamento das suas fileiras, para o reforço da sua base operária.

O que se debate neste momento em Saint Ouen, não é só o futuro do Partido Comunista Francês, as suas perspectivas, os seus planos. Nem tal seria possível. O que está em causa é também, e fundamentalmente, o próprio futuro do povo francês. Da justiça dos caminhos encontrados, da capacidade de concretização de tais caminhos, depende em muito o futuro de França.

Não serão fáceis as vias abertas. Mas o povo francês, o Partido da classe operária, saberá levar a cabo a transformação profunda das estruturas económicas e políticas, a transformação revolucionária que se impõe. Será o seu maior contributo para o reforço das forças progressistas mundiais.

Lembramos estas palavras do presidente do MPLA, na altura em que o povo angolano comemora o 15.º aniversário do início da luta armada que conduziu à libertação do seu país. São palavras que devem ser ouvidas hoje pelos que ainda em Portugal se recusam a reconhecer a realidade, pelos que fecham os olhos perante os laços que devem ser estabelecidos urgentemente, a nível oficial, entre dois Estados soberanos onde se fala a mesma língua e entre dois povos que nenhum contencioso pode afastar.

Povos submetidos à mesma opressão, o povo português e o povo angolano, brancos e negros nascidos no seio dos dois povos muito terão a esperar da paz de que o MPLA se aproxima cada vez mais, em Angola. O que une os povos não são os regimes e os sistemas opressores. O que une os povos são as lutas de libertação, os combates pela liberdade, pela paz e pela democracia. Estão nessas condições o povo português e o povo angolano.

Poderíamos preencher largo espaço com declarações de dirigentes do MPLA onde é patente essa missão de unir os povos, recusando as diferenças para

Agostinho Neto
Presidente da República Popular de Angola
Luanda

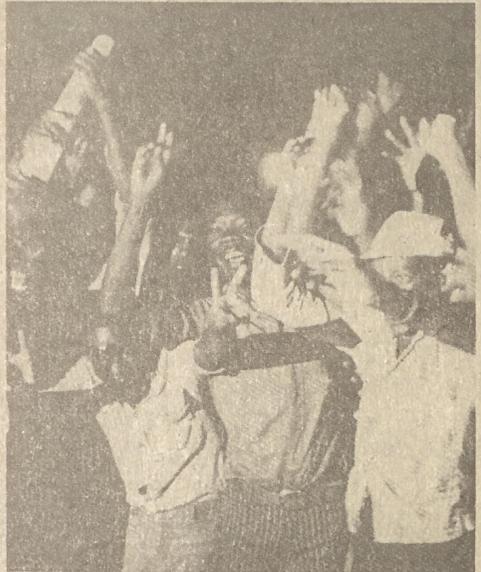
Povo de Angola e MPLA podem contar hoje como contaram sempre com solidariedade activa dos comunistas e do povo de Portugal. Estamos certos vitória completa e próxima República Popular de Angola contra agressão imperialista.

Álvaro Cunhal

iniciou em Luanda. "Os países socialistas, nossos aliados nos combates contra a dominação colonial e neo-colonial, foram e são o principal apoio moral à nossa luta" — acrescentou o presidente do MPLA naquele Congresso internacional promovido pela Organização de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia (OSPAA).

Nós acreditamos no princípio de cada povo ter o direito de definir a sua vida e escolher o regime que deseja. Instaurando o poder popular e preparando-nos para a criação de uma sociedade socialista, o MPLA e os órgãos dirigentes da República Popular de Angola constituem-se no legítimo e único representante do nosso povo.

A agressão imperialista dificultou consideravelmente, mas não conseguiu frustrar, as medidas tomadas pelo governo para realizar reformas radicais, de acordo com o programa político do



valorizar as razões da unidade sempre mais fortes e mais numerosas do que os motivos de discórdia, que não são dos povos mas dos seus inimigos, que da divisão dos povos querem fazer uso.

Sendo assim, que interesses ou motivos de interesse evitam que as autoridades portuguesas ainda não tenham reconhecido neste 4 de Fevereiro de 1976 a República Popular de Angola? Serão os interesses do povo português? Não. Este "esperar para ver" não serve os interesses e o futuro dos povos. Serve os motivos de interesse do imperialismo.

E quando falamos de povos não é para realçar uma palavra a vida real dos trabalhadores angolanos e dos trabalhadores portugueses. É para chamar pelo nome a esses trabalhadores e para identificar os seus interesses verdadeiros, para identificar as riquezas que são deles e que mais uma vez lhes querem furtar. Falamos de povos com o direito internacionalista que nos concede a história das lutas solidárias, a solidariedade moral e material que é obra dos comunistas em todo o mundo.

SOCIALISMO É SINÓNIMO DE AJUDA FRATERNA

Relações normais entre os povos são sempre uma necessidade. E mais necessárias

Por seu lado, o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, camarada, Leonidas Brejnev, numa mensagem aos participantes na Conferência da OSPAA, reafirmava o apoio da URSS ao MPLA e ao Governo da República Popular de Angola, acentuando que a atitude soviética corresponde integralmente às decisões das Nações Unidas e da Organização de Unidade Africana (OUA) sobre as questões de descolonização e da eliminação do racismo e do "apartheid".

Legítimo e único representante do seu povo, o MPLA recebeu, nos últimos dias, em Luanda, mais de centena e meia de delegados que vieram trazer-lhe a voz solidária de partidos e organizações de todo o mundo. Fortalecida na luta armada, a independência de Angola é hoje uma realidade reconhecida por todos os povos amantes da paz, por todos os Estados socialistas e progressistas do mundo.

Caminha para a meia centena o total dos países que estabeleceram relações com o Governo da RPA. Vinte e cinco dos quarenta e seis países membros da OUA estão incluídos nesse total de Estados solidários com o povo angolano, cuja independência conta com a "participação activa no poder dos operários e camponeses, as classes mais exploradas pelo colonialismo", como frisou Agostinho Neto na sessão de abertura da OSPAA.

REPRESSÃO NO URUGUAI

O Partido Comunista do Uruguai continua a desempenhar um papel primordial no combate unitário às medidas terroristas recentemente impostas pelo Governo assassino, às ordens dos EUA. A pátria de Artigas vive horas sangrentas dum regime dominado pelo imperialismo. As prisões estão repletas de patriotas, torturados dia e noite

Iniciada em meados de Outubro de 1975 e coincidindo com as reuniões sucessivas em Montevideo dos chefes dos serviços militares ligados à repressão nos países da OEA, a vaga de terror fascista que se está novamente a abater sobre o povo do Uruguai já encarcerou em quartéis e centros de tortura cerca de 600 pessoas — homens, mulheres e jovens, a maioria deles militantes do Partido Comunista do Uruguai ou da Juventude Comunista.

Elementos da 1.ª Divisão e de outros organismos do exército, sob as ordens dos generais fascistas e agentes da CIA, assaltam residências particulares, saqueiam bens e torturam milhares de democratas. Tudo isto emoldurado por uma série de provocações e abusos, num total desrespeito pelos mais elementares direitos humanos. A par do que se passa no Chile, o Uruguai vive as horas sangrentas de um regime terrorista, às ordens do imperialismo americano que retrata com muita fidelidade os atentados criminosos de Gestapo de Hitler.

Campanhas difamatórias, desprovidas de qualquer fundamento, caluniam dia e noite o Partido Comunista, os sindicatos proibidos, os outros partidos políticos e ainda personalidades como o Ferrerías Aldunate (ex-candidato do Partido Nacional à presidência da república), monsenhor Parteli, a mais importante autoridade eclesiástica, e muitas outras pessoas ligadas aos meios intelectuais e às organizações antifascistas.

É a calúnia, é a mentira e é a cobardia que caracteriza a acção do governo assassino manipulado e orientado por uma autêntica "legião estrangeira" que domina o país.

Os militantes antifascistas recentemente aprisionados foram e continuam a ser alvo das mais selvagens e tenebrosas atrocidades. Isolamentos, golpes aplicados por especialistas após dias de fome e sede, choques eléctricos nos órgãos e nas partes do corpo mais sensíveis: dentes com cárie, lábios, órgãos genitais, etc.; encarceramento de prisioneiros em celas inundadas por água repleta de excrementos, ratos, baratas, etc.; violação de homens e mulheres; torturas psicológicas — o espancamento brutal de familiares íntimos — e muitos outros métodos numa lista ampliada constantemente pelas inovações que estão sempre a desportar dos "laboratórios" dos polícias nazis ou vindos directamente dos carrascos imperialistas, muito hábeis na demonstração de atrocidades.

As prisões — algumas a funcionar nos edifícios pertencentes aos sindicatos e centros desportivos — possuem já cerca de 6000 democratas uruguayos, num país onde a população total oscila na casa dos 2,8 milhões de habitantes. Nos últimos anos a emigração já arrastou para fora do país, por más condições de vida ou por perseguição política, mais de 700 mil pessoas.

Esta última onda repressiva já vinha sendo preparada há algum tempo. A intensificação da campanha anticomunista e antidemocrática enquadrada pelos ataques sucessivos dos jornais e

órgãos de comunicação contra a URSS, Cuba e outros países socialistas, contra o movimento comunista internacional e contra todos os povos libertados ou em luta (Portugal, Peru, Vietnam), os contactos com outros dirigentes fascistas, nomeadamente Pinochet, Stroessner e Vorster (líder racista da África do Sul), o crescente isolamento e desprestígio internacional bem como a repulsa da população, incluindo largos sectores da Igreja, foram alguns dos factores precedentes desta onda de terrorismo e perseguição que neste momento abala o Uruguai.

actua indiscriminadamente elementos da CIA, começando pelo exilado dos EUA, Ernest Siracusa, cuja carreira de especialista em actividades terroristas ao serviço do imperialismo, começou na Guatemala em 1952.

Após uma agitada campanha contra o PCU — comunicados oficiais, conferências de imprensa e publicidade escandalosa contra o progresso social dos povos e contra o movimento operário internacional — o governo ditatorial do Uruguai tentou semear a falsa notícia de que o Partido Comunista tinha sofrido um "golpe mortal".

Face a mais esta calúnia, cujos objectivos eram os de desmobilizar e desagregar a vanguarda da resistência antifascista, a força organizada dos comunistas uruguayos não fez esperar a sua resposta. Foi reestruturada a direcção do Partido, o Comité Executivo emitiu uma declaração denunciando a provocação, apelando para a unidade patriótica e para o prosseguimento da luta, reparcou o "Carta Semanal" e o periódico da Juventude Comunista. Manifestações de resistência antifascista sucedem-se num desafio heróico às medidas terroristas do regime fantecho, laçao do imperialismo.

Segundo um relatório elaborado pelo camarada Rodney Arismendi, primeiro secretário do PCU, em Janeiro passado, a resistência dos antifascistas encarcerados e portanto sujeitos à mais feroz repressão tem sido digna e corajosa.

"Nós sabemos — afirma o camarada Arismendi — que é

Face a mais esta calúnia, cujos objectivos eram os de desmobilizar e desagregar a vanguarda da resistência antifascista, a força organizada dos comunistas uruguayos não fez esperar a sua resposta. Foi reestruturada a direcção do Partido, o Comité Executivo emitiu uma declaração denunciando a provocação, apelando para a unidade patriótica e para o prosseguimento da luta, reparcou o "Carta Semanal" e o periódico da Juventude Comunista. Manifestações de resistência antifascista sucedem-se num desafio heróico às medidas terroristas do regime fantecho, laçao do imperialismo.

Segundo um relatório elaborado pelo camarada Rodney Arismendi, primeiro secretário do PCU, em Janeiro passado, a resistência dos antifascistas encarcerados e portanto sujeitos à mais feroz repressão tem sido digna e corajosa.

"Nós sabemos — afirma o camarada Arismendi — que é

A última vaga de terror fascista no Uruguai já assassinou mais de meia centena de democratas — homens, mulheres e jovens que lutaram contra a fome, a miséria e a perseguição. É impossível calcular-se o número de patriotas que ficaram flagelados para toda a vida.

Entre as centenas de presos, acusados de delitos político-militares — o que lhes vale a condenação a anos de prisão e isolamento — figuram, entre outros, membros da direcção do PCU e ex-deputados, José Luis Massera, engenheiro e eminente matemático e investigador, Alberto Altosor, ferroviário, Wladimir Turiansky, dirigente da CNT e engenheiro, membros do CC: Eduardo Bleier e Pedro Toledo e ainda Humberto Rodriguez, Ruben Villaverde, Salvador Escobar, Elbio Quinteros, Juan Bentaberry, António Bacchi e Juan Gómez, homens de reconhecido cariz antifascista.

Médicos como Carlos Sacchi, Juan J. Ormaechea, Godofredo Fernandez, Luis Fierro, Fernando Rama, Liber Mandressi e José Fregiero, advogados e escritores, Gualberto Treilles e Fernando Miranda (dirigente da Associação de Escritores) entre outros, arquitectos, professores, estudantes, trabalhadores, funcionários e operários enchem as masmorras fascistas, apenas porque demonstraram a sua repulsa pela actividade terrorista do governo de Latorre.

Entretanto, a prisão de Jaime Pérez, secretário do CC do PCU arrasta-se desde 24 de Outubro de 1974 e a do general Victor Licandro desde 9 de Julho de 1973. Continuam detidos o Maria Elena de Agüero, o dirigente estudantil Luis Bazzano e o dirigente sindical Héctor Rodriguez, a jovem Gladis Yáñez e muitos outros antifascistas, designadamente, dirigentes sindicais e comunistas.

Centenas e centenas de patriotas têm abandonado o país e outros estão refugiados em embaixadas. É o caso do prestigioso médico Ricardo Caritat, que se encontra na embaixada do México com a família.

As despesas das forças da repressão abrangem 54% do total do orçamento nacional o que representa cerca de 4,4% do produto bruto interno. Durante os 30 meses da ditadura, 1 em cada 55 habitantes já foi detido, incluindo crianças. Condenações de 2 a 16 anos de prisão são aplicadas frequentemente a pessoas que muitas vezes nem sequer se manifestaram pela libertação do país.

Entre as características deste regime de opressão em que o capital e o imperialismo dominam os destinos da vida nacional, destacam-se: dissolução do parlamento, ilegalização da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) e dos partidos Comunista, Socialista e outras organizações democráticas incluindo a Federação dos Estudantes Universitários, encerramento dos órgãos de comunicação social que se norteavam pela actividade democrática, censura a todas as manifestações culturais e destruição de milhares de volumes encontrados em editoriais e livrarias.

Os últimos camaradas destruídos pela tortura fascista, Álvaro Balbi, Pedro Lerena e Carlos Curuchaga, são o símbolo bem vivo da luta antifascista e anti-imperialista dos povos de América Latina.

possível, entre centenas e centenas de torturados, homens, mulheres e crianças martirizados constantemente, alguns terem succumbido. Mas, nem Massera nem nenhum dirigente do Partido, e isto sabemos perfeitamente, se prestou à traição. E nestas coisas somos categóricos: se algum membro do Partido abandona a dignidade revolucionária, o drama da sua vida será mergulhado na traição. Sabemos também que a esta hora já centenas de patriotas torturados deram provas, mesmo na inabituada dedicação à causa do povo. Mesmo interrogados dia e noite pelas mãos assassinas do fascismo, os homens de coração comunista não falam, não denunciam."